**DEMONSTRAÇÕES**

**FINANCEIRAS**

**DEZEMBRO 2021**

**Posição: 31.12.2021**

ÍNDICE

[ÍNDICE 1](#_Toc96613568)

[Relatório da administração 3](#_Toc96613569)

[DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO 61](file:///U:\PrvContb\Ex_Anteriores\2021\2º%20SEM%202021\Publicação%20remetida%20para%20GRÁFICA%20e%20INTERNET\para%20GRÁFICA\Balanço\DIAGRAMAÇÃO%20PARA%20CVM%20E%20INTERNET%20BNB\SARAH%20TESTE%20CADERNO.docx#_Toc96613570)

[BALANÇO PATRIMONIAL 61](file:///U:\PrvContb\Ex_Anteriores\2021\2º%20SEM%202021\Publicação%20remetida%20para%20GRÁFICA%20e%20INTERNET\para%20GRÁFICA\Balanço\DIAGRAMAÇÃO%20PARA%20CVM%20E%20INTERNET%20BNB\SARAH%20TESTE%20CADERNO.docx#_Toc96613571)

[DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 63](#_Toc96613572)

[DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 64](#_Toc96613573)

[DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 65](#_Toc96613574)

[DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO 66](file:///U:\PrvContb\Ex_Anteriores\2021\2º%20SEM%202021\Publicação%20remetida%20para%20GRÁFICA%20e%20INTERNET\para%20GRÁFICA\Balanço\DIAGRAMAÇÃO%20PARA%20CVM%20E%20INTERNET%20BNB\SARAH%20TESTE%20CADERNO.docx#_Toc96613575)

[DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 67](#_Toc96613576)

[Notas Explicativas DO BANCO 68](#_Toc96613577)

[NOTA 1 - O Banco e suas Características 69](#_Toc96613578)

[NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais 69](#_Toc96613579)

[NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis 71](#_Toc96613580)

[NOTA 4 - Informações por Segmento 77](#_Toc96613581)

[NOTA 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa 79](#_Toc96613582)

[NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 79](#_Toc96613583)

[NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos 79](#_Toc96613584)

[NOTA 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados 84](#_Toc96613585)

[NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito 84](#_Toc96613586)

[NOTA 10 - Outros Créditos 89](#_Toc96613587)

[NOTA 11 - Outros Ativos 89](#_Toc96613588)

[NOTA 12 - Outros Valores e Bens 90](#_Toc96613589)

[NOTA 13 - Investimentos, Imobilizado e Intangível 90](#_Toc96613590)

[NOTA 14 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas 91](#_Toc96613591)

[NOTA 15 - Obrigações por Empréstimos e Repasses 93](#_Toc96613592)

[NOTA 16 - Outros Instrumentos Financeiros 94](#_Toc96613593)

[NOTA 17 - Outras Obrigações 95](#_Toc96613594)

[NOTA 18 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 30.g.ii) 95](#_Toc96613595)

[NOTA 19 - Rendas Antecipadas 96](#_Toc96613596)

[NOTA 20 - Patrimônio Líquido 97](#_Toc96613597)

[NOTA 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais 99](#_Toc96613598)

[NOTA 22 - Impostos e Contribuições 100](#_Toc96613599)

[NOTA 23 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais 105](#_Toc96613600)

[NOTA 24 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais) 107](#_Toc96613601)

[NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego 108](#_Toc96613602)

[NOTA 26 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 120](#_Toc96613603)

[NOTA 27 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 120](#_Toc96613604)

[NOTA 28 - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) 122](#_Toc96613605)

[NOTA 29 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) 123](#_Toc96613606)

[NOTA 30 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia 124](#_Toc96613607)

[NOTA 31 - Partes Relacionadas 135](#_Toc96613608)

[NOTA 32 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes 137](#_Toc96613609)

[NOTA 33 - Outras Informações 138](#_Toc96613610)

[Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras DO BANCO 139](#_Toc96613611)

[PARECER DO CONSELHO FISCAL 146](#_Toc96613612)

[RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 147](#_Toc96613613)

[DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNE 152](#_Toc96613614)

[BALANÇO PATRIMONIAL 152](#_Toc96613615)

[DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 154](file:///U:\PrvContb\Ex_Anteriores\2021\2º%20SEM%202021\Publicação%20remetida%20para%20GRÁFICA%20e%20INTERNET\para%20GRÁFICA\Balanço\DIAGRAMAÇÃO%20PARA%20CVM%20E%20INTERNET%20BNB\SARAH%20TESTE%20CADERNO.docx#_Toc96613616)

[DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 154](file:///U:\PrvContb\Ex_Anteriores\2021\2º%20SEM%202021\Publicação%20remetida%20para%20GRÁFICA%20e%20INTERNET\para%20GRÁFICA\Balanço\DIAGRAMAÇÃO%20PARA%20CVM%20E%20INTERNET%20BNB\SARAH%20TESTE%20CADERNO.docx#_Toc96613617)

[DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 155](#_Toc96613618)

[Notas Explicativas DO FNE 156](#_Toc96613619)

[NOTA 1 – Histórico 156](#_Toc96613620)

[NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais 156](#_Toc96613621)

[NOTA 3 – Administração 157](#_Toc96613622)

[NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis 157](#_Toc96613623)

[NOTA 5 – Repasses ao Banco e a Outras Instituições 162](#_Toc96613624)

[NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas 163](#_Toc96613625)

[NOTA 7 – Patrimônio Líquido 168](#_Toc96613626)

[NOTA 8– Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) 168](#_Toc96613627)

[NOTA 9 – Fiscalização 169](#_Toc96613628)

[NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais 169](#_Toc96613629)

[Relatório do Auditor Independente SOBRE As DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNE 170](#_Toc96613631)

[DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA 174](#_Toc96613632)

[Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes 177](#_Toc96613633)

[DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 180](#_Toc96613634)

[DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 181](#_Toc96613635)

[SIGNATÁRIOS 182](#_Toc96613636)

Relatório da administração

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2021 teve como marcos grandes desafios e grandes entregas. Nosso time esteve focado em cumprir a missão institucional de “atuar como o banco de desenvolvimento da Região Nordeste”. Os números que alcançamos apontam para isso, mesmo em um ano ainda fortemente impactado pela crise sanitária. Portanto, somos gratos a cada colaborador, parceiro e cliente que esteve conosco na construção destes resultados.

Com foco na preservação das vidas, dos empregos e visando ser “reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”, o Banco do Nordeste contratou no ano de 2021 um total de cinco milhões de operações de crédito que somaram R$ 41,8 bilhões de recursos investidos, um acréscimo de 4,2% em relação exercício de 2020.

Tais dados se traduzem em impacto positivo na vida das pessoas, com estimada geração e/ou manutenção de 1,4 milhão de empregos nos nove estados do Nordeste, além de parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, em decorrência do volume de contratações globais de empréstimos e financiamentos empreendidos pelo BNB em 2021. Estima-se também que os números de nossas contratações globais e suas repercussões econômicas, apontam elevação de R$ 9,64 bilhões na massa salarial na área de atuação, R$ 5,5 bilhões na arrecadação tributária, R$ 59,97 bilhões no Valor Bruto da Produção e R$ 34 bilhões de Valor Adicionado à Economia. Esse é o resultado que mais nos orgulha: o valor real do desenvolvimento que trabalhamos cotidianamente na prática.

As contratações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* da Instituição, por meio do qual foram realizadas, em 2021, mais de 651 mil operações, somaram R$ 25,9 bilhões, valor ligeiramente superior ao contratado no ano anterior.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 67% dos recursos contratados, somando R$ 28 bilhões em 655,3 mil operações - crescimentos de 5% e 0,3%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações. Enquanto os empréstimos de curto prazo, destinados principalmente ao microcrédito urbano (Crediamigo), entre outros produtos, atingiram o valor de R$ 13,8 bilhões, com acréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior, e representaram 33% do valor contratado no ano de 2021.

Dentre as contratações de curto prazo destaca-se o programa Crediamigo, que abrangeu 92,2% do volume total, com desembolso de R$ 12,7 bilhões de recursos aplicados em 4,2 milhões de operações de microcrédito urbano e que movimentaram a economia da Região, refletindo em crescimento de 4,7% em relação a 2020. O Programa finalizou o ano com 2,4 milhões de clientes ativos, consagrando-se como líder no segmento e a impactante marca de 50 milhões de operações contratadas, desde o início de sua criação, dado que traduz a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social. Mais um motivo de grande orgulho para nós, em saber o quão transformadora é esta atuação para tantos microempreendedores.

No campo, o papel do Agroamigo, nosso programa de microcrédito rural, também é fortemente transformador. Encerramos 2021 com a soma de R$ 3,39 bilhões aplicados, distribuídos em 589,7 mil operações, 16,89% a mais em termos de valores em relação a 2020. A carteira do Programa Agroamigo alcançou 1,4 milhão de clientes ativos, em que 73% estão no Semiárido – área prioritária de nossa atuação desenvolvimentista.

Considerando o recorte geográfico prioritário, temos muito orgulho em afirmar que, no geral, aportamos R$ 16,1 bilhões em financiamentos para empreendimentos situados no Semiárido, dos quais R$ 7,41 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura – fato muito significativo em prol de reduzir desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

O apoio efetivo ao segmento das micro e pequenas empresas, que figura como uma de nossas prioridades corporativas, esteve refletido na contratação de R$ 3,87 bilhões com MPEs, em 27,4 mil operações, acima da meta do período. O volume traduz os esforços desempenhados pelo Banco para a prospecção de negócios nesse segmento e de garantir fôlego aos micro e pequenos empreendedores, que tanto geram oportunidades de emprego e renda em nossa Região.

O Banco do Nordeste também se orgulha em ser o principal parceiro do Agronegócio em nossa área de atuação. O BNB responde por 55,7% do apoio creditício, contando com apenas 8,9% da rede bancária. Em 2021, registramos crescimento de 23,45% nas contratações do FNE no setor Rural, comparado ao ano anterior, fato que reforça a relevância da Agricultura e Pecuária para a economia da Região e do País. Somos também o principal agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Região, contando com uma carteira ativa superior a R$ 10,88 bilhões, que corresponde a 1,9 milhão de operações.

Em 2021, no segmento Agricultura Familiar foram contratadas 17.647 operações, envolvendo recursos da ordem de R$ 675,8 milhões, dos quais, 70,8% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Comparando o resultado atingido em 2021 com o exercício anterior, registra-se um aumento de 19,59% no volume de recursos aplicados.

No ano de 2021 também trabalhamos forte em prol de regularizar mais de R$ 3,16 bilhões de créditos inadimplidos que estavam em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias. Este montante importou na regularização de 86.501 operações com recursos do FNE e de 5.589 operações com outras fontes. As oportunidades de renegociações foram destinadas aos setores impactados pela pandemia de covid-19 e aos clientes que estivessem enfrentando dificuldade temporária de reembolso, em decorrência da persistência dos efeitos adversos decorrentes da crise sanitária na economia.

Em meio a todo esse cenário, o Banco do Nordeste tem mantido como direcionamento a melhoria contínua de seu desempenho financeiro e socioambiental, com ação diária balizada pela Agenda ESG (sigla em inglês para "environmental, social and governance" – ambiental, social e governança, em português, ASG) mantendo-se uma empresa rentável e que agrega valor à sociedade.

Dentre as várias atividades, no contexto ASG, realizadas pelo Banco, destacam-se: financiamentos concedidos a projetos voltados à sustentabilidade, fortalecimento e avanços na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e da Agenda ASG institucionalmente, além de apoio financeiro a diversos projetos sociais com recursos de incentivos fiscais.

O fomento ao crédito verde está entre nossas prioridades. Em 2021, por meio das referidas linhas de foram contratados R$ 6,9 bilhões, em torno de 12 mil operações realizadas. Temos garantido apoio consistente à implementação de geração de energia por fontes renováveis.

Por meio do Programa FNE Verde Infraestrutura, foram contratados R$ 6,2 bilhões em projetos de geração centralizada (solar e eólica). Na área de micro e minigeração de energia distribuída, destacam-se as contratações de 3.988  operações com Programa FNE Sol PF, voltado para a geração de energia residencial, totalizando R$ 133,7 milhões. Desde a criação do programa em 2019, foram atendidas mais de 10 mil famílias, em 846 municípios, contribuindo para geração ou manutenção de mais de 2 mil empregos, e com retorno de R$ 75,0 milhões em tributos para a sociedade. Destaca-se ainda que através do FNE Sol PF foi possível deixar de emitir mais de 65 mil ton/ano de gas carbônico na atmosfera. Já por meio FNE Sol PJ o Banco contratou R$ 186,7 milhões com micro e pequenas empresas, oferecendo a oportunidade para elas gerarem a sua própria energia de forma limpa e sustentável, reduzindo seus custos, aumentando a sua competitividade e ainda contribuindo com o meio ambiente. Mais um dado que nos enche de orgulho em saber que temos agido no presente, em prol de deixarmos legados para as gerações futuras.

Nessa busca, estamos sempre conectados à inovação. O Banco do Nordeste tem investido na modernização de processos, produtos e serviços, transformando-se digitalmente e buscando proporcionar aos nossos clientes um atendimento cada vez mais ágil e satisfatório, com atenção aos princípios de integridade e ética que nos regem nossa governança. Nessa jornada de transformação digital, realizamos em 2021 várias entregas de projetos de Tecnologia da informação e comunicação (TIC), alguns deles de grande envergadura e que já estão gerando resultados, de forma a melhorar ainda mais a eficiência operacional e, ao mesmo tempo, otimizar a experiência do cliente.

Entre as inovações de 2021, cientes do papel do Banco como fomentador do desenvolvimento, lançamos o Programa FNE Saúde com condições exclusivas para as empresas poderem investir e se modernizar neste importante setor que teve sua demanda muito elevada por causa da pandemia. Em 2021, foram financiados, somente para micro e pequenas empresas, mais de R$ 183,4 milhões por meio da linha de crédito. O Banco também oferece crédito para ideias inovadoras das micro e pequenas empresas, financiando, em 2021, R$ 13,9 milhões para a melhoria do processo produtivo, redução de custos, otimização de processos e competitividade.

No rol de lançamentos inovadores de 2021, tivemos o Agroamigo NET. Trata-se de uma estratégia de financiamento direcionada à aquisição de Kits de conectividade rural para impulsionar a inclusão digital dos agricultores familiares na área de atuação do Banco. O desenvolvimento que buscamos passa pela conexão!

E temos muito orgulho em realizar todos estes feitos, com segurança corporativa e obtendo reconhecimento pelo zelo em nossas práticas. Em 2021, o Banco do Nordeste obteve o melhor índice de governança pública entre os cincos bancos federais recentemente avaliados pelo Tribunal de Contas da União, com nota 99,07%. O levantamento ressaltou as capacidades do BNB em liderança, estratégia e controle.

Ao final do exercício de 2021 e desta jornada de novidades, o Banco do Nordeste apresentou lucro líquido de R$ 1.618,5 milhões, um aumento de 58,6% em relação ao valor apurado em 2020. No tocante ao resultado operacional o BNB alcançou R$ 2.814,2 milhões, representando uma elevação de 81,4% em relação ao ano anterior. Vale ainda destacar que o índice de eficiência operacional do Banco em 2021 foi de 53,1%, o que significa uma evolução de 9,9 pontos percentuais comparado a dezembro/2020, fato que demonstra a capacidade do banco de expandir seus resultados com custos administrativos relativamente menores.

Em 2022, trabalharemos firme para seguirmos com entregas consistentes de valor, de forma inovadora e atenta à sustentabilidade em seus mais diversos aspectos. Agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho e convidamos você a conhecer em detalhes o nosso resultado de 2021 nas próximas páginas.

**José Gomes da Costa**

**Presidente**

# Destaques

Apresentamos a seguir os destaques em resultados, iniciativas de responsabilidade socioambiental, produtos/serviços, parcerias e prêmios/reconhecimentos alcançados pelo Banco do Nordeste em 2021.

**Resultados:**

* Investimento de R$ 41,77 bilhões em toda área de atuação no ano de 2021, distribuídos em 5,0 milhões operações de crédito. O valor contratado representa acréscimo de 4,2% em relação a 2020;
* Impacto na geração e/ou manutenção de 1,4 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste, em decorrência do volume de contratações globais de empréstimos e financiamentos feitos pelo BNB em 2021;
* Fomento ao crédito verde. Em 2021, por meio das referidas linhas de foram contratados R$ 6,9 bilhões, em torno de 12 mil operações realizadas;
* Contratação de R$ 25,9 bilhões com recursos do FNE, alcançando mais de 651 mil operações de crédito contratadas, as quais estima-se que devem contribuir para gerar e/ou manter 1,2 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste;
* Registro de aproximadamente R$ 3,87 bilhões em contratações no segmento MPE, somando-se recursos internos e do FNE, o valor correspondente a 27,4 mil operações;
* Aporte de R$ 16,10 bilhões em financiamentos para empreendimentos no Semiárido, representando 62,22% do total até então financiado, dos quais R$ 7,41 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura;
* Contratação de R$ 8,35 bilhões com o setor de Infraestrutura, incluindo saneamento e logística;
* Desembolso de R$ 12,68 bilhões, no programa Crediamigo, em 4,2 milhões de operações de microcrédito urbano. O Programa superou em 4,77% o volume de desembolsos em relação ao ano anterior e finalizou o ano com 2,4 milhões de clientes ativos e capacidade operacional média de 16,9 mil desembolsos ao dia;
* Elevação da carteira do Crediamigo em mais de R$ 860 milhões (aumento de 15,8% em apenas 6 meses);
* Soma de R$ 3,39 bilhões em aplicações do Agroamigo, investidos em 589,7 mil operações, 16,89% a mais em termos de valores em relação a 2020;
* Carteira ativa do Programa Agroamigo superior a R$ 5,75 bilhões, com alcance de 1,4 milhão de clientes ativos, em que 75,71% estão no Semiárido;
* Crescimento de 23,45% nas contratações do FNE no setor Rural, comparado ao ano anterior, fato que reforça a relevância da Agricultura e Pecuária para a economia da Região e do País;
* Posicionamento como principal agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Região.
* Aplicação de R$ 4,07 bilhões no Pronaf, pulverizados em 607,4 mil operações. Isso representa crescimento de 17,15% em relação ao exercício anterior, no volume de contratações. Do total dos recursos aplicados, 74,91% foram destinados a financiamentos na região semiárida.
* Alcance de 14.846 clientes no segmento empresarial, composto por empresas com faturamento anual entre R$ 4,8 milhões e R$ 400 milhões. Fato que caracteriza evolução de 8,4% frente ao número apresentado no final de 2020. Os desembolsos com recursos do FNE realizados no ano somaram R$ 4,85 bilhões;
* Aplicação de R$ 5,16 bilhões nos territórios do Plano AgroNordeste, em mais de 125 mil operações. Atualmente são 16 territórios e 301 municípios beneficiados com o Programa.
* Investimentos de mais de R$ 6,10 bilhões no Plano Safra 2021-2022, até o momento, representando um crescimento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior;
* Atuação no fortalecimento da agricultura irrigada na região Nordeste. Com o lançamento do Programa de Fomento à Agricultura Irrigada no Nordeste (Profinor), foram destinados mais de R$ 479 milhões, que beneficiaram uma área de mais de 50 mil hectares;
* Manutenção do papel de principal agente de crédito do Agronegócio na área de atuação, respondendo por 55,7% dos financiamentos rurais realizados, conforme Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen);
* Apoio consistente à implementação de geração de energia por fontes renováveis. Por meio do Programa FNE Verde Infraestrutura, foram contratados R$ 6,2 bilhões em projetos de geração centralizada (solar e eólica). Na área de micro e minigeração de energia distribuída, destacam-se as contratações de 3.988 operações com Programa FNE Verde Sol PF, voltado para a geração de energia residencial, totalizando R$ 133,7 milhões;
* Regularização de mais de 86.501 mil operações com recursos do FNE e de 5.589 operações com outras fontes, repercutindo o valor global de 3,16 bilhões em dívidas renegociadas.
* Contratação de 1.085 operações num montante de R$ 22,2 milhões, por meio do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies), um acréscimo de 87% em relação ao montante contratado em 2020;
* Lucro Líquido acumulado no exercício de 2021 de R$ 1.618,5 milhões, o que representa um aumento de 58,6% em relação ao apurado no exercício anterior;
* Resultado Operacional de R$ 2.814,2 milhões, representando uma elevação de 81,4% em relação ao obtido em 2020.

**Iniciativas de impacto socioambiental:**

* Oportunidades de renegociações destinadas aos setores impactados e aos mutuários que estivessem enfrentando dificuldade temporária de reembolso em decorrência da persistência dos efeitos adversos decorrentes da pandemia de Covid-19;
* Celebração dos 50 anos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci), com formalização, no ano de 2021, de 20 instrumentos de convênio e termos de outorga, com aplicações no montante de R$ 5,1 milhões, distribuídas entre oito estados da região Nordeste e o norte do estado do Espírito Santo, somando-se aos recursos investidos por meio do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Adicionalmente, estão reservados R$ 25,5 milhões para aplicação em 61 projetos que se encontram na fase de análise técnica e formalização.
* Alocação de R$ 16,0 milhões no lançamento de dois editais Fundeci em 2021. Foram R$ 10,0 milhões para o Edital  01/2021 - Subvenção Econômica para Inovação em empresas, objetivando fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras para aumentar a capacidade de competição e a sustentabilidade, inclusive observando as melhoras práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), das empresas com faturamento anual de até R$ 16 milhões, ou seja, com foco em MPEs e empresas de pequeno-médio porte; E R$ 6,0 milhões destinados ao Edital 02/2021 - Subvenção Econômica - Programa de Educação Empreendedora, lançado no mês dezembro, destinado a ao apoio financeiro de Aceleradoras de empresas startups.
* Seleção de 15 projetos que propõem melhor uso de água e saneamento por meio de Edital do Fundeci;
* Investimento de aproximadamente R$ 921,8 milhões nas atividades econômicas priorizadas no Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (Prodeter) em 2021, ano em que o Programa teve 178 Territórios/Projetos em andamento, divididos em quatro fases, e contou com cerca de 10.263 participantes;
* Seleção de trinta e cinco projetos sociais, apoiados pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo dos Direitos do Idoso, Lei de Incentivo ao Esporte, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas). Somados, foram investidos aproximadamente R$ 10,5 milhões, distribuídos entre 8 estados nordestinos.
* Campanha do BNB “Amigos do Meio Ambiente” debate uso consciente de água e energia limpa;
* Campanha do BNB "Juntos pela Vida" arrecada mais de 100 toneladas de alimentos;
* Campanha Natal Social distribuiu mais de 92 toneladas de alimentos;
* Criação do Grupo de Trabalho de Governança, Social e Ambiental, com objetivo de elaborar recomendações para a alta administração com foco na inserção aprofundada dos conceitos de ESG no Banco do Nordeste;
* Lançamento do Crediamigo Delas, linha de crédito exclusiva para público feminino.

**Produtos/Serviços:**

* Realização de mutirões digitais de renegociação de dívidas dos programas Crediamigo e Agroamigo;
* Oferta de opção de débito automático para clientes Crediamigo;
* Banco disponibiliza para empresas quitação ou renegociação de dívidas do Finor;
* Lançamento do Crediamigo Digital, com inclusão do Pix/QR Code no App, o WhatsApp Crediamigo e assinatura eletrônica;
* Profinor - MAPA e Banco do Nordeste lançam programa de fomento à agricultura irrigada da Região;
* Lançamento da linha de financiamento FNE Saúde;
* Lançamento de cartilha para incentivar inovação por MPEs;
* Lançamento do AgroamigoNet e do WhatsApp Agroamigo, como estratégias de inclusão digital e ampliação e padronização do atendimento remoto aos clientes;
* Ampliação de autoatendimento em terminais compartilhados com Rede Saque e Pague;
* Lançamento do FNE Agro Conectado, linha digital voltada ao financiamento de soluções de telecomunicações, com foco em conectar pessoas e "coisas" no meio rural;
* Disponibilização de novo instrumento normativo para prorrogação das dívidas das atividades mais afetadas pela pandemia, via renegociação digital;
* Lançamento do cartão BNB Agro Pecuária;
* Parceria com Ministério do Turismo para disponibilização de R$ 500 milhões do Fungetur.

**Parcerias:**

* Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
* Renovação de acordos de parceria com franqueadores;
* Realização do XXVI Encontro Regional de Economia, em parceria com a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec);
* Promoção de eventos virtuais de capacitação para segmento de cajucultura com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
* Assinatura de acordo de cooperação com a Acert para modernizar emissoras de rádio e TV;
* Promoção de treinamento sobre crédito rural com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar);
* Capacitação com a Embrapa sobre caprino e ovinocultura;
* Lançamento de App Mais BNB Icatu para facilitar venda de seguros na rede de agências;
* Banco do Nordeste passa a integrar quadro de empresas associadas ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
* Agroamigo e Water.org renovaram acordo de cooperação para viabilizar acesso à água, aplicando R$ 96,6 milhões nesse segmento no ano de 2021.
* BNB lança pacote de medidas de apoio aos atingidos pelas enchentes na Bahia e em Minas Gerais;

**Prêmios/Reconhecimentos:**

* FNE Sol Pessoa Física do Banco do Nordeste vence Prêmio Alide Verde por contribuição ao meio ambiente;
* Banco do Nordeste recebe certificado de governança do Ministério da Economia;
* Entregas do Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo em Desenvolvimento Regional 2020 em todos os estados da área de atuação;
* Reconhecimento de clientes, com entrega do Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa (Prêmio MPE 2021), em todos os estados o Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
* Entrega dos Prêmios Banco do Nordeste de Microfinanças e Agricultura Familiar, em todos os estados da área de atuação, enaltecendo casos de sucesso de clientes;
* Melhor Ouvidoria: o Banco do Nordeste alcançou o melhor índice do País no “Ranking de Qualidade de Ouvidorias”, publicado pelo Banco Central (Bacen), na categoria das 10 (dez) maiores instituições financeiras em número de clientes, nos 2 (dois) primeiros trimestres de 2021;
* Melhor índice de governança pública entre os cincos bancos federais avaliados pelo Tribunal de Contas da União, com destaque para capacidades do BNB em liderança, estratégia e controle. A instituição alcançou a nota 99,07%.
* Entre as 382 organizações avaliadas pelo TCU em relação à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, o Banco ficou entre as 11 organizações melhores avaliadas pelo tribunal.
* O Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) do Banco do Nordeste recebeu nota máxima em auditoria realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em 2021.A pontuação média das empresas do setor financeiro, avaliadas pela auditoria, foi de 95,9 pontos e o Banco do Nordeste obteve 100 pontos. Foram avaliadas 900 instituições financeiras.

# ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

## 

## 2.1 Planejamento Empresarial

Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste, do norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo traduz a principal estratégia do Banco do Nordeste, que está diretamente ligada à sua missão institucional e desenvolvimentista. Com esse direcionamento estratégico, o Banco do Nordeste constrói seu planejamento à luz da análise de cenários e de tendências, da reflexão dos resultados alcançados e do mapeamento de riscos e oportunidades de estratégias.

O Planejamento Empresarial do Banco do Nordeste é composto pelo planejamento estratégico e pelos planos tático e operacional, traduzidos nos Programas de Ação e Gestão de Projetos, por meio dos quais se realiza o alinhamento estratégico na Instituição, direcionando os recursos e esforços na gestão e otimização dos resultados.

As ações corporativas alinhadas às estratégias que promovem as transformações internas são traduzidas em programas de ação e projetos com indicadores e metas que são monitorados, avaliados e atualizados de maneira sistematizada.

As definições estratégicas que alicerçam as ações empreendidas pelo Banco do Nordeste são:

**Missão**: Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste.

**Visão**: Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região.

**Princípios**: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

**Valores**: Justiça, Governança, Honestidade, Sustentabilidade, Igualdade, Democracia, Compromisso, Respeito, Cooperação, Confiança, Disciplina, Civilidade e Transparência.

**Mapa estratégico**: O Mapa Estratégico Corporativo do Banco do Nordeste, apresentado na Figura 1, comunica a estratégia da Instituição com base no seu modelo de gestão, em consonância com a missão e visão. Esse mapa contempla as dimensões do resultado de efetividade, eficácia e eficiência; os elementos estratégicos de impactos, resultados, produtos, atividades e insumos e seus embasamentos na ética e conformidade, com suporte por meio do monitoramento e da avaliação.

**Figura 01 - Mapa Estratégico do Banco do Nordeste**

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento



Agenda 2030: formulada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, foi composta por 17 Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento (ODS) e 169 metas a serem atingidos até 2030. Os ODS, listados na Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), foram construídos em um processo de negociação mundial, que teve início em 2013 e contou com a participação do Brasil em suas discussões tendo se posicionado de forma firme em favor de contemplar a erradicação da pobreza como prioridade entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A agenda formulada pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável foi considerada na definição do Mapa Estratégico do Banco, alinhando seus resultados e impactos a seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, conforme dispõe o Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 - Alinhamento dos Resultados e Impactos aos ODS**

|  |  |
| --- | --- |
| **RESULTADO/IMPACTO** | **ODS** |
| Inclusão Financeira | 1 - Erradicação da pobreza |
| Solidez e Sustentabilidade | 17 - Parcerias e meios de implementação |
| Crédito Espacialmente e setorialmente distribuído | 8 - Trabalho decente e crescimento econômico |
| Geração de Emprego e Renda |
| Redução de Desigualdades | 10 - Redução das desigualdades |
| Competitividade das Empresas Nordestinas | 9 - Indústria, inovação e infraestrutura |
| Sustentabilidade Ambiental | 11 - Cidades e comunidades sustentáveis |

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

**Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**



Além dos ODS relacionados no Quadro 1, registre-se que o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste alinha-se aos ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 5 - Igualdade de gênero e 12 - Consumo e produção responsáveis.

Com relação às Diretrizes Estratégicas, cabe destacar que as ações do Banco do Nordeste são norteadas por cinco diretrizes:

1. Fazer o FNE cada vez melhor;
2. Avançar na liderança do microcrédito;
3. Ser o Banco do micro, pequena e média empresa;
4. Inovar em processos produtos e serviços;
5. Valorizar as competências humanas e a satisfação dos clientes.

## 2.2 Modelo de Negócios

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos, produtos e linhas de negócio voltados ao crédito para desenvolvimento da sua área de atuação:

1. Segmentos de clientes: atende empresas de todos os portes (*corporate*, grande, média, MPE), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno e miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinanças (urbana e rural) e segmentos pessoa física, entidades representativas e Governo, este último para atender instituições da administração pública direta e indireta.
2. *Portfólio* de produtos e serviços abrange:

* Operações de infraestrutura;
* Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
  + Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
  + Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
  + Operações rurais, inclusive agronegócio;
  + Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
* Gestão de *portfólio* e análise de crédito para fundos e programas do governo;
* Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos à vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
* Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Fidc), entre outros;
* Gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.

1. Linhas de negócio:

* Crédito Especializado;
* Crédito para Infraestrutura;
* Crédito para Microfinança Urbana;
* Crédito para Microfinança Rural.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou 2021 com 292 agências, 688 unidades de microcrédito, sendo, 473 unidades de microcrédito urbano e 215 unidades de microcrédito rural, totalizando 980 pontos físicos de atendimentos, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Canais de Atendimento Presencial do Banco do Nordeste**

Fonte: Banco do Nordeste - Ambiente de Marketing e Diretoria de Negócios

## 2.3 Cenário Macroeconômico

**Cenário Mundial**

A pandemia de Covid-19 provocou impactos econômicos semelhantes à ocorrida na Grande Depressão de 1929. A crise econômica, observada em quase todos os países em 2020, foi decorrente, em grande parte, do nível de espraiamento da pandemia da Covid-19, que exigiu a implementação de uma série de medidas, como a restrição de mobilidade da população, que afetou fortemente as atividades econômicas, sobretudo àquelas relacionadas aos serviços; além das repercussões, seja no comércio local ou internacional.

Após retrair 3,2% em 2020, a economia global, em razão do avanço da vacinação e do relaxamento de medidas sanitárias, voltou a apresentar crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, na ordem de 6,0%, conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional – FMI. É de se ressaltar que os efeitos negativos da pandemia ainda são observados, mas com impactos relativos em menor patamar, quando comparado a 2020.

Para o FMI, os efeitos da pandemia da Covid-19 foram amenizados, em razão das políticas fiscal, monetária e regulatória, que foram adotadas por diferentes nações, que ajudaram na renda das famílias e mitigaram problemas relacionados ao fluxo de caixa das empresas.

O PIB da América Latina e Caribe, uma das regiões mais afetadas na economia, depois de apresentar redução de 7,0% em 2020, o FMI projetou crescimento de 5,8% em 2021. A crise na Região decorreu, fundamentalmente, pela redução no comércio internacional; queda abrupta das atividades industriais e de serviços; intensificação da aversão ao risco, com agravamento das condições financeiras; menor demanda por serviços turísticos; e redução de remessas internacionais. No 1º semestre de 2021, já se verificou aumento do fluxo comercial, aumento da confiança e atividade econômica em processo de retomada.

Entre as economias avançadas, os Estados Unidos ultrapassaram o nível do PIB pré-Covid ainda no ano de 2021, enquanto muitos outros países avançados retornarão ao seu nível pré-Covid apenas em 2022. Vale destacar a China, que já retornou o PIB ao nível pré-covid em 2020.

Uma vez que a crise sanitária for superada, o FMI recomenda que os esforços das políticas econômicas possam se concentrar na construção de economias mais verdes, tanto para impulsionar a recuperação econômica, quanto para aumentar o produto interno potencial. Ainda recomenda o Fundo, que os países também devem cooperar na mitigação das mudanças climáticas, ampliar a digitalização, modernizar a tributação internacional das empresas, limitar a transferência de lucros entre países e combater a evasão de divisas.

**Cenário Nacional**

Diante do cenário de pandemia, com um choque econômico de alto impacto, a economia brasileira entrou no campo negativo, no principal indicador de atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB), recuou 3,9% em 2020.

No ano de 2021, no acumulado de janeiro a setembro, em decorrência do avanço da vacinação e a flexibilização das medidas sanitárias, a atividade econômica brasileira avançou 5,7%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, segundo o IBGE. O PIB Industrial, com crescimento de 6,5%, foi o destaque na recuperação econômica na primeira parte do ano. Os Serviços, que detêm maior peso no PIB, após contração de 4,3% em 2020, registram avanço de 5,2% nos 3 trimestres de 2021. O PIB da Agropecuária apresentou crescimento de 3,8% em 2020, mas em razão de questões climáticas, bem como da elevada base de comparação do ano anterior, registrou leve recuo de 0,1% nos primeiros nove meses de 2021.

Quanto às projeções do Produto Interno Bruto (PIB), estima-se crescimento econômico da economia nacional de 5,0% em 2021[[1]](#footnote-1); variação positiva em 2022 (+0,6%) e 2023 (+2,0%), além de crescimento de 2,5% a partir de 2024.

**Tabela 1 – Brasil – Projeções de indicadores macroeconômicos selecionados – 2021 a 2026**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicadores** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** |
| PIB (% a.a.) | 5,00 | 0,60 | 2,00 | 2,50 | 2,50 | 2,50 |
| IPCA (% a.a.) | 10,06 | 5,00 | 3,60 | 3,00 | 3,00 | 3,00 |
| Taxa Selic (% a.a.) | 9,25 | 10,75 | 7,25 | 6,75 | 6,50 | 6,50 |
| Taxa de Câmbio(R$/US$) | 5,58 | 5,50 | 5,25 | 5,20 | 5,21 | 5,21 |
| TLP (% a.a.) | 4,10 | 5,45 | 5,44 | 4,28 | 4,23 | 4,23 |

Fonte: BNB/Etene.

**Cenário Regional (Nordeste)**

Em 2020, sob efeitos da pandemia da Covid-19, o Brasil e o Nordeste sofreram consequências graves da crise sanitária, com impactos negativos na produção e consumo, que repercutiram no mercado de trabalho, com a precarização e a ampliação da informalidade. A crise sanitária, além de impactar negativamente o mercado de trabalho, reverberou nas atividades de comércio, turismo e serviços em geral, que compõem substancial parcela do PIB do Nordeste e Estados.

Para o recorte estadual, em 2021[[2]](#footnote-2), ano de recuperação econômica, estima-se que os destaques na atividade econômica, com crescimento superior ao Brasil, conforme aponta o Etene, serão os estados do Piauí (+13,2%), Maranhão (+9,3%), Espírito Santo (+8,8%) e Minas Gerais (+5,8%).

## 2.4 Projetos Estratégicos

A seguir destacam-se as principais entregas de alguns dos projetos estratégicos mais relevantes do Banco em 2021. Os projetos estratégicos contribuem para produção de inovações em produtos, processos e serviços do Banco para seus clientes.

**Projeto Estratégico Pagamento Instantâneo PIX**

O Projeto tem como objetivos, dentre outros, definir estratégia de negócio e inovação para adesão aos ecossistemas dos Pagamentos Instantâneos, assim como desenvolver as soluções de TI para viabilizar a integração do Banco do Nordeste, conforme estabelecido em atos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

As principais entregas do projeto no ano de 2021 foram as seguintes:

1. Agendamento de PIX cobrança com vencimento;
2. Notificação de Infração;
3. Pagamento com QR Code;
4. PIX Saque e Pix Troco;
5. PIX Cobrança.

**Projeto Estratégico Plataformas Digitais Crediamigo**

O Projeto tem como objetivo produzir um salto de qualidade e eficiência na lógica de negócio operacional no Programa Crediamigo, para atender às demandas do ambiente de negócio e aos seus processos de concessão, administração e recuperação de crédito.

Os benefícios alcançados pelo projeto em 2021 foram os seguintes:

1. Redução dos custos de deslocamento dos assessores de crédito;
2. Diminuição das despesas com arquivamento de dossiês e manutenção de arquivos;
3. Redução do uso de papel para impressão e fotocópias de documentos;
4. Venda de produtos/serviços diversos aos clientes que optarem por receberem o desembolso da operação via TED;
5. Venda de produtos/serviços aos correntistas do microcrédito que possuam movimentação em conta corrente;
6. Automatização da análise e deferimento das ‘Propostas de Crédito’.

## 2.5 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e por municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação estabelecida pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), a partir da elaboração do Banco do Nordeste de forma participativa com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Assim, a alocação dos recursos em termos de público beneficiário, área e setor econômico, vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do BNB enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

2.5.1 Ativos FNE

Os ativos do FNE totalizaram R$ 107,84 bilhões ao final do exercício de 2021, apresentando crescimento de 12,0% em comparação com o volume de R$ 96,27 bilhões alcançado no mesmo período do ano anterior. O saldo das disponibilidades de recursos do FNE, ao término do exercício, atingiu R$ 2,73 bilhões, representando redução de 24,0% em relação ao saldo existente no final de 2020. Enquanto isso, os saldos a desembolsar comprometidos relativos a operações de crédito anteriormente contratadas totalizaram R$ 16,98 bilhões, valor 40,4% maior que os R$ 12,09 bilhões existentes em dezembro/2020. O saldo de valores de operações de crédito também cresceu em relação a 2020, apresentando aumento de 7,6% e valor de R$ 85,14 bilhões, líquidos de provisões (R$ 79,13 bilhões em dezembro/2020). Tais variações foram influenciadas pelo expressivo volume de contratações de operações de crédito com recursos do Fundo (R$ 25,88 bilhões em 2021), bem como pelos encargos financeiros contabilizados no exercício (R$ 7,25 bilhões) e os bônus de adimplência do período (R$ 1,12 bilhão).

2.5.2 Contratações

Baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos, em 2021, no montante de R$ 25,88 bilhões, cuja distribuição por Estado (rateio) está detalhada na Tabela 3, a seguir:

**Tabela 3 - BNB/FNE - 2021: Financiamentos (R$ milhões)**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **FNE, Exceto Saneamento e Logística** | | **FNE Saneamento e Logística** | | **Total Valor Contratado** |
| **Valor Contratado** | **%** | **Valor Contratado** | **%** |
| **AL** | 899,74 | 3,6 | 0 | 0 | 899,74 |
| **BA** | 7.049,56 | 28,6 | 172,7 | 14,3 | 7.222,26 |
| **CE** | 2.568,85 | 10,4 | 0 | 0 | 2.568,85 |
| **ES** | 362,92 | 1,5 | 0 | 0 | 362,92 |
| **MA** | 2.100,28 | 8,5 | 26,17 | 2,2 | 2.126,45 |
| **MG** | 1.776,81 | 7,2 | 0 | 0 | 1.776,81 |
| **PB** | 1.551,43 | 6,3 | 282,07 | 23,4 | 1.833,50 |
| **PE** | 2.110,02 | 8,6 | 508,91 | 42,2 | 2.618,93 |
| **PI** | 2.978,21 | 12,1 | 0 | 0 | 2.978,21 |
| **RN** | 2.454,23 | 9,9 | 0 | 0 | 2.454,23 |
| **SE** | 824,37 | 3,3 | 216 | 17,9 | 1.040,37 |
| **Total** | **24.676,42** | **100** | **1.205,85** | **100** | **25.882,27** |

**Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento**

De acordo com as Diretrizes da Programação FNE 2021, a apuração das contratações por Estado, exclui os financiamentos às infraestruturas de saneamento básico e de logística.

A apuração da execução do FNE sob o prisma dos setores de atividade econômica também exclui aquelas infraestruturas. De acordo com a Tabela 4 a seguir, foram contratados R$ 9,47 bilhões para o Setor Rural (Agricultura e Pecuária); aos demais setores (Comércio e Serviços, Indústria, Agroindústria, Turismo, Infraestrutura e Pessoa Física) foram contratados R$ 15,20 bilhões.

No setor de Infraestrutura, exceto saneamento e logística, o montante contratado foi R$ 7,15 bilhões, o que representa aproximadamente 28,99% desse total aplicado na Região. De acordo com a Programação FNE 2021, para as infraestruturas de saneamento básico e de logística, em particular, foi programado um orçamento especifico de R$ 1,20 bilhão e, que foram inteiramente utilizados em 8 operações contratadas nesses segmentos de infraestrutura.

Com relação ao Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies), foram contratadas 1.085 operações num montante de R$ 22,2 milhões.

**Tabela 4 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R$ milhões)**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Setor** | **2020** | | **2021** | | **Variação % Valor 2021/2020** |
| **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor** |
| Rural (1) | 590.877 | 7.673,39 | 616.549 | 9.473,03 | 23,45 |
| Agroindustrial | 493 | 448,87 | 388 | 371,04 | -17,34 |
| Comércio e Serviços | 107.101 | 8.374,31 | 24.642 | 5.508,51 | -34,22 |
| Industrial | 6.050 | 2.051,80 | 3.457 | 1.596,95 | -22,17 |
| Turismo | 2.004 | 532,72 | 909 | 416,62 | -21,79 |
| Infraestrutura (2) | 70 | 6.326,08 | 83 | 7.154,34 | 13,09 |
| Pessoa Física (3) | 4.529 | 124,69 | 5.073 | 155,93 | 25,06 |
| **Total** | **711.124** | **25.531,86** | **651.101** | **24.676,42** | **-3,35** |

**Fonte:** Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

**Notas: (1)** Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária. (2) Exclui Saneamento e Logística**, em 2021 (3)** Inclui FNE P-Fies e FNE Sol.

Do ponto vista da sustentabilidade, a atuação do BNB merece destaque pelo apoio consistente à implementação à infraestrutura de geração de energia por fontes renováveis. No 2º semestre de 2021, por meio do Programa FNE Verde Infraestrutura, foram contratados R$ 6,20 bilhões em projetos de geração centralizada (solar e eólica). Na área de micro e minigeração de energia distribuída, destacam-se as contratações de 3.988 operações com Programa FNE Verde Sol PF, voltado para a geração de energia residencial, totalizando R$ 133,7 milhões.

Em comparação com o ano de 2020, a execução do FNE em relação a 2021, teve uma retração de 3,35%. Esse resultado decorre do fato em que alguns setores sofreram retrações significativas nos financiamentos, sobretudo Comércio e Serviços, Indústria, Turismo e Agroindústria. Contudo, a forte expansão das contratações nos setores Rural e da Infraestrutura compensaram a queda da demanda por crédito daqueles setores. Um aspecto a ser considerado seria o perfil desfavorável da conjuntura econômica precipitado pela continuidade da pandemia da covid-19, no qual as operações de financiamento ao setor de Comércio e Serviços - historicamente um grande demandante de recursos do FNE - foram fortemente impactadas, a exemplo do que vem ocorerendo com Indústria, Turismo e agroindústria.

Observa-se que mesmo diante do efeito deletério provocado pela pandemia do Covid-19 sobre o nível de atividade, as contratações do FNE no setor Rural tiveram um aumento de 23,45%, comparado com o mesmo período do ano anterior, o que reforça o papel da Agricultura e a Pecuária para a economia da região e do país. Destacam-se também as inversões em infraestrutura, as quais parecem sofrer uma sazonalidade, com alternancia na maturação dos seus projetos, que na perspectiva de realização demoram mais tempo para acontecer.

A execução da programação do FNE é aderente à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando reduzir desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, até dezembro de 2021 foram realizadas operações em 1.993 municípios, representando 96,09% do total de municipios da área de abrangência[[3]](#footnote-3) do FNE e o financiamento de R$ 16,10 bilhões para empreendimentos no Semiárido, 62,22% do total até então financiado, dos quais R$ 7,31 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura.

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (os municípios de baixa e média renda, em qualquer dinamismo), subespaços também previstos na PNDR, atingiram um montante de R$ 21,95 bilhões, cerca de quase 84,80% dos financiamentos do FNE até dezembro de 2021, incluindo nesse montante o valor financiado para infraestrutura.

Aos portes prioritários, por sua vez, foram direcionados (exceto as infraestruturas de Saneamento básico e logística) R$ 12,48 bilhões, distribuídos em 648.244 operações de financiamento. Apesar do desempenho positivo da atuação do Banco do Nordeste nos setores de infraestrutura, rural e pessoa física urbana, a incerteza dos agentes perante o atual cenário sinaliza a importância do papel contracíclico das instituições financeiras públicas, por meio de suas fontes e programas de financiamento.

2.5.3 Estimativas de Impactos Econômicos

Tendo por base um exercício com a utilização da Matriz Insumo Produto Regional, estima-se que os R$ 25,9 bilhões contratados com recursos do FNE em 2021 devem contribuir para gerar e/ou manter 1,2 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 5). Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Levando-se em conta as contratações globais do BNB em 2021, estima-se que os empréstimos e financiamentos contribuiram para gerar e/ou manter 1,4 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 6).

Ainda conforme a Tabela 5, com enfoque no FNE e seus impactos econômicos, as estimativas apontam incremento de R$ 8,57 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R$ 4,93 bilhões na arrecadação tributária, R$ 53,27 bilhões no Valor Bruto da Produção e R$ 30,44 bilhões de Valor Adicionado à Economia. Na Tabela 6, onde se verificam os números de contratações globais do BNB e suas repercussões econômicas, as estimativas apontam elevação de R$ 9,64 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R$ 5,50 bilhões na arrecadação tributária, R$ 59,97 bilhões no Valor Bruto da Produção e R$ 34,03 bilhões de Valor Adicionado à Economia.

**Tabela 5 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 2021**

**R$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas (1)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE¹** | | | | | | | | |
| **Indicador** | **Agrícola** | **Pecuária** | **Agroindústria** | **Industrial** | **Infraestrutura** | **Comércio** | **Serviços** | **Total** |
| **Valor Total Contratado em 2021 (R$ Milhões)** | **4.132,1** | **5.342,9** | **367,7** | **1.911,5** | **8.360,2** | **3.124,6** | **2.643,4** | **25.882,3** |
| **Resultados por Setor - Área de Atuação do Banco do Nordeste** | | | | | | | | |
| Valor Bruto da Produção² | 8.196,0 | 11.164,5 | 821,7 | 3.964,2 | 17.080,5 | 6.468,5 | 5.570,2 | 53.265,5 |
| Valor Agregado/Renda³ | 5.138,2 | 6.115,3 | 322,3 | 1.704,6 | 9.648,3 | 4.225,1 | 3.283,1 | 30.436,9 |
| Salários | 1.331,4 | 1.694,1 | 111,6 | 550,0 | 2.492,7 | 1.324,3 | 1.068,0 | 8.572,3 |
| Tributos | 508,6 | 855,5 | 82,7 | 496,4 | 2.269,8 | 275,2 | 441,7 | 4.929,9 |
| Empregos (N° de pessoas) (4) | 261.419 | 553.693 | 11.184 | 36.884 | 155.244 | 116.615 | 81.325 | 1.216.363 |
| **Resultados por Setor - Brasil (5)** | | | | | | | | |
| Valor Bruto da Produção² | 16.163,1 | 22.165,2 | 1.625,6 | 7.627,0 | 33.160,3 | 12.309,2 | 10.574,3 | 103.624,8 |
| Valor Agregado/Renda³ | 8.796,3 | 11.147,9 | 694,0 | 3.404,0 | 17.303,2 | 6.977,9 | 5.631,1 | 53.954,5 |
| Salários | 2.592,3 | 3.412,6 | 237,2 | 1.138,6 | 5.108,5 | 2.285,4 | 1.885,9 | 16.660,5 |
| Tributos | 1.297,0 | 1.945,2 | 158,4 | 854,5 | 3.886,4 | 858,7 | 947,1 | 9.947,3 |
| Empregos (N° de pessoas) (4) | 305.792 | 620.075 | 16.176 | 56.743 | 243.979 | 150.390 | 109.944 | 1.503.099 |
| **Investimento para gerar 01 emprego (R$)** | **13.512,7** | **8.616,5** | **22.728,9** | **33.686,7** | **34.266,0** | **20.776,3** | **24.043,4** | **17.219,3** |

Fonte: Banco do Nordeste/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (renda), a partir da aplicação dos recursos. (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se, também, o efeito transbordamento.

**Tabela 6 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações Globais do Banco do Nordeste em 2021 R$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas (1)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do BNB¹** | | | | | | | | |
| **Indicador** | **Agrícola** | **Pecuária** | **Agroindústria** | **Industrial** | **Infraestrutura** | **Comércio** | **Serviços** | **Total** |
| **Valor Total Contratado em 2019 - Milhões** | **4.170,0** | **6.836,5** | **367,7** | **2.803,5** | **8.360,2** | **3.594,8** | **2.967,2** | **29.099,9** |
| **Resultados por Setor - Área de Atuação do Banco do Nordeste** | | | | | | | | |
| Valor Bruto da Produção² | 8.271,2 | 14.285,6 | 821,7 | 5.814,2 | 17.080,5 | 7.442,0 | 6.252,4 | 59.967,6 |
| Valor Agregado/Renda³ | 5.185,3 | 7.824,9 | 322,3 | 2.500,0 | 9.648,3 | 4.861,0 | 3.685,2 | 34.027,1 |
| Salários | 1.343,7 | 2.167,7 | 111,6 | 806,7 | 2.492,7 | 1.523,6 | 1.198,8 | 9.644,9 |
| Tributos | 513,3 | 1.094,6 | 82,7 | 728,0 | 2.269,8 | 316,6 | 495,8 | 5.500,9 |
| Empregos (N° de pessoas) (4) | 263.818 | 708.483 | 11.184 | 54.096 | 155.244 | 134.165 | 91.285 | 1.418.276 |
| **Resultados por Setor - Brasil (5)** | | | | | | | | |
| Valor Bruto da Produção² | 16.311,4 | 28.361,7 | 1.625,6 | 11.186,3 | 33.160,3 | 14.161,8 | 11.869,3 | 116.676,6 |
| Valor Agregado/Renda³ | 8.877,0 | 14.264,4 | 694,0 | 4.992,5 | 17.303,2 | 8.028,1 | 6.320,8 | 60.480,1 |
| Salários | 2.616,1 | 4.366,6 | 237,2 | 1.670,0 | 5.108,5 | 2.629,4 | 2.116,9 | 18.744,7 |
| Tributos | 1.308,9 | 2.489,0 | 158,4 | 1.253,2 | 3.886,4 | 987,9 | 1.063,1 | 11.147,0 |
| Empregos (N° de pessoas) (4) | 308.598 | 793.423 | 16.176 | 83.224 | 243.979 | 173.024 | 123.409 | 1.741.834 |
| **Investimento para gerar 01 emprego (R$)** | **13.512,7** | **8.616,5** | **22.728,9** | **33.686,7** | **34.266,0** | **20.776,3** | **24.043,4** | **16.706,5** |

Fonte: Banco do Nordeste/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (renda), a partir da aplicação dos recursos. (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se, também, o efeito transbordamento.

ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

3.1 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Desenho de pessoa e texto branco

Descrição gerada automaticamente com confiança médiaUma imagem contendo Ícone

Descrição gerada automaticamenteTabela

Descrição gerada automaticamente

O desenvolvimento regional é viabilizado a partir da associação de um conjunto de fatores econômicos, financeiros, tecnológicos, sociais e ambientais capazes de gerar ganhos de competitividade e produtividade aliados à promoção do bem-estar social.

As atividades de Pesquisa, Difusão, Desenvolvimento e Inovação fazem parte desse conjunto de fatores, uma vez que funcionam como peças aceleradoras dos ganhos de produtividade e criação de novas oportunidades de investimentos públicos e privados, muitas vezes destinadas à introdução de tecnologias disruptivas que proporcionam um salto na qualidade de vida de toda a sociedade.

Visando impulsionar essas atividades na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, há 50 anos o Banco do Nordeste criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci). Desde então, o Banco do Nordeste tem contribuído para o fortalecimento da base tecnológica na região e para a identificação e solução de entraves do setor produtivo local, foi somado a esses esforços, o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), instituído por meio do Decreto 94.386, de 28/05/1987, que tem por objetivo o apoio de programas e projetos que visem prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefícios para as populações mais carentes da região.

Os projetos apoiados pelo Fundeci e pelo FDR acumulam experiências relevantes em décadas de contribuição para a adaptação e/ou aperfeiçoamento de produtos, serviços e processos, para a difusão de tecnologias e para inovação, com ênfase no setor produtivo regional. Esses fundos disponibilizam recursos não reembolsáveis para o apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento, difusão e inovação, contando com processos estruturados de acompanhamento e de prestações de contas técnica e financeira.

Nesse contexto, no ano de 2021 foram formalizados 20 (vinte) instrumentos de convênio e termos de outorga relativos aos projetos selecionados nos editais lançados em 2019 e 2020, inclusive o último projeto do edital de desenvolvimento territorial lançado no ano de 2018, com aplicações no montante de R$ 5,1 milhões, distribuídas entre oito estados da região Nordeste e o norte do estado do Espírito Santo. Adicionalmente, estão reservados R$ 25,5 milhões para aplicação em 61 projetos que se encontram na fase de análise técnica e formalização.

Destaque-se a alocação de R$ 16,0 milhões no lançamento de dois editais em 2021 , o Edital 01/2021 - Subvenção Econômica para Inovação em empresas, no valor de R$ 10,0 milhões objetivando fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras para aumentar a capacidade de competição e a sustentabilidade, inclusive observando as melhoras práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), das empresas com faturamento anual até R$ 16,0 milhões, ou seja, com foco no suporte financeiro não reembolsável das MPEs e empresas de pequeno-médio porte, para o qual concorreram 288 projetos, sendo selecionados 28 projetos e mantido um banco de reserva de outros 82 projetos. O segundo edital, 02/2021 - Subvenção Econômica - Programa de Educação Empreendedora, lançado no mês dezembro pelo valor de R$ 6,0 milhões, se destinam ao apoio financeiro de instituições Aceleradoras para a formatação e execução de Programa que visa a capacitação (Módulo Ideação) e o crescimento (Módulo Tração) de empresas Startups, e atualmente encontra-se na fase de cadastramento das empresas aceleradoras interessadas, sendo o primeiro edital do gênero lançado pelo Banco do Nordeste.

3.2 Sustentabilidade

O Banco do Nordeste renova seu empenho, a cada ano, na difusão de iniciativas e projetos socioambientais, buscando viabilizar o equilíbrio entre crescimento econômico, bem-estar social e cuidado com o meio ambiente. Os bons resultados alcançados mês a mês relacionados a mencionadas iniciativas refletem tais esforços.

Como forma de fortalecer, junto aos *stakeholders,* a transparência de suas ações, o Banco do Nordeste publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. Por meio desse relato, as partes interessadas têm acesso às principais ações relacionadas aos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), bem como aos resultados de sua atuação. Dentre as várias atividades, no contexto ASG, realizadas pelo Banco, destacam-se: financiamentos concedidos a projetos voltados à sustentabilidade em toda a área de atuação do Banco, fortalecimento e avanços na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e da Agenda ASG da Instituição, além de apoio financeiro a diversos projetos sociais com recursos de incentivos fiscais. Os Relatórios de Sustentabilidade do Banco do Nordeste podem ser acessados em <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-sustentabilidade>.

Por meio das linhas de crédito verde do Banco, mais relacionadas ao aspecto ambiental no âmbito de ASG, são apoiados os projetos que promovem energias renováveis, eficiência energética, uso sustentável de recursos florestais, florestamentos, reflorestamentos, recuperação ambiental e convivência com o semiárido, recuperação de áreas de gradadas e produção de base agroecológica, dentre outros. Em 2021, por meio das referidas linhas de crédito verde foram contratados R$ 6,90 bilhões, em torno de 12 mil operações realizadas, distribuídas da seguinte forma:

1. R$ 6,76 bilhões contratados pelo Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE Verde, em que se destacam os financiamentos voltados à geração centralizada de energia por meio de fontes renováveis, que totalizaram R$ 6,21 bilhões. Nos projetos de micro ou minigeração distribuída de energia através de fonte fotovoltaica foram aplicados R$ 386,5 milhões, em mais de 5 mil operações, sendo R$ 146,5 milhões vinculados a pessoas físicas (incluindo produtores rurais) e R$ 240,0 milhões para empresas, registrando um valor médio de R$ 36,4 mil e R$ 210,9 mil, respectivamente.
2. R$ 144,2 milhões nas linhas verde do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (Floresta, Semiárido, Agroecologia e Bioeconomia).

No primeiro trimestre de 2021, foi atualizada a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco do Nordeste, instrumento fundamental para nortear ações da Agenda *ASG* do Banco. Dentre seus princípios compreendidos como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, podem-se destacar:

1. Incentivo à preservação, conservação e recuperação ambiental.
2. Atuação socialmente responsável, com base na transparência, nos valores morais e éticos.
3. Promoção do desenvolvimento sustentável na concessão do crédito e no apoio financeiro a projetos de diferentes naturezas, primando pela busca contínua do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental.
4. Mensuração dos riscos socioambientais nas análises de clientes, de empreendimentos e de projetos.

Do novo plano de ação elaborado para implementação da PRSA, ao final de 2021 haviam sido cumpridos 70% das ações previstas para o primeiro ano de sua vigência, dentre as quais destacamos: *i)* inclusão de critérios socioambientais no Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa; *ii)* Realização de campanha de fomento ao uso de energias renováveis por MPE; *iii)* identificação de atividades/empreendimentos com maior potencial para causar danos socioambientais, aprimorando a análise do risco socioambiental.*iv)* Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para as unidades do Banco, de forma a melhor gerenciar os impactos socioambientais das atividades administrativas da instituição

Mais informações acerca da referida Política podem ser acessadas por meio do *link:* <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>

Considerando a perspectiva social de sua jornada ASG, o Banco do Nordeste destaca-se, além dos resultados já citados, pelo apoio a projetos assistenciais destinados à proteção de crianças, adolescentes e idosos em situação de risco e vulnerabilidade social, bem como de projetos de apoio à atenção oncológica e apoio à saúde da pessoa com deficiência. Anualmente, o Banco destina parte de seu imposto de renda devido a entidades sem fins lucrativos, na forma de apoio financeiro com recursos não reembolsáveis com base nas leis de incentivos fiscais. Esse apoio é realizado no âmbito das seguintes linhas: Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo dos Direitos do Idoso, Lei de Incentivo ao Esporte, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas). Em 2021, foram selecionados 35 (trinta e cinco) projetos sociais, somando aproximadamente R$ 10,5 milhões, distribuídos entre 8 estados nordestinos, sendo: 10 projetos do Ceará, 10 de Pernambuco, 8 da Bahia, 2 do Maranhão, 2 de Sergipe e 1 de cada estado de Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte. Vale destacar que o valor destinado em 2021 equivale a um terço de todo o volume aportado entre os anos de 2007 e 2020, quando o Banco do Nordeste destinou cerca de R$ 31,4 milhões a 354 projetos nessas modalidades. A relação de fundos e entidades beneficiadas pode ser acessada em <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias>.

Referidas informações, além de diversas outras relacionadas à Jornada *ASG* desenvolvidas pelo Banco do Nordeste, estão disponíveis no portal do Banco na internet, no caminho: <https://www.bnb.gov.br/responsabilidade-socioambiental/>.

Diferentes critérios de sustentabilidade também são adotados pelo Banco do Nordeste nas contratações de serviços e aquisições de produtos. Nos editais e minutas de contratos em geral, desde que justificável e preservado o caráter competitivo do certame, as licitações promovidas pelo Banco seguem as diretrizes de sustentabilidade expressas no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, a saber:

1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. preferência pela origem local de materiais, tecnologias e matérias-primas;
3. eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados em bens, serviços e obras; e
8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Consequentemente, nos instrumentos convocatórios com objetivo de fornecimento de bens, por exemplo, constatados os requisitos referentes à justificativa e à competitividade referidos no parágrafo anterior, são incluídos critérios de sustentabilidade, os quais passam a integrar as especificações técnicas dos bens.

Quanto aos contratos, sobretudo referentes a obras e serviços de engenharia, dentre as obrigações gerais do contratado consta a exigência da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais. Adicionalmente, também é obrigação do contratado orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.

Critério adicionais podem ser adotados conforme a natureza do objeto a ser contratado, situação em que as exigências e/ou obrigações referentes aos critérios e práticas de sustentabilidade são amoldadas às peculiaridades de cada caso.

O anteriormente mencionado Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente pelo Banco, traz uma série de ações realizadas para redução do consumo de recursos de relevância ambiental, tais como: energia elétrica, água, papel, copos descartáveis, entre outros. São exemplos de tais ações:

1. Substituição das lâmpadas comuns pelas do tipo LED, a modernização dos sistemas de iluminação e a instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica para a redução no consumo de energia elétrica.
2. Aprimoramento dos controles sobre a gestão de água nas agências, a redução do consumo de produtos químicos utilizados em limpeza e manutenção predial, utilização de torneiras de lavatórios com fechamento automático e caixas de descarga para vasos sanitários com consumo de água reduzido para a redução no consumo de água.
3. Implantação do sistema de assinatura digital, implantação de sistema de digitalização de documentos para redução no consumo de papel. e
4. Manutenção de um programa permanente de redução de despesas que conta com campanhas de conscientização e monitoração constante do volume de materiais utilizados, sobretudo papel e copos descartáveis.

Outras ações para redução do consumo de recursos naturais envolvem a adoção pelo Banco, em todas as obras de construção e reforma de edificações, de especificações padronizadas para minimizar o consumo de água e energia elétrica, bem como para reduzir o consumo de produtos químicos utilizados em limpeza e manutenção predial.

As intervenções de reforma geral para modernização, realizadas em agências a partir de 2019, incluem a instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica. Há previsão para intervenções em pelo menos 12 agências ao longo de 2022.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados fortemente por ações de prevenção e combate aos efeitos da pandemia do Covid-19, o que atrasou o planejamento inicial relacionado às reformas de agências e instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica. Ao longo de 2020 e 2021 foram realizados estudos e simulações referentes ao assunto, onde se busca definir claramente qual será o modelo (ou modelos) de atuação a ser adotado pelo Banco, para as unidades onde essa modalidade se mostra economicamente viável, o que poderá envolver no futuro próximo mais de 100 agências do Banco.

O Banco mantém gerenciamento permanente das contas de energia elétrica e água de todas as agências e do CAPGV, com a finalidade de monitorar variações e adotar medidas para evitar consumo excessivo, bem como rever e ajustar os contratos de fornecimento de energia junto às concessionárias, evitando multas.

Quanto às ações do Banco para a redução de resíduos poluentes, no ano de 2020, por força da pandemia mundial, decorrente do Coronavirus (Covid-19), verificou-se a implantação do Teletrabalho Monitorado no Banco, o que ensejou a implantação da assinatura digital, com redução significativa nas rotinas de impressão de documentos. Entretanto, em 2021 com o avanço da vacinação contra a Covid, houve retorno dos funcionários que estavam em Teletrabalho Monitorado, bem como houve incremento no número de operações de crédito realizadas, o que ensejou aumento no consumo de papel em relação a 2020, da ordem de 31.868 resmas de papel A4, ou 75,5 toneladas de papel.

Do mesmo modo, no ano de 2021, com o retorno dos funcionários que estavam em Teletrabalho Monitorado, observou-se aumento na utilização, por empregados e colaboradores, de copos plásticos descartáveis no recinto do Banco. Tal aumento, quando comparado com 2020, foi da ordem de 33.310 pacotes c/100 copos de 150ml, cada, ou de 5,49 toneladas de resíduo plástico (polipropileno).

Em atendimento ao decreto Nº 5.940, o Banco do Nordeste realiza, desde 2007, a separação e destinação de resíduos recicláveis para a coleta seletiva solidária, por meio de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Esta ação está sendo realizada na Sede do Banco - no CAPGV em Fortaleza (CE) e nas seguintes agências: Aracaju Centro (SE), Aracaju Siqueira Campos (SE), Fortaleza Montese (CE), Imperatriz (MA), Eunápolis (BA), Itamaraju (BA), Salvador Barra (BA), Salvador Comércio (BA).

3.3 Política de Desenvolvimento Territorial

**(Ações de Sustentabilidade)**

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Para o ano de 2021, o Programa teve 178 Territórios/Projetos em andamento, divididos em quatro fases. A primeira fase composta por 21 projetos, a segunda por 50 e a terceira com 61. Essas três fases atualmente, estão com seus Planos de Ação Territorial (PAT) em execução e monitoração. A quarta fase do programa, foi iniciada em 2021, com a inclusão de 46 novos Territórios/Projetos, em processo de definição de atividades econômicas, municípios, participantes e parceiros.

Os Planos de Ação implementados nos 132 territórios abrangidos pelo Prodeter, nas suas três fases, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos. Ressalta ainda que para os 46 novos projetos da quarta fase, o início da execução das ações está previsto para o primeiro semestre de 2022.

As atividades econômicas priorizadas no Prodeter, receberam aproximadamente R$ 921,8 milhões em financiamento em 2021. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado financiado já chegou a marca R$ 2,94 bilhões.

No ano de 2021 o PRODETER contou com cerca de 10.263 participantes, sendo que 9.330 clientes cadastrados com a ocorrência 300 (Desenvolvimento Territorial – clientes desse seguimento). E do ano de 2017 (início da série) até o ano de 2021, foram realizadas em torno de 8.197 operações para os clientes com a marcação 300. O programa esteve presente em 825 municípios da área de atuação do Banco, o que representa 41,5%. E conta com um total aproximado de 1.800 representantes de instituições parceiras.

Assim como nos anos anteriores, em 2021, foi atualizado o banco de dados de registro e difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas objeto das ações do Prodeter, com resultados expressivos, valendo destacar:

* Avanços nas inovações tecnológicas na bovinocultura de leite, como o Acordo de Cooperação firmado com a FAEC para melhoria genética no Ceará, as capacitações em Inseminação Artificial e Transferências de Embriões no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco e em Sergipe, nesse com destaque para a realização nos 03 municípios que compõem o PAT do Alto Sertão Sergipano, o Programa de IATF - INSEMINAÇÃO POR TEMPO FIXO, houve a inseminação de 239 animais; Implantação do Programa de Fertilização In Vitro (FIV) nas propriedades dos associados da Associação dos Produtores de Queijo da Região de Diamantina (APRODIA) em Minas Gerais; a disseminação da palma adensada Bahia, da palma forrageira em Pernambuco e no Rio Grande do Norte; o Acordo de cooperação firmado com a SDA, para financiamento de palma forrageira no Ceará; bem como a realização de dias de campo, oficinas de capacitação, visitas técnicas, palestras virtuais, entre outras ações, com temas variados, desde reserva estratégica alimentar até o melhoramento genético dos rebanhos;
* Financiamento integrado e orientado nas diversas atividades priorizadas, viabilizando o aumento da produção, fortalecendo a competividade, com destaque para os R$ 427,0 milhões assegurados pelo Banco do Nordeste aos Bovinocultores e os R$ 167,0 milhões destinados aos Caprinovinocultores, nos territórios do PRODETER;
* Continuidade do fortalecimento do associativismo, visualizado por meio da compra coletiva de insumos agropecuários e venda coletiva de produtos, com a disponibilização de novos canais de comercialização e aplicativos, além da reestruturação e criação de cooperativas de produtores, como por exemplo a implantação da Cooperativa dos Produtores de Leite e de uma Central de Negócios, ambas em Penedo Alagoas; Acordos de vendas coletivas com o frigorífico FrigBahia – Cooperativa Regional de Alimentos Bahia Ltda e a Criação de Associação de Produtores em Camacan, também na Bahia; implantação do Programa AT&G do Senar para produtores cooperados em Minas Gerais; Ação conjunta com a COPAF junto ao Governo do Estado da Paraíba para incentivo fiscal, para a Cooperativa, crédito presumido de ICMS; Reativação da Cooperativa de Moita Bonita em SERGIPE, entre outras;
* Várias ações do PRODETER em parcerias com órgãos das administração estadual e municipal, como por exemplo: a criação do Marco Regulatório da Avicultura Caipira no Estado da Paraíba construído o documento pela COPAF e Banco do Nordeste, foi aprovada e sancionada a Lei 11.854; Acordo de parceria entre a Cervejaria Sergipana Uça e Secretaria de Agricultura de Lagarto, para produzir uma cerveja artesanal a base de mandioca; Acordo de Cooperação entre as Prefeituras Municipais e o SENAR sobre contratação da ATEG para 50 produtores do Prodeter no Ceará; Financiamento do Programa de Profissionalização no Agronegócio da Bananicultura do Território Maciço de Baturité para os 60 produtores do Prodeter, pela UNILAB/MAPA no Ceará; Reconhecimento oficial pelo Estado de Minas Gerais e pelo Ministério Público, o Processo de Criação do Monumento Natural Municipal Curral de Pedras (MONAM-CP); no Piauí, firmou-se o acordo ATeG - SENAR/PRODETER e Prefeitura Municipal de Luís Correia - para 30 produtores de leite e seus derivados e a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, assinou a ordem de serviço para construção da Unidade de Beneficiamento de Pescado no município de Demerval Lobão.
* Fortalecimento dos produtores rurais com produção em bases agroecológicas, como por exemplo a assinatura de dois convênios com recursos - BNB/FUNDECI no Espírito Santo: "Agroecologia: Multiplicando Saberes, Produzindo Vida" para implantação de 15 unidades Demonstrativas de Referência da Produção Agroecológica, e o Projeto “Agroecologia semeando conhecimentos para que o povo possa colher dignidade" com o objetivo de promover formação de adolescentes e agricultores familiares do Norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia;
* Aprimoramento da infraestrutura produtiva regional, como a Ampliação do Laticínio Lassa para aumento da compra do leite dos produtores do Prodeter e a Instalação do Laboratório para exames OPG no Território Sertões de Tauá, ambos no Ceará; Inauguração do Entreposto do Mel na Costa do Descobrimento e SDR/CAR - Depósito no BNB 1 milhão (ampliação Laticínio), ambos na Bahia.

**O Prodeter e o Plano AgroNordeste (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa)**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou em 2019 o AgroNordeste, um plano de ação para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e sustentável do meio rural da Região. 230 municípios foram contemplados nessa iniciativa, entre os nove estados do Nordeste e parte de Minas Gerais, divididos em 12 territórios.

Em 2021, as reuniões e ações do Agronordeste ocorreram de forma virtual. Atualmente são 16 territórios e 297 municípios beneficiados com o Programa. [O AgroNordeste é voltado para pequenos e médios produtores que já comercializam parte da produção, mas ainda encontram dificuldades para expandir o negócio e gerar mais renda e emprego na região onde vivem.](http://www.agricultura.gov.br/noticias/mapa-lanca-agronordeste-plano-para-alavancar-desenvolvimento-da-agropecuaria-na-regiao)

O AgroNordeste está sendo desenvolvido em parceria com órgãos vinculados à pasta e instituições como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco do Brasil (BB).

O Banco do Nordeste, por meio do Prodeter, está integrado ao AgroNordeste, tendo como referência a implementação de ações convergentes. As atividades produtivas trabalhadas nos projetos do Prodeter atendem as atividades priorizadas no AgroNordeste. Dessa forma, o Prodeter contribui com 70 projetos, sendo 8 projetos de Apicultura, 1 de Aquicultura, 3 de Avicultura, 3 de Cajucultura, 6 de Cultivos Alimentares (arroz, feijão e mandioca), 29 de Bovinocultura (leite), 1 de Extrativismo Sustentável, 6 de Fruticultura irrigada (banana, melão, manga, melancia) e 13 de Ovinocaprinocultura (leite, carne e peles). Todos os 11 Comitês Estaduais de Coordenação instalados, tiveram a participação do Banco do Nordeste. O Banco participa da elaboração dos planos de ação territoriais, instalação dos escritórios locais e das atividades voltadas para estruturação e financiamento das atividades econômicas priorizadas.

**Acordo de cooperação BNB & Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)**

Em 2021, a equipe do Prodeter, nos pólos onde houve ações do Rotas da Integração, esteve presente. Como por exemplo os cinco Polos do Estado de Pernambuco, com destaque para as reuniões e oficinas que ocorreram mensalmente no Rota TIC Polo Sertão Digital, sendo lançado o Projeto de Cooperação TécnicaBRA/IIca/13/001- MI INTERÁGUAS 5 MDR, e o Rota TIC Pólo Mangue Digital. E também os três Polos do Estado do Ceará (Pólo Sertão Central e Vale Jaguaribano – Rota do Leite; Pólo Inhamus e Sertões de Crateus – Rota do Mel e o Pólo Sertão dos Inhamus – Rota do Cordeiro), com a realização de várias Webinares e capacitações presenciais, realização de cursos incluindo vários temas, fortalecimento da infra-estrutura, com instalação de unidades técnicas e laboratórios para exames, além de diversos acordos de cooperação e financiamentos que ultrapassaram o valor de R$ 95,0 milhões.

Atualmente o Programa Rotas da Integração Nacional possui 28 polos na área de atuação do Banco do Nordeste, divididos em 08 atividades produtivas, quais sejam: caprinovinocultura (13), bovinocultura de leite (1), fruticultura (2), apicultura (4), cacauicultura (1), economia circular (1), biodiversidade (3) e tecnologia da informação/comunicação TIC (3).

# DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

## 4.1 Ativos

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R$ 60,30 bilhões, ao término do exercício de 2021, apresentando um decréscimo de 2,5% em relação aos R$ 61,82 bilhões existentes em dezembro de 2020. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos. No que diz respeito à composição do saldo, observou-se um crescimento de 22,6% nas operações de crédito (R$ 15,56 bilhões em dez/21, contra R$ 13,18 bilhões em dez/20). Ao final do exercício, o saldo correspondente à carteira de Títulos e Valores Mobiliários, acrescida de Aplicações interfinanceiras e Disponibilidades totalizou o montante de R$ 39,79 bilhões, 8,3% inferior ao saldo de dezembro de 2020 que foi de R$ 43,37 Bilhões.

Embora tenha ocorrido uma pequena redução no ativo total administrado, a mudança de perfil dos ativos, com elevação da carteira de crédito e redução na carteira de TVM e de Aplicações Interfinanceiras, proprocionou incremento nas margens financeiras conforme será comentado adiante no tópico de resultados.

## 4.2 Disponibilidades do FNE

Ao Banco do Nordeste cabe aplicar os recursos do Fundo e implementar as políticas de concessão de crédito aprovadas pela SUDENE/Condel. Enquanto tais recursos não são destinados a tal finalidade, são remunerados à taxa extra mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Lei 9.126/95, cabendo ressaltar que, a partir de 19/05/2021, essa remuneração passou a ser apurada com base na taxa SELIC, conforme alteração introduzida pela Medida Provisória nº 1.052/2021 e pela Lei nº 14.227/2021.

Em relação aos Recursos Comprometidos, estes consistem em um valor mínimo, destinado aos desembolsos previstos para operações de crédito previamente contratadas, e com cronograma para datas anteriores ao Balanço, bem como para os desembolsos previstos para os doze meses subsequentes ao Balanço, configurando uma reserva de liquidez para o Fundo. Eventualmente, podem ser acrescentados a este montante, ainda, valores relativos a descasamento no fluxo de desembolsos previstos no cronograma, em relação a ingressos futuros de recursos no Fundo.

Ingressaram, no exercício de 2021, R$ 9,73 bilhões de recursos oriundos do Tesouro Nacional ao mesmo tempo em que foram reembolsados R$ 21,42 bilhões de operações de crédito. Em contrapartida, foram desembolsados R$ 22,91 bilhões em operações de crédito.

O saldo de recursos em Caixa do FNE foi elevado em 37,9% em relação a dezembro de 2020 (R$ 19,71 bilhões em 31/12/2021 contra R$ 14,29 bilhões, em 31/12/2020). O perfil destes recursos teve variação de 1.5 ponto percentual; enquanto em dezembro de 2020, 84,6% dos recursos em Caixa eram Recursos Comprometidos, em junho de 2021 essa rubrica detém 86,2% dos R$ 19,71 bilhões existentes. Tal alteração foi motivada pelo volume de contratações de operações de crédito e pela alteração no cálculo de recursos comprometidos, que considerava, em 2020, os valores a liberar previstos e não efetivados acrescido das previsões de desembolsos dos seis meses seguintes ao balancete/balanço, enquanto em 2021 por prudência foi considerada a previsão de desembolsos para os doze meses subsequentes à data do balanço/balanço.

## 4.3 Resultados

O Lucro Líquido acumulado no exercício de 2021 alcançou a cifra de R$ 1.618,5 milhões, o que representou um aumento de 58,6% em relação aos R$ 1.019,2 milhões apurados no exercício anterior. Já o Resultado Operacional alcançou R$ 2.814,2 milhões, representando uma elevação de 81,4% em relação aos R$ 1.551,1 milhões obtidos em 2020.

No desempenho do exercício de 2021, destacam-se os seguintes fatores relevantes:

1. Impactos causados pela redução da Taxa de Administração do FNE, de 2,1% para apenas 1,0% nos meses de julho/2021 até setembro/2021, período em que vigeu a MP Nº 1052 contemplando esses termos. Ainda no mês de setembro/2021, as casas legislativas apreciaram o teor da proposta e retiraram do texto original da MP as disposições sobre redução da Taxa de Administração. Publicada no Diário Oficial da União – DOU, a nova Lei nº 14.227 devolveu à taxa o patamar anterior (2,1%), a partir de outubro/2021.
2. Elevação da carteira do Crediamigo em mais de R$ 860 milhões (aumento de 15,8% em apenas 6 meses), permitindo incremento nas margens financeiras do Banco (já que possui operações com baixo risco e melhor receita financeira);
3. Elevação das receitas oriundas de operações de crédito do FNE com risco para o Banco, pelo incremento do saldo da carteira; e
4. Mesmo com elevação do saldo da carteira de crédito (tanto do Banco como FNE), tivemos redução do resultado do risco de crédito, o que retrata melhoria na qualidade da carteira.

Em relação ao Lucro Líquido Recorrente houve incremento na cifra de R$ 22,02 milhões (1,5%), conforme demonstração de cálculo no quadro a seguir:

**Quadro 2 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R$ milhões)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31/12/2020** | **31/12/2021** |
| **Resultado Recorrente** | **1.441,14** | **1.463,16** |
| **(+) Resultado Não Recorrente ...........................................................** | **-421,92** | **155,33** |
| Impairment de Títulos (1) ................................................................... | -312,05 | - |
| Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) (2) .............................. | -30,31 | - |
| Provisão Prudencial (3) ........................................................................ | -509,91 | 509,91 |
| Crédito Tributário – Obrigação Fiscal Diferida (4) ................................ | - | 21,62 |
| Redução da Taxa de Administração e Del Credere do FNE (5) ............. | - | -211,95 |
| (+) Efeitos fiscais, de IECP e PLR sobre itens extraordinários (6) .......... | 430,35 | -164,25 |
| **Lucro Líquido .......................................................................................** | **1.019,22** | **1.618,49** |

(1) Valores reconhecidos como perda de caráter permanente para a carteira de Títulos do Banco, consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

(2) Despesas de indenizações com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

(3) Variação (reversão – constituição) da Provisão Prudencial (acréscimo aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas macroeconômicas baseadas em cenários de estresse).

(4) Constituição de crédito tributário e obrigações fiscais diferidas considerando a alteração de alíquota da CSLL de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 (Lei nº 14.183/2020), com vigência até 31 de dezembro de 2021.

(5) Redução da Receita com Taxa de Administração e Del Credere do FNE no período julho a setembro de 2021 por força da vigência da Medida Provisória nº 1.052/2001, de 19.05.2021

(6) Valores calculados sobre os itens 1 a 5 do Resultado Não Recorrente..

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

## 4.4 Eficiência Operacional

O índice de Eficiência Operacional do Banco em 2021 foi de 53,1%, o que representa uma melhora de 9,9 pontos percentuais em relação a dezembro/2020, significando que o banco foi capaz de expandir seus resultados com crescimento de custos administrativos relativamente menores. Esse desempenho é explicado, de um lado, pela ampliação na margem financeira e das receitas de prestação de serviços, fruto do crescimento das operações de crédito com destaque para as carteiras do FNE e do Crediamigo e; de outro lado, pelo crescimento das despesas administrativas em patamares inferiores à inflação do período. Registra-se que essa melhoria ocorreu a despeito da perda de Receitas com Taxa de Adminitração pagas pelo FNE ao BNB, no valor de R$ 211,95 milhões, por força da vigência da Medida Provisória nº 1.052/2001 nos meses de julho, agosto e setembro de 2021 (redução da taxa de 2,1%a.a. para 1,0% a.a.).

## 4.5 Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido de R$ 7,48 bilhões ao término do exercício de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 723,47 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R$ 484,37 milhões e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R$ 239,10 milhões, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R$ 5,57 bilhões para R$ 6,29 bilhões, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, por sua vez, foi de 23,7% a.a. no fim do exercício de 2021 (17,4% a.a. em 2020).

## 4.6 Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital estipulados, o que tem garantido margem para continuar expandindo os seus negócios. Em 31/12/2021, o Banco apresentou um índice de Patrimônio de Referência (PR) de 13,87% (13,10% em 31/12/2020). O índice de Patrimônio de Referência Nível I ficou em 11,33% (10,02% em 31/12/2021) e o de Capital Principal foi de 10,23% (8,82% em 31/12/2020). O Patrimônio de Referência (PR) apurado foi de R$ 9.958,49 milhões (R$ 8.729,53 milhões em 31/12/2020), o Nível I registrou o valor de R$ 8.132,40 milhões (R$ 6.675,19 milhões em 31/12/2020) e o Capital Principal R$ 7.341,91 milhões (R$ 5.879,30 milhões em 31/12/2020), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R$ 71.799,39 milhões (R$ 66.623,72 milhões em 31/12/2020). O crescimento dos índices de requerimentos mínimos de capital, se deveu, basicamente, à incorporação dos resultados financeiros do exercício que elevaram o PR de forma significativa frente às exposições a risco assumidas.

## 4.7 Captação de Recursos

O saldo de captações em depósitos do Banco do Nordeste atingiu o volume de R$ 8,96 bilhões em dezembro de 2021, apresentando um recuo de 17,2% em relação a dezembro de 2020, explicado pelos seguintes movimentos: os Depósitos à Vista obtiveram um incremento de R$ 2,12 bilhões, alcançando o volume de R$ 2,97 bilhões, ocasionado pela manutenção de saldos oriundos das contas de poupança corrente, em contas de depósitos à vista. Os depósitos de Poupança apresentaram redução de R$ 3,04 bilhões, correspondente a um recuo de 75,3% se comparado com o saldo do 2° semestre de 2020, ocasionado principalmente pela descontinuidade do produto Poupança Corrente, passando a apresentar o saldo de R$ 1,00 bilhão em dezembro de 2021. As captações em Depósitos a Prazo apresentaram uma redução de 15,8% em relação a dezembro de 2020, totalizando um volume de R$ 4,99 bilhões, decorrente da estratégia de adequação das necessidades de captação de recursos frente ao *funding* necessário para manutenção da carteira de crédito comercial do Banco.

**Tabela 7 - Captações de Recursos (R$ milhões)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Captações** | **2º semestre de** | **2º semestre de** | **Δ% 12 Meses** |
| **2020** | **2021** |
| Depósitos à Vista | 853,24 | 2.977,07 | 248,9% |
| Depósitos de Poupança | 4.050,70 | 1.001,07 | -75,3% |
| Depósitos a Prazo - CDB | 5.925,80 | 4.990,04 | -15,8% |
| **Total** | **10.829,73** | **8.968,17** | **-17,2%** |

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito / Diretoria de Planejamento

## 4.8 Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento

**4.8.1 Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento**

Em 2021, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R$ 6,72 bilhões, um decréscimo de 27,5% em relação a 2020, decorrente da transferência do fundo exclusivo BNB Renda Fixa Previdenciário do Banco do Nordeste para a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef), ocorrida no dia 22/01/2021. No comparativo anual, com a retirada desse fundo da base de 2020, o patrimônio consolidado dos demais fundos apresentou crescimento de 7,6%. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 20 fundos de investimento, com 100.835 cotistas, uma evolução de 6,1% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R$ 62,3 milhões em 2021, um recuo de 3,1% em relação ao ano anterior, em virtude da saída dos recursos da Capef e das sequências de queda na taxa Selic, convergindo para a mínima histórica de 2,0% a.a., que motivaram as reduções nas taxas de administração de alguns fundos de investimento.

**4.8.2 Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR)**

O Patrimônio Líquido do FINOR atingiu, no exercício de 2021, valor de R$ 1,15 bilhão, apresentando acréscimo de 10,0% em relação a 2020, decorrente do ingresso líquido positivo de recursos oriundos de incentivos fiscais e da remuneração incidente sobre os recursos do Fundo depositados no Banco e ainda não aplicados. A receita com taxa de administração sobre a carteira do FINOR totalizou R$ 23,1 milhões no mesmo período, acréscimo de 6,3% em relação a 2020.

# DESEMPENHO OPERACIONAL

## 5.1 Contratações de Operações de Crédito

O Banco do Nordeste contratou no ano de 2021 um total de 5,0 milhões de operações de crédito que somaram R$ 41,77 bilhões (acréscimo de 4,2% em relação exercício de 2020).

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 67,0% dos recursos contratados, somando R$ 27,99 bilhões em 655,3 mil operações - crescimentos de 5,0% e 0,3%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

O setor Rural foi o que apresentou maior participação no volume contratado de longo prazo, com 40,4% (R$ 11,33 bilhões), seguido da infraestrutura, que obteve 30,0% dos recursos (R$ 8,36 bilhões), conforme Figura 3, a seguir:

**Figura 3 - Contratações dos Financiamentos**

**de Longo Prazo no ano de 2021 por Setor Econômico**

**(valores em R$ bilhões)**

Gráfico, Gráfico de pizza

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

As contratações de financiamentos com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) representaram 92,5% das operações de Longo Prazo e totalizaram R$ 25,88 bilhões em 2021, superando em 7,5% a meta estabelecida para o período, conforme Figura 4, a seguir:

**Figura 4 - Contratações de Financiamentos do FNE em 2021 - Programado x Realizado**

**(R$ bilhões)**

Gráfico, Gráfico de cascata

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R$ 13,78 bilhões (acréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior) e representaram 33,0% do valor contratado no ano de 2021.

Dentre as contratações/desembolsos de curto prazo destaca-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 92,2% desse volume, alcançando R$ 12,67 bilhões (crescimento de 4,7% em relação a 2020).

**Figura 5 - Contratações de Empréstimos**

**de Curto Prazo no ano de 2021 por Produto/Programa**

**Gráfico, Gráfico de pizza

Descrição gerada automaticamente**

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

5.2 Desempenho por Segmento

***Agricultura Familiar***

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado pelo Governo Federal para fortalecer as atividades econômicas dos agricultores familiares. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf na Região, contando com uma carteira ativa superior a R$ 10,87 bilhões, que corresponde a 1,9 milhão de operações.

O Banco finalizou o ano de 2021 com 607,4 mil financiamentos contratados no Pronaf, totalizando R$ 4,07 bilhões de aplicação. Tal desempenho representa crescimento em volume de contratações da ordem de 17,15% em relação ao exercício anterior. Do total dos recursos aplicados, 74,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

O Segmento Agricultura Familiar compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, exceto aqueles atendidos com a metodologia de microcrédito rural - Agroamigo.

Em 2021, a carteira ativa do segmento Agricultura Familiar alcançou o patamar de R$ 5,11 bilhões e 412 mil operações. Foram contratadas 17.660 operações no segmento, envolvendo recursos da ordem de R$ 675,6 milhões, dos quais, 70,83% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

Comparando o resultado do segmento Agricultura Familiar em 2021 com exercício anterior, registra-se um aumento de 19,53% no volume de recursos aplicados. Vale ressaltar que, nesse ano, registrou-se *ticket* médio de operações no valor de R$ 38,2 mil.

***Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)***

O PNCF Social inclui o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) que compreende recursos para aquisição de imóveis rurais e das benfeitorias neles existentes e, ainda, despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural, como tributos, serviços de medição, incluindo topografia e georreferenciamento, emolumentos e custas cartorárias.

Quanto aos recursos para investimentos, o PNCF Social diferencia-se nas seguintes modalidades:

* PNCF Social/SIC - compreende recursos não reembolsáveis provenientes do Subprograma de Combate à Pobreza Rural constituído de dotações consignadas no Orçamento Geral da União para estruturação das unidades produtivas, destinados a famílias organizadas em associações compostas por no máximo 30 (trinta) famílias, cujos beneficiários tenham sido contemplados com o financiamento para a aquisição de terra por intermédio do PNCF Social.
* PNCF Social/SIB - destinado às famílias interessadas em ter acesso de forma individual aos recursos reembolsáveis provenientes do Fundo de Terras para estruturação das unidades produtivas.

Em 2021, foram realizadas 802 operações pelo PNCF Social num total de R$ 72,4 milhões.

***Agronegócio***

**Microempreendedor Urbano - Crediamigo**

O Banco do Nordeste trabalha no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo, que desembolsou, em 2021, R$ 12,68 bilhões. Apesar do atual contexto de pandemia causada pelo coronavírus, o Programa superou em 4,77% o volume de desembolsos em relação ao ano anterior.

Foram desembolsadas 4,2 milhões de operações. O Crediamigo finalizou o ano de 2021 com 2,4 milhões de clientes com empréstimos ativos. Já a capacidade operacional do Crediamigo apresentou média de 16,9 mil desembolsos ao dia.

Destaque-se, ainda, que o programa atingiu no ano de 2021 a impactante marca de 50 millhões de operações contratadas, desde o início de sua criação, um dado bastante relevante, que traduz a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social na sua área de atuação. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, uma vez que o Programa atendeu 457 mil clientes novos com a concessão de crédito gerando abertura de novas contas-correntes no decorrer do ano de 2021.

**Tabela 8 - Variação 2020 X 2021 Resultados Globais**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Desembolso Ano (em R$)** | **nº de Operações** | **nº de Clientes Ativos** | **nº de Clientes Novos** | **nº de Agentes de Microcrédito** | **Inadimplência** |
| **2020** | 12.107.377.758 | 4.448.117 | 2.291.108 | 374.792 | 3.362 | 0,84% |
| **2021** | 12.685.116.947 | 4.276.448 | 2.465.770 | 457.702 | 3.037 | 3,70% |
| **∆%** | 4,77% | -3,86% | 7,62% | 22,12% | -9,67% | 340,48% |
| Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios | | | | | | |

**Tabela 9 - Resultados Globais - Série 2018-2021**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Desembolso Ano (em R$)** | **Nº de Clientes Ativos** |
| **2018** | 8.953.728.094,00 | 2.065.167 |
| **2019** | 10.603.945.933,41 | 2.247.891 |
| **2020** | 12.107.377.757,76 | 2.291.108 |
| **2021** | 12.685.116.947,39 | 2.465.770 |
| Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios | | | |

***Microempreendedor Rural - Agroamigo***

Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, que oferece crédito produtivo e orientado a milhares de famílias do campo. Sua atuação é fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal. O Agroamigo atende demandas de crédito de agricultores em operações no valor de até R$ 20 mil.

No ano de 2021, o Banco do Nordeste contratou, com a metodologia do Agroamigo, o total de 589,7 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R$ 3,39 bilhões, o que representa um crescimento de 16,69% em relação aos valores contratados no ano de 2020.

A forma de atuação do Agroamigo encontra-se refletida em seus dados socioeconômicos. Em 2021, o Programa alcançou uma carteira ativa de R$ 5,75 bilhões e 1,4 milhões de clientes ativos. Destes, 75,71% estão no Semiárido. Na visão por gênero, o público-alvo atendido pelo programa conta com a participação de 51,35% de homens e 48,65% de mulheres.

Em maio/2021, o Banco do Nordeste lançou o **Agroamigo NET.** Trata-se de uma estratégia de financiamento direcionada à aquisição de Kits de conectividade rural para impulsionar a inclusão digital dos agricultores familiares na área de atuação do Banco. Foi implementada também uma solução automatizada de atendimento aos clientes, o *WhatsApp* Agroamigo (85 9965-0300), que padroniza e qualifica o atendimento remoto prestado ao público. Já foram realizados mais de 16.195 mil atendimentos desde sua implementação.

***Micro e Pequena Empresa (MPE)***

Em 2021, o segmento de Micro e Pequena Empresa do Banco do Nordeste contratou R$ 3,87 bilhões com Recursos Internos e com o FNE, totalizando 27.431 operações de crédito, englobando os  quatro setores econômicos e atendendo 21.058 clientes das mais diversas atividades constantes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Ao longo do ano de 2021, o Banco do Nordeste implantou diversas ações de simplificação do processo de crédito e também ampliou parcerias com diversas entidades de classe com objetivo de melhor atender às Micro e Pequenas Empresas. Também disponibilizou um novo instrumento normativo para prorrogação das dívidas das atividades mais afetadas pela pandemia, por meio de mecanismo de renegociação digital, proporcionando maior rapidez e eficiência ao processo.

Com recursos do FNE, foram contratados R$ 3,80 bilhões, o setor de comércio foi atendido com R$ 1,59 bilhão em contratações 41,9% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento, conforme apresentado na Tabela a seguir:

**Tabela 10 - Contratações do Segmento MPE Por Setor Econômico**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Setor** | **Valor Contratado (R$)** | **Percentual** |
| Comércio | 1.595.091.989,4 | 41,90% |
| Serviços | 1.098.252.705,4 | 28,90% |
| Indústria | 960.185.095,0 | 25,20% |
| Rural | 151.316.169,9 | 4,00% |
| **Total** | **3.804.845.959,8** | **100%** |

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foi contratado com recursos do FNE o montante de R$ 1,94 bilhão em 12.920 operações de crédito, representando 53,0% do total de operações.

O Banco do Nordeste se preocupa em oferecer vantagens para as empresas, soluções para o equilíbrio de caixa e sustentabilidade ambiental. É com esse espírito que através do programa de crédito FNE-Sol o Banco contratou R$ 186,7 milhões com micro e pequenas empresas, oferecendo a oportunidade para elas gerarem a sua própria energia de forma limpa e sustentável, reduzindo seus custos, aumentando a sua competitividade e ainda contribuindo com o meio ambiente.

Ciente do seu papel como fomentador do desenvolvimento, o Banco do Nordeste também lançou o Programa FNE Saúde com condições exclusivas para as micro e pequenas empresas poderem investir e se modernizar neste importante setor que teve sua demanda muito elevada por causa da pandemia. Em 2021, foram financiados, somente para micro e pequenas empresas, mais de R$ 183,4 milhões.

Considerando a importância dos investimentos em inovação seja por meio de tecnologias disruptivas ou iniciativas incrementais, o Banco do Nordeste oferece crédito para ideias inovadoras das micro e pequenas empresas, financiando, em 2021, R$ 13,9 milhões para a melhoria do processo produtivo, redução de custos, otimização de processos e competitividade.

***Agronegócio Pessoa Física***

O Banco do Nordeste, como principal parceiro do Agronegócio, responde por 55,7% do apoio creditício em sua área de atuação, contando com apenas 8,9% da rede bancária.

Nesse sentido disponibiliza linhas de crédito para investimento, custeio e comercialização, buscando elevar a aplicação dos recursos em programas diferenciados, que contribuam para o avanço na produtividade e sustentabilidade do setor com destaque para:

1. Incentivar a inovação na Área Rural com a incorporação de tecnologias visando ganhos de produtividade, desburocratização de processos e eficiência de custos;
2. Intensificar a busca pela Sustentabilidade dos Sistemas de Produção Agrícolas por meio da preservação dos recursos naturais, sistemas agrícolas mais rentáveis, redução de perdas e desperdícios e eficiência dos sistemas produtivos

Em 2021, o Banco do Nordeste contratou com produtores rurais pessoas físicas, exceto Pronaf, o valor de R$ 5,36 bilhões, sendo R$ 4,37 bilhões com a Fonte FNE e R$ 997,0 milhões com a fonte Poupança Rural em 237 operações, montante 43% superior ao valor contratado no mesmo período do ano passado.

Quanto à finalidade do crédito, 51% foram destinados ao custeio, 48% para investimento e 1% para comercialização. Com relação à região onde os recursos foram aplicados, 63% foram destinados ao semiárido nordestino.

Especificamente com clientes dos portes mini e pequeno, o Banco do Nordeste contratou com recursos do FNE o montante de R$ 2,41 bilhões distribuídos em 8.303 operações, o que corresponde a um acréscimo de 43% em comparação ao valor contratado em 2020 e 21% em relação ao número de operações.

Para os demais portes, o Banco contratou com recursos do FNE R$ 1,96 bilhão que somados aos recursos da Poupança Rural (R$ 997,0 milhões), totalizaram R$ 2,95 bilhões alocados no Agronegócio da região.

O agronegócio no Banco do Nordeste segue as diretrizes do Governo Federal e atua em sintonia com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seguindo as orientações do Plano Safra e atendendo os objetivos dos programas AgroNordeste e Profinor.

Através do Plano AgroNordeste, o Banco aplicou em 2021, em toda área de atuação, nos 16 territórios do Programa, o montante de R$ 5,16 bilhões em mais de 125 mil operações.

Com o lançamento do Profinor, o Banco vem atuando para fortalecer a agricultura irrigada na região Nordeste, por meio da resolução dos principais gargalos existentes, e com a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação. No ano de implantação do programa foram destinados mais de R$ 479,0 milhões a empreendimentos de irrigação, beneficiando uma área de mais de 50 mil hectares.

O Banco do Nordeste participa do Plano Safra tendo investido mais de R$ 6,10 bilhões no Plano Safra 2021-2022, até o momento, representando um crescimento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Por fim, segundo estudo do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), as contratações de 2021 no Agronegócio, geraram ou ajudaram a manter 906 mil empregos, aumentaram R$ 3,50 bilhões na massa salarial e promoveram incremento de R$ 1,56 bilhão na arrecadação tributária, além de incrementar R$ 22,30 bilhões no valor bruto da produção e R$ 13,00 bilhões no valor adicionado à economia.**

**Pessoa Física**

O segmento Pessoa Física atua no atendimento a sócios, funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas, beneficiários do INSS. Além de contemplar qualquer cliente pessoa física que seja consumidor de produtos e serviços financeiros, tais como: crédito para bens de consumo, financiamento estudantil ou crédito para geração de energia distribuída em unidades residenciais (FNE Sol PF (Pessoa Física) e/ou aplicações financeiras.

Em 2021, mais uma vez a linha do FNE Sol PF ganha destaque com a contratação de 3.988 operações, superando, assim, o montante de 133,7 milhões, o qual ultrapassa a meta estabelecida em 111%. Ademais, tal resultado equivale a um crescimento de 23% no comparativo com o valor obtido no ano anterior. Essa performance é consequência do contínuo trabalho de melhoria e aperfeiçoamento do processo de concessão de crédito, sendo este ágil, simplificado e totalmente automatizado.

Ressalta-se, também, o compromisso do Banco do Nordeste com um futuro sustentável, através do financiamento à geração de energia limpa e acessível para as residências na sua área de atuação. Desde a criação do programa em 2019, foram atendidas mais de 10 mil famílias, em 846 municípios, cuja potência produzida supera 70.000 kWp, contribuindo para geração ou manutenção de mais de 2 mil empregos, e com retorno de R$ 75,0 milhões em tributos para a sociedade. Destaca-se ainda que através do FNE Sol PF foi possível deixar de emitir mais de 65.000 ton/ano de gas carbônico na atmosfera.

Em 2021, a linha de crédito FNE Sol Pessoa Física do BNB, foi agraciada com o Prêmio da categoria especial ALIDE Verde 2021, o qual reconhece as melhores práticas de inclusão financeira, responsabilidade socioambiental e inovação promovidas por bancos de desenvolvimento.

Outro importante fato a destacar, foi o impulsionamento do programa de financiamento estudantil (P-Fies), em que foram contratados mais de R$ 22,2 milhões em operações, esse valor representa 148% da meta estabelecida e um acréscimo de 87% em relação ao montante contratado em 2020, possibilitando o acesso de estudantes ao ensino superior de qualidade, e contribuindo através do conhecimento como suporte ao desenvolvimento da região. Atualmente, existem acordos com 98 Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior que viabilizam a execução do programa em todos estados de atuação do Banco.

***Corporate***

O segmento *Corporate* é composto por empresas de grande porte com faturamento bruto anual superior a R$ 400,0 milhões, além de empresas com operações sindicalizadas ou no âmbito da Infraestrutura, independentemente do seu faturamento.

O atendimento desse nicho de mercado fica a cargo das 14 plataformas de atendimento, distribuídas nos 11 estados de atuação do Banco.

Ao final do exercício de 2021, as carteiras *Corporate* possuíam um total de 1.371 clientes ativos, o que resulta em um crescimento de 31,1% em relação ao número de clientes que encerraram o ano de 2020.

Durante o ano de 2021, o segmento *Corporate* contratou R$ 9,06 bilhões em operações com recursos do FNE (inclusive operações de Nordeste Exportação), representando um incremento de 18,0% em relação ao exercício anterior. Do montante contratado pelo segmento, R$ 7,15 bilhões foram voltados para as operações de Infraestrutura com foco na geração e transmissão de energia, principalmente eólica e fotovoltaica. Além disso, foram contratados R$ 1,21 bilhão em operações saneamento básico e logística.

Referidas operações de Infraestrutura estão alicercadas nas áreas estruturantes e estratégicas para o desenvolvimento da Região Nordeste. Em 2021, o segmento *Corporate* desembolsou R$ 7,27 bilhões,o que corresponde a 30,6 % dos valores liberados pelo Banco, perfazendo um total de 112% da sua meta prevista.

***Governo***

O segmento Governo encerrou o ano de 2021 com um total de 2.127 clientes, representando um crescimento de 6% em relação aos 2.000 clientes verificados na posição de Dezembro/2020. São 2.001 clientes representados por entes da administração pública direta e indireta, mais 126 de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Na posição de 31/12/2021, o segmento responde por captações efetivas na ordem de R$ 933,0 milhões, sendo R$ 514,8 milhões oriundos de clientes da administração pública direta e indireta e R$ 418,2 milhões dos RPPS, respectivamente, 55% e 45% do total captado efetivamente. O volume total captado representa um percentual de 29% do valor registrado na posição de 31/12/2020 no valor de R$ 723,0 milhões.

No tocante às captações com o produto de fundos de investimento, destacamos o percentual de participação das captações realizadas com clientes dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com um valor efetivo captado de R$ 417,6 milhões, representando 67% do valor captado nesse produto que totalizou a importância de R$ 621,3 milhões. O resultado dessa participação é reflexo de estratégia adotada desde o final de 2017, onde o Banco do Nordeste vem aprimorando e intensificando o processo de captação e acompanhamento das aplicações dos RPPS da área de atuação do Banco nos Fundos de Investimento. Essa estratégia tem possibilitado a expansão do saldo dos RPPS no BNB de R$ 188,1 milhões, em dezembro/2017, para R$ 417,6 milhões em dezembro/2021, correspondendo uma expansão em valores absolutos de R$ 229,5 milhões e um percentual de 122% no período de quatro anos.

Finalmente, o segmento de Governo conta com um ativo total de R$ 460,6 milhões, representado por operações contratadas com estados da região Nordeste, sob a égide do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

***Empresarial***

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R$ 4,8 milhões até R$ 400,0 milhões. Ao final do ano de 2021 o segmento alcançou o quantitativo de 14.846 clientes, apresentando um incremento de 8,4% em relação à base de clientes existentes no final do ano de 2020.

Durante o ano de 2021 o segmento Empresarial contratou operações com FNE que totalizaram R$ 4,25 bilhões. Desse total R$ 1,13 bilhões foram contratados com o Porte Prioritário Pequeno-Médio. Acrescentamos os seguintes resultados adicionais: alcançou-se um ativo de R$ 21,3 bilhões, através 28.168 operações de crédito. No comércio exterior, o montante contratado foi de R$ 222,6 milhões e na Poupança Rural, o montante foi de R$ 386,0 milhões. Vale ressaltar que foi desembolsado o volume total de R$ 4,85 bilhões em operações com o FNE.

O segmento empresarial também se destacou contratando R$ 431,0 milhões em operações com o Cartão BNB no ano de 2021, com desembolso de R$ 307,0 milhões para capital de giro e R$ 124,0 milhões para investimento. Em relação a captação, o segmento mantém em saldo médio R$ 1,82 bilhões em fundos de investimento.

## 

## 5.3 Recuperação de Crédito

No ano de 2021 foram regularizados mais de R$ 3,16 bilhões de créditos inadimplidos que estavam em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias, dentre os quais R$ 576,7 milhões foram recebidos à vista. Este montante importou na regularização de 86.501 operações com recursos do FNE e de 5.589 operações com outras fontes.

O volume de regularização apresentou desfecho levemente superior ao ano de 2020 em termos absolutos, mantendo influência satisfatória na qualidade do ativo e positiva nos resultados do Banco. Acrescente-se nessa esfera, os impactos econômicos das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da Covid-19, que afetaram fortemente as empresas da Região devido as medidas sanitárias adotadas pelos órgãos de saúde.

No enfrentamento dos efeitos prejudiciais na economia, medidas foram tomadas com a implementação pelo Banco das renegociações destinadas aos setores impactados e aos mutuários que estivessem enfrentando dificuldade temporária de reembolso em decorrência da persistência dos efeitos adversos decorrentes da pandemia de Covid-19, e à operacionalização da renegociação extraordinária ao amparo dos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 1.016, de 17/12/2020.

Na Tabela 11, destacam-se as regularizações de operações realizadas para mitigar as dificuldades operacionais e financeiras causadas pela pandemia. Do valor total regularizado, mais de R$ 1,05 bilhão foi efetivado por meio dos mencionados dispositivos.

**Tabela 11 - Quantidades de Operações e Valores de Regularização de Dívidas**

**(renegociações de enfrentamento aos impactos negativos da pandemia da Covid-19, da Resolução**

**CMN nº 4.908/2021 e da Medida Provisória nº 1.016/2020) – vrs. R$ 1.000**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipo de Regularização** | **Quant. Operações** | **Valor Regularizado** |
| Renegociação Covid-19 - Mutuários com Dificuldade Temporária para Reembolso - Operações Não Rurais | 3.774 | 778.752 |
| Renegociação Covid-19 Complementar (Setores Impactados) | 1.077 | 125.891 |
| Res. nº 4.908/2021 - Renegociação de Operações. Rurais-Art. 2º | 3.956 | 138.368 |
| Renegociação Covid-19 - Recursos Internos | 92 | 9.526 |

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

A seguir é apresentada a Tabela 12 que contém os quantitativos de operações e valores regularizados em 2020 e 2021:

**Tabela 12 - Quantidades de Operações e Valores de Regularização de Dívidas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2020** | | **2021** | |
| **Quant. Ops.** | **Valor** | **Quant. Ops.** | **Valor** |
| 160.908 | 3.123.648 | 92.090 | 3.162.454 |

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

Vale salientar a publicação da Resolução do CMN nº 4908/2021, que em seu artigo 2º estabeleceu condições para renegociação de operações de crédito rural lastreadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) de empreendimentos que tiveram suas atividades impactados negativamente pela pandemia de Covid-19.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

## 6.1 Introdução

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

Em 2021, o Banco do Nordeste obteve o melhor índice de governança pública entre os cincos bancos federais recentemente avaliados pelo Tribunal de Contas da União. O levantamento ressaltou as capacidades do BNB em liderança, estratégia e controle. A instituição alcançou a nota 99,07%, contra 95,92% do segundo colocado.

O resultado representa um grande salto em comparação à última avaliação realizada em 2018, na qual a empresa ficou com o quinto melhor índice. A estrutura de governança corporativa do Bancodo Nordeste, definida em seu estatuto social, está alinhada às melhores práticas de mercado, na medida em que fortalece o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional da empresa. A estrutura possui órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão, como o Conselho de Administração, assessorado pelos Comitês de Auditoria, de Remuneração e Elegibilidade, de Riscos e de Capital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

Além do Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis vigentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

O Banco do Nordeste dispõe de um Código de Conduta Ética e Integridade, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código destaca-se como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição, em consonância com os valores de acesso e transparência das informações. A política de tomada de decisões acontece de modo colegiado em todas as unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança. Para tanto, são utilizados comitês e comissões, que visam mitigar riscos associados ao processo de tomada de decisão. O Banco possui mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos e *compliance*.

## 6.2 Auditoria

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem por propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos e governança, visando adicionar valor à organização, reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos corporativos, contribuindo com a melhoria das estruturas de controle, de forma independente e objetiva.

No ano de 2021, foram concluídos 77 trabalhos de auditoria, dos quais destacamos os seguintes objetos: Contabilidade – Partes Relacionadas, Operacionalização de Produtos e Serviços de Crédito, inclusive Pronampe, Operacionalização de Produtos e Serviços Bancários, Operacionalização de Produtos e Serviços de Microfinanças, Gestão de Clientes, Criação e Difusão do Conhecimento Empresarial, Remuneração de Dirigentes, Gestão de Carteira de Contencioso, Gerenciamento da Arquitetura Organizacional e de Processos, Gestão de Projetos de TI, Agências, Transformação Digital, Segurança Cibernética, Gestão das Operações de Infraestrutura de TI, Controle Financeiro de Operações de Crédito, Gerenciamento de Capital e Gestão de Riscos.

## 6.3 Controles Internos

Coforme trata a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, publicada na Internet: <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; o compromisso de seus empregados em atuar com o foco nos objetivos empresariais e transparência; estrutura organizacional que garanta a segregação de funções e que possibilite a adequada delegação de autoridade e de atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos, *compliance* e segurança da informação.

Os objetivos da Estrutura de Controles Internos no BNB são: a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes; b) testar e avaliar a aderência da Instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta; c) monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas; e d) contribuir para a otimização dos resultados empresariais.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco como responsável, perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos.

A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel de apoio à Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e Integridade, representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos atuando para a melhoria dos processos internos da Instituição.

O conjunto de todas as políticas e diretrizes do Banco é orientado pela transparência com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantem o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis. Neste sentido, foram atualizadas/revisadas em 2021 as seguintes políticas: Controles Internos e Compliance, Segregação de Funções, Política de Consequências, Gestão de Continuidade de Negócios e o Programa de Integridade.

O indicador de conformidade (IC) do BNB, em 2021, atingiu 97,94%. Esse resultado ratifica a orientação empresarial da administração do Banco de realizar negócios de forma íntegra, sustentável e rentável.

## 6.4 Gestão de Riscos

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste estabelece, como princípio essencial, a manutenção do sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Para fins da gestão integrada de riscos define-se a relevância dos riscos em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Para os riscos considerados relevantes são definidas metodologias, estratégias, processos, procedimentos e sistemas para o seu gerenciamento, sendo eles: crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), liquidez, operacional, estratégico, reputacional, capital, conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos. Esses riscos são monitorados e reportados sistemática e periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao Comitê de Riscos e de Capital (CRC) e ao Conselho de Administração.

Para definição dos limites de apetite por riscos foram considerados, entre outros aspectos, o planejamento estratégico da Instituição, o histórico dos indicadores já utilizados na gestão de riscos, a expectativa de realização de negócios para os próximos anos, bem como o cenário econômico-financeiro, em consonância com o planejamento estratégico e o plano de capital. O responsável pela definição e pela revisão periódica do apetite por riscos no Banco do Nordeste é o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Riscos e de Capital, da Diretoria Executiva e do Diretor de Controle e Risco (CRO).

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se, portanto, na observação da legislação vigente, na Política Corporativa de Gestão de Riscos, na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade, integridade e transparência dos resultados.

Outras informações sobre a nossa estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos estão disponíveis no sítio <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis-e-documentos-cvm>  e no <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-gestao-de-riscos>.

# 

# RELACIONAMENTOS

## 7.1 Relacionamento com Cliente

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidar a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante a Resolução nº 4.539/2016, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 5.777.508 atendimentos em 2021, sendo: 751.923 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 91.377 por canais multimeios (SIC*, e-mail*, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 20.638 emissão de segundasvias de boletos disponibilizadas aos clientes; 4.913.570 de atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em [http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao - sic](http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao%20-%20sic)).

**Ouvidoria**

A Ouvidoria do Banco do Nordeste (BNB) busca ser reconhecida como indutora da excelência no atendimento à sociedade, parceira na promoção de melhorias nos processos, produtos e serviços e referência em Ouvidoria Bancária.

O canal de atendimento da Ouvidoria representa os interesses da sociedade, atuando imparcialmente na intermediação de possíveis conflitos e, preventivamente, trabalhando no aperfeiçoamento do atendimento e do relacionamento do Banco do Nordeste com a sociedade.

No ano de 2021, foram registrados 37.887 atendimentos, considerando reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações.

Todas as demandas foram tratadas e respondidas dentro do prazo legal, tendo alcançado o índice recorde de 98% do atendimento em até 5 dias úteis, com o tempo médio de 2,29 dias úteis.

Destaca-se que a Ouvidoria do Banco do Nordeste vem obtendo índices superiores ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.860/2020. A este fato, acrescenta-se o compromisso do BNB de atender pelo menos 50% das reclamações recepcionadas em até 5 dias úteis (Sarb 001/2008, do Sistema de Autorregulação Bancária, da Febraban).

O Banco do Nordeste atingiu 1º lugar no *Ranking* de Qualidade das Ouvidorias de instituições financeiras do Banco Central (Bacen), nos 1º e 2º trimestres de 2021. O *ranking* objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

Importante salientar que, mesmo ausente do 1º grupo do *ranking* a partir do terceiro trimestre de 2021, o BNB alcançou índice maior que o do atual primeiro lugar.Portanto, caso dispusesse de base de clientes ativos que o assegurasse naquele grupamento, teria permaneceido na primeira posição.

No tocante ao *Ranking* de Reclamações, o BNB deixou de integrar o 1º. Grupo do Bacen, desde o 3º. trimestre de 2021, considerando a sua atual base de clientes ativos.  Já no 2º Grupo do Bacen, figuram apenas as instituições financeiras com mais de 30 (trinta) demandas reguladas procedentes por aquele Regulador, tendo o Banco do Nordeste registrado 13 (treze) demandas reguladas procedentes no terceiro trimestre de 2021.

Dessa forma, no terceiro trimestre de 2021, o Banco do Nordeste compôs o 3º grupo do *Ranking* de Reclamação do Banco Central.

## 7.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

O cenário atual demanda a incorporação e o uso de tecnologias para alavancagem dos negócios. Nessa jornada de transformação digital, o Banco do Nordeste realizou em 2021 várias entregas de projetos de TIC, sendo que alguns deles são de grande envergadura e já estão gerando resultados, de forma a melhorar ainda mais a eficiência operacional dos processos internos e, ao mesmo tempo, otimizar a experiência do cliente do Banco.

**Principais Realizações de TI em 2021**

1. Nova Solução de Backup para Mainframe
2. Upgrade de 500% dos Links Internet
3. Aquisição e Instalação de Mainframes z15
4. Instalação de WiFi Corporativo no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV)
5. Disponibilização de Nova Solução de Cadastro
6. Automatização do processo de Importação, Geração e Transmissão de Eventos da obrigação acessória e-Financeira.
7. App BNB Agro disponibilizadona loja da Apple
8. **Novas funcionalidade para o Cartão BNB:** Comunicação automática para Agências sobre Aplicações de Fundo de Risco, criação do FNE Saúde, atualização da tipologia de municípios para cálculo da taxa de juros, ressarcimento de operações de investimento e novo Painel para gestão da carteira de clientes, com informações sobre restrições e limites dos clientes;
9. **GEPRODES (PRODETER):** Cadastro de Projetos, de Plano de Ação Territorial, de Agente Econômico e de Parceiros, Análise de Etapas, Programas e Territórios, além do Relatório de Contratações para Atividades Priorizadas e dos relatórios de Agentes Econômicos dos PATS;
10. **Plano de Negócios (SEAP):** Modernização das ferramentas de apresentação de planos e projetos de financiamento para o setor rural, otimizando o processo concessão de crédito e ampliando a atuação nos canais digitais;
11. **Central de Informações:** Criação do indicador de Consulta Tarifada para apoiar validação dos custos das consultas realizadas e faturas dos serviços de órgãos externos (SERASA, CDL-SPC e SERPRO), otimizando o atesto de pagamento aos fornecedores;
12. **Gestão de Risco de Mercado e Capital:** Conclusão das integrações necessárias ao novo sistema de Gestão de Riscos de Mercado e de Liquidez e conclusão das integrações necessárias ao novo sistema de Gestão de Capital e RWACPAD;
13. **Seguros Obrigatórios:** Disponibilização à Camed de serviço de cotação automática de seguro, contemplando envio de cotação, proposta, apólice e renovação, além das funcionalidades de cancelamento do seguro, recusa de proposta e de cotação;
14. **Sistema de Gerenciamento de Tributos:** Geração automática de declarações digitais do Tributo Municipal Próprio ISSQN, melhorias nos Módulos de Apuração, Acompanhamento e Declaração e relatórios sobre cálculo e geração das declarações;
15. **FIES:** Melhorias na importação e alterações dos dados das mantenedoras, permitindo inclusões de cursos a qualquer momento no semestre, facilitando o financiamento imediato tão logo seja firmada parceria com instituição de ensino;
16. **Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** (**Pronampe**): Operacionalização do Programa de Garantia FGO Pronampe, que visa prestar garantias para operações no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
17. **Sistema SINC:** Deferimento automático de propostas de Custeio, FNE SOL, Crédito Fundiário e com fonte de recursos do FEDAF, instruídas pelas Centrais de Crédito, com valor de até R$ 50 mil;
18. **Sistema SIEG:** Automatização de ACJ’s para Fundo de Liquidez não Recomposto. Relatório FIES Desembolso. Manutenção para o Catálogo 5.03 (SICOR). Alteração de rotina de cálculo do rateio para tratamento de multa nos acumuladores de débito; e
19. **Sistema SIAC:** Alterações e ajustes para atender as novas definições do BACEN para envio de operações do SICOR. Desenvolvimento de funcionalidades para operacionalização do FGO PRONAMPE.

**Principais Desafios da TI para 2022**

Além dos Projetos Estratégicos, outras importantes soluções estão em desenvolvimento, gerando entregas parciais que já possibilitam a melhoria de processos da Instituição, o atendimento a determinações legais e o incremento dos negócios do Banco, todas relacionadas com o investimento contínuo na transformação digital da instituição. Nesse sentido, os principais desafios da TI do Banco do Nordeste para 2022 consistem nas seguintes ações:

1. Contratação de Serviços de Desenvolvimento de Software Ágil
2. Contratação de Suporte Técnico Especializado em Produtos de Software
3. Contratação de Serviços de Apoio à Governança e à Gestão da TIC
4. Aquisição de Equipamentos de Terminais de Caixa
5. **Comunicações Unificadas:** Nova solução de Comunicação Unificada para renovar e integrar a telefonia IP ao Microsoft Teams, incluindo disponibilização de solução para *call center* e mesas de operações financeiras;
6. Aquisição de Solução de Balanceamento de Carga de Links e Servidores
7. Aquisição de Servidores Blade
8. Contratação de Solução Antimalware e Antispam
9. Renovação de Licenças de Virtualização de Aplicações e Infraestrutura como Serviço
10. **NOC (Network Operation Center):** Modernização do Centro de Monitoramento de Ativos de TI, que monitora os ativos necessários para o funcionamento dos produtos/serviços de tecnologia da informação utilizados pelo Banco, viabilizando resposta proativa a falhas, análise preditiva de falhas, redução do impacto no negócio e aprimoramento da experiência do usuário.
11. **Solução de Gestão Jurídica:** Aquisição de solução para acompanhamento de processos judiciais, administrativos e serviços advocatícios terceirizados
12. **Aquisição de Sistema de Core Bancário**: Sistema integrado, com soluções inovadoras, digitais, infraestrutura simplificada e prática, que possibilita transações de serviços e produtos bancários; e

**Montante de Recursos Aplicados em TI**

Em 2021, a TI despendeu em torno de R$ 353,5 milhões, sendo R$ 313,2 milhões referentes às despesas e R$ 40,2 milhões referentes a investimentos. As Superintendências do Banco que efetuaram maiores valores de desembolsos em 2021 com soluções de tecnologia, considerando contratos e outras iniciativas, foram: Superintendência de Tecnologia da Informação (R$ 303,0 milhões), Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Segurança (R$ 18,5 milhões), Superintendência de Logística (R$ 11,7 milhões) e Superintendência de Produtos e Serviços Bancários (R$ 6,8 milhões).

## 7.3 Relacionamento com a Sociedade

**Ações de Patrocínios**

As ações de patrocínio conciliam diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando ampliar relacionamentos, divulgar produtos, incrementar negócios e fortalecer a marca. Em 2021, foram destinados R$ 3,5 milhões a 147 projetos aprovados, dos quais 14 culturais e 133 de cunho institucional-mercadológico. O investimento em projetos de patrocínio que tiveram fonte em leis de incentivo fiscal correspondeu aproximadamente a 18,8% do total de recursos aprovados.

**Atividades dos Centros Culturais**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na perspectiva de sua missão de atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste, dispõe de uma política cultural denominada Banco do Nordeste Cultural, que envolve ações de disponibilização de obras de arte em suas unidades e exposições em instituições parceiras, gestão de acervo de documentos que contam a história da Instituição e oferta de programação gratuita nos seus três centros culturais.

O primeiro Centro Cultural foi inaugurado em 1998 na cidade de Fortaleza(CE). O segundo foi instalado em Juazeiro do Norte(CE), em 2006, e o terceiro, em Sousa(PB), em 2007.

Tais equipamentos organizam, coordenam e estimulam atividades culturais com o fito de desenvolver e de fortalecer a cultura e a arte do Nordeste do Brasil, em intercâmbio com as outras regiões do país e, eventualmente, em diálogo internacional. Estão sintonizados com os conceitos que aprimoram o papel das empresas nas sociedades em que atuam, fortalecendo em suas ações os princípios de *Environmental, Social and Governance* (ESG, na sigla em inglês), comprometidos com a governança social para o bem-estar da sociedade pelo acesso a programação dos Centros Culturais, conectados com o mundo.

São espaços físicos onde o público pode apreciar os diversos conceitos e estilos de arte, a partir de sua programação sistemática nas suas sedes e/ou no canal do Youtube, associando a marca institucional do Banco como empresa fomentadora da cultura regional.

A escolha das atividades que compõem a programação dos Centros Culturais Banco do Nordeste ocorre de três formas:

1. Chamada Pública: o Banco do Nordeste lança edital e seleciona atividades relacionadas às linguagens artísticas trabalhadas, que comporão uma base de dados que será utilizada pelos curadores responsáveis pela programação.
2. Escolha Direta: o gestor e os consultores culturais de cada unidade avaliam as propostas com base na aderência temática mensal, possibilidade de diálogo com população local e disponibilidade de agenda dos artistas.

Assim, os Centros Culturais Banco do Nordeste, ao mesmo tempo que possibilitam a fruição artística e cultural, fortalecem sua imagem como instituição que movimenta a economia regional incentivando o mercado artístico.

Com uma atuação cada vez mais ativa, as bibliotecas vêm desempenhando um importante papel na formação do público atendido, tanto interno como para a comunidade em geral. Hoje temos uma biblioteca em cada Centro Cultural Banco do Nordeste e uma no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas-CAPGV. No ano de 2021, foram emprestados 2.172 exemplares.

**Quadro 3 - Métricas das Bibliotecas em 2021**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Biblioteca** | **Usuários** | **Exemplares Emprestados** |
| Biblioteca CAPGV | 2.595 | 1.897 |
| CCBNB-Fortaleza | 675 | 70 |
| CCBNB-Juazeiro | 1.791 | 64 |
| CCBNB-Sousa | 1.426 | 141 |

Fonte: Banco do Nordeste - Superintendência de Marketing e Comunicação

Em função de medidas regulamentadas por decretos estaduais e municipais, em decorrência da pandemia do Coronavírus, os Centros Culturais ofereceram atividades on-line durante todo o ano de 2021, com 199.506 visualizações, gerando mais de 5 mil novas inscrições, conforme apresentado no Quadro 4.

**Quadro 4 – Estatísticas do Canal no Youtube do Centro Cultural**

**Banco do Nordeste em 2021**

|  |  |
| --- | --- |
| **Canal do CCBNB Youtube** | **Ano 2021** |
| Quantidade de Visualizações | 199.506 |
| Horas de Exibição | 16.859 |
| Quantidade de Novos Inscritos | 5.093 |

Fonte: Canal YouTube do Centro Cultural Banco do Nordeste

Com a reabertura dos equipamentos, os Centros Culturais, a partir de agosto de 2021, retomaram gradativamente as atividades presenciais, com a realização de 124 atividades, conforme Quadro 5 a seguir:

**Quadro 5 – Atividades presenciais realizadas nos Centros Culturais Banco do Nordeste em 2021**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Centro Cultural** | **Ago** | **Set** | **Out** | **Nov** | **Dez** | **TOTAL** |
| CCBNB-Fortaleza | 1 | 0 | 0 | 41 | 19 | **61** |
| CCBNB-Cariri | 1 | 1 | 6 | 8 | 22 | **38** |
| CCBNB-Sousa | 0 | 0 | 1 | 7 | 17 | **25** |
| Total | 2 | 1 | 7 | 56 | 58 | **124** |

Fonte: Banco do Nordeste - Superintendência de Marketing e Comunicação

## 7.4 Relacionamento com Empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2021 com 6.708 empregados, 95 Bolsistas de Nível Médio, 613 Bolsistas de Nível Superior e 603 Jovens Aprendizes. Foram realizadas 166 convocações de candidatos oriundos do concurso realizado em 2018, dos quais 148 para os cargos de Analista Bancário (nível médio) e 18 para Especialista Técnico - Analista de Sistemas (nível superior).

Desses 6.708 empregados, destaca-se que a distribuição da força de trabalho do Banco por sexo apresenta 32,5% de empregados do sexo feminino e 67,5% do sexo masculino. Em relação aos cargos de gestão principal, gestão intermediária e coordenação, 28,3% desses cargos são ocupados por mulheres e 71,7% são ocupados por homens.

Em 2021, foram realizados 433 processos de seleção interna por meio da plataforma “Promova-se”, dos quais 34 foram para funções de gestão principal, resultando em 370 candidatos selecionados e 217 unidades providas. O Ciclo de Promoções de 2021 dos empregados do Banco ocorreu em julho de 2021, onde 2.143 empregados foram promovidos, sendo 2.102 empregados promovidos por Merecimento e 41 empregados promovidos por Tempo de Serviço.

O percentual de empregados do Banco com nível superior, especialização, mestrado e doutorado é de 86,14%, tendo havido crescimento da quantidade de pós-graduados de 49,90%, em 2020, para 54,74%, em 2021.

No ano de 2021, houve a consolidação do novo modelo de avaliação de desempenho dos empregados do Banco do Nordeste: “ConverGENTE”, cujo resultado considera os pesos de 30%, 20% e 50% para a Avaliação Comportamental, Programa de Ação e Avaliação de Meta Individual, respectivamente. As metas individuais permitem o acompanhamento próximo do empregado e os aproximam das diretrizes do Planejamento Estratégico. No período 2021.1, participaram da avaliação 532 unidades. As avaliações do período 2021.2 estão em andamento com conclusão prevista para março de 2022.

No tocante à política de reconhecimento de empregados, foram entregues 804 *botons* referentes à “Comenda Escudo BNB”, estabelecido com base no tempo de serviço prestado ao Banco.

Na perspectiva da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, continuou-se com o aprimoramento e divulgação das medidas de prevenção à infecção pela COVID 19, tendo sido criada também a campanha de incentivo à vacinação contra a COVID 19. O Programa “De bem com você mesmo”, suporte emocional para os empregados, voltado para prevenção ao adoecimento mental, atuou fortemente junto aos empregados em regime de teletrabalho.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas campanhas e ações de saúde, como por exemplo: campanha de vacinação contra a Gripe, Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Campanha de Doação de sangue etc. Foi lançado também o Programa de Prevenção à Violência Doméstica e familiar contra a mulher, com a criação de normativo específico e hotsite na Intranet, com amplo material informativo sobre o assunto.

Houve a implantação no segundo semestre do Sistema Saúde e Segurança do Trabalho que permite uma melhor gestão dos processos de saúde ocupacional, segurança do trabalho e qualidade de vida, por meio de informações que poderão ser mais facilmente acessadas para a consecução dos objetivos da área.

Iniciaram-se a implantação das primeiras ações do programa Saúde Emocional, programa de capacitação para os gestores principais de Unidades e inclusão do tema Saúde Mental no Treinamento Introdutório para novos empregados.

A Universidade Corporativa Banco do Nordeste estruturou, em 2021, programa de excelência para líderes, envolvendo os atuais e potenciais gestores - Programa de Excelência em Gestão (PEG), e desde então oferta oportunidades de capacitação para formação de gerências principais e intermediárias.

Ademais, o Banco contratou treinamento para todos empregados, capacitando-os para a mudança de comportamento e cultura - ‘Trilha de Transformação Digital’, - de modo que o BNB permanece cada vez mais alinhado às novas tendências nesse assunto. Até a data de 23/12/2021, foram concluídas 5.200 oportunidades, distribuídas pelos empregados dos níveis estratégico, tático e operacional.

A Universidade corporativa também apoia o desenvolvimento educacional por meio de patrocínios para cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. O segmento de Educação Formal visa elevar o nível educacional dos empregados do Banco do Nordeste. Anualmente, a Universidade Corporativa divulga a previsão da quantidade de oportunidades que serão ofertadas para a concessão de investimento-educação em cursos realizados em instituições de ensino credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC), distribuídas por vagas e por áreas de interesse do Banco do Nordeste.

Ao longo dos anos foram ofertados mais de 3.500 patrocínios, tendo iniciado o ano de 2021 com 168 em andamento. Durante 2021, conforme novas diretrizes, foi realizada a contratação de 135 oportunidades em cursos pós-graduação, para os funcionários do Banco, em universidade de renome no mercado. Para este processo, foram escolhidas diversas instituições com reconhecimento no mercado como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Presbiteriana Mackenzie, entre outras instituições que oferecem cursos de pós-graduação *online*.

Destaca-se, também, produção de eventos *online* e ao vivo em plataforma *Teams*, onde direto de seus locais de trabalho, os funcionários podem assistir a apresentações sobre os temas de interesse da rede de agências e enviar perguntas, que são respondidas imediatamente. Depois dos encontros, a gravação fica disponível para os que quiserem reforçar o aprendizado.

Em 2021, foram realizadas 38.867 oportunidades de treinamento (educação profissional), das quais 4.358 (11,21%) na modalidade presencial e 34.259 (88,14%) ofertadas à distância, contemplando 90,62% do quadro funcional do Banco.

Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou e/ou atualizou 99,75% dos seus empregados.

Sobre o tema Integridade, a Universidade Corporativa promoveu a capacitação de eventos nas modalidades interno (*in company)* e externo. Destacam-se como eventos internos: V Fórum de Integridade e Ética do Banco do Nordeste e Oficina Disseminação Sobre a Gestão da Ética no BNB. Também foram ofertados patrocínios para eventos externos como o Congresso Internacional de Gestão de Riscos, Congresso de profissionais de PLD, Gestão Integrada de Riscos - Resoluções Bacen Nº 4557 e Nº 4745, Congresso de Prevenção a Lavagem de Dinheiro, entre outros eventos de relevância sobre o tema, gerando diversas oportunidades em treinamentos acerca do assunto no ano de 2021.

A Universidade Corporativa ofertou, ainda, 27 cursos relacionados ao tema, na modalidade à distância, tais como: Controles Internos, Gestão de Risco Operacional, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Prevenção a Fraudes, Governança, Ética, Segurança Bancária e o Programa de Integridade, englobando 5.096 oportunidades.

# ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

## 8.1 Camed

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira total de 37.590 beneficiários na posição de dezembro de 2021, estando presente na região Nordeste, norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, além do Distrito Federal.

No exercício de 2021 o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R$ 17,0 milhões, superando as projeções orçamentárias e o exercício de 2020 em aproximadamente R$ 4,0 milhões e R$ 5,0 milhões, respectivamente. Esse resultado decorreu principalmente do esforço relacionado a racionalização das despesas administrativas com um decréscimo de 10% relação ao ano anterior, da evolução das receitas com convênios de reciprocidade e desempenho significativo das receitas com rendimentos de aplicações financeiras, agregado a isso o ganho de ações judiciais contra o INSS e ressarcimento de despesas com desenvolvimento de sistema informatizado, no montante de R$ 14,6 milhões. Destaca-se, ainda, o comportamento favorável da sinistralidade da Operadora Camed Saúde (Autogestão) que no ano de 2021 registrou 88% evidenciando um índice abaixo de 90%, média das Operadoras de Autogestão do país, considerando as permanentes ações de controle do custo assistencial realizados por essa Caixa.

Os resultados positivos apresentados nos últimos anos têm possibilitado a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, bem como do atendimento aos requisitos de garantias financeiras perante o Órgão Regulador de planos de saúde no Brasil, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o que traz maior segurança para a assistência aos beneficiários da Camed Saúde e tem seus riscos consideravelmente mitigados para o mantenedor Banco do Nordeste.

A Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda (Camed Corretora) está presente principalmente na região Nordeste, por intermédio das Agências do Banco do Nordeste, e obteve resultado positivo de R$ 18,8 milhões no ano de 2021, representando um crescimento de 81% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre principalmente da evolução das receitas de comissões das vendas de seguros de R$ 66,7 milhões no exercício de 2020 para R$ 88,6 milhões no ano de 2021, representando um crescimento de 33%.

## 8.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de investimentos de R$ 5,76 bilhões na posição de 31/12/2021.

A Capef possui 12.517 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: i) Plano BD – de benefício definido fechado para ingresso de novos participantes e ii) Plano CV I – de contribuição variável, criado em 2010.

O Plano BD encerrou o 2021 com 1.132 participantes ativos, 3.762 aposentados e 1.454 pensionistas. A rentabilidade do Plano BD no período foi de 11,53%, abaixo da sua meta atuarial de 15,94%, justificada principalmente pelo cenário turbulento em 2021 que impactou negativamente os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Imobiliário. Cumpre destacar também a elevada inflação no período, medida pela variação do INPC, indexador da meta atuarial, que foi de 10,16%.

O Plano CV é um plano que está em fase de acumulação de reservas, com 5.753 participantes ativos, 341 aposentados e 75 pensionistas. A rentabilidade do Plano CV de 8,52%, abaixo da meta atuarial de 15,56%, é justificada principalmente pelo turbulento cenário de 2021, impactando negativamente os segmentos de Renda Variável e Imobiliários.

Cumpre ressaltar que ao avaliarmos retrospectivamente o desempenho dos dois planos no longo prazo, compatível com suas obrigações previdenciárias, ambos superam com folga suas respectivas metas atuariais. Considerando os últimos 5 anos, incluindo o ano de 2021, no caso do BD, para uma meta de 67,06%, a rentabilidade foi de 75,94% e no caso do Plano CV, para uma meta de 65,12%, no mesmo período, a rentabilidade foi 68,80%.

Por fim, é importante destacar que os modelos dos dois planos, tem seus riscos consideravelmente mitigados para o patrocinador Banco do Nordeste, tanto no Plano CV, majoritariamente estruturado no modelo de contribuição definida, quanto no Plano BD, cuja regra de reajuste dos benefícios está vinculada ao desempenho dos investimentos.

# 9. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, em 2021, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | | | |
| SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ | | | |
| CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20 | | | |
| **Demonstrações Financeiras Individuais** |  |  |  |
| **BALANÇOS PATRIMONIAIS** |  |  |  |
| **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020** | | | |
| Direção Geral e Agências no País |  |  |  |
| (Valores em R$ Mil) |  |  |  |
| **A T I V O** | | | |
| BALANÇO PATRIMONIAL |  | **31.12.2021** | **31.12.2020**  **(Reapresentado)** |
| **CIRCULANTE** |  | **26.728.050** | **18.509.420** |
| **DISPONIBLIDADES** | (Nota 5) | **136.166** | **155.045** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **26.233.288** | **17.912.062** |
| **APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ** | (Nota 6) | **4.299.043** | **4.381.163** |
| Aplicações no Mercado Aberto |  | 3.552.873 | 3.191.148 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros |  | 746.170 | 1.190.015 |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS** | (Notas 7) | **10.746.389** | **4.479.457** |
| Carteira Própria |  | 10.734.710 | 84.545 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra |  | - | 4.387.653 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | (Notas 7.c) | 6.771 | - |
| Vinculados à Prestação de Garantias |  | 4.908 | 7.259 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** |  | **751.113** | **909.229** |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar |  | 283 | 935 |
| Depósitos no Banco Central | (Nota 8.a) | 749.122 | 907.033 |
| Correspondentes |  | 1.708 | 1.261 |
| **RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS** |  | **3** | - |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | (Nota 9.a) | **9.901.066** | **7.250.904** |
| Setor Público |  | 73.644 | 69.307 |
| Setor Privado |  | 9.827.422 | 7.181.597 |
| **OUTROS CRÉDITOS** | (Nota 10) | **535.674** | **891.309** |
| Carteira de Câmbio | (Nota 10.a) | 473.107 | 822.414 |
| Rendas a Receber |  | 24.457 | 27.159 |
| Negociação e Intermediação de Valores |  | - | 16 |
| Títulos e Créditos a Receber |  | 38.110 | 41.720 |
| **OUTROS ATIVOS** | (Nota 11) | **815.502** | **747.848** |
| Diversos |  | 815.502 | 747.848 |
| **PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO** | (Nota 9.a) | **(540.383)** | **(348.109)** |
| Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa |  | (452.203) | (253.364) |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa |  | (88.180) | (94.745) |
| **OUTROS VALORES E BENS** | (Nota 12) | **83.477** | **42.574** |
| Outros Valores e Bens |  | 13.951 | 10.855 |
| Provisões para Desvalorizações |  | (447) | (472) |
| Despesas Antecipadas |  | 69.973 | 32.191 |
| **NÃO CIRCULANTE** |  | **33.573.983** | **43.308.220** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **29.878.362** | **39.529.393** |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | (Notas 7) | **24.608.252** | **34.356.351** |
| Carteira Própria |  | 21.764.896 | 29.413.243 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra |  | 2.179.281 | 4.305.214 |
| Vinculados à Prestação de Garantias |  | 614.485 | 590.470 |
| Objetos de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação |  | 49.590 | 47.424 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** | (Nota 8.a) | **83.875** | **79.163** |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação |  | 83.875 | 79.163 |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | (Nota 9.a) | **5.186.205** | **5.092.155** |
| Setor Público |  | 386.580 | 429.269 |
| Setor Privado |  | 4.799.625 | 4.662.886 |
| **OUTROS CRÉDITOS** | (Nota 10) | **30** | **1.724** |
| Títulos e Créditos a Receber |  | 30 | 1.724 |
| **OUTROS ATIVOS** | (Nota 11) | **593.613** | **574.916** |
| Diversos |  | 619.902 | 602.009 |
| Provisão p/Outros Créd. de Liquidação Duvidosa Sem Característica de Concessão de Crédito | (Nota 9.d) | (26.289) | (27.093) |
| **PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO** | (Nota 9.a) | **(315.119)** | **(412.878)** |
| Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa |  | (314.491) | (412.878) |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa |  | (628) | - |
| **ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS** | (Nota 22.c) | **3.153.765** | **3.381.973** |
| **INVESTIMENTOS** | (Nota 13.a) | **1.261** | **1.412** |
| Diversos |  | 6.441 | 6.591 |
| Provisão para Perdas |  | (5.180) | (5.179) |
| **IMOBILIZADO** | (Nota 13.b) | **630.494** | **606.164** |
| Imóveis de Uso |  | 284.803 | 283.807 |
| Outras Imobilizações de Uso |  | 345.691 | 322.357 |
| **INTANGÍVEL** | (Nota 13.c) | **2.253** | **721** |
| **DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES** | (Nota 13.b) | **(370.646)** | **(373.481)** |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **60.302.033** | **61.817.640** |





|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20  **Demonstrações Financeiras Individuais**  **BALANÇOS PATRIMONIAIS**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**  Direção Geral e Agências no País (Valores em R$ Mil) | | | |
| **P A S S I V O** | | | |
|  |  | **31.12.2021** | **31.12.2020**  **(Reapresentado)** |
| **CIRCULANTE** |  | **15.920.831** | **24.022.781** |
| **DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **12.272.146** | **21.068.851** |
| **DEPÓSITOS** | (Nota 14.b) | **7.013.358** | **8.305.440** |
| Depósitos à Vista |  | 2.977.069 | 853.237 |
| Depósitos de Poupança |  | 1.001.068 | 4.050.698 |
| Depósitos Interfinanceiros |  | 2.072.830 | 1.996.112 |
| Depósitos a Prazo |  | 962.391 | 1.405.393 |
| **CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO** | (Nota 14.c) | **2.181.173** | **8.681.024** |
| **RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS** | (Nota 14.a) | **6.694** | **1.178** |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** |  | **88** | **342** |
| **RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS** |  | **4.401** | **4.060** |
| Recursos em Trânsito de Terceiros |  | 4.401 | 4.040 |
| Transferências Internas de Recursos |  | - | 20 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS** | (Nota 15.c) | **484.885** | **904.882** |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS** | (Nota 15.b) | **455.242** | **142.146** |
| Tesouro Nacional |  | 73 | 118 |
| BNDES |  | 388.018 | 122.878 |
| FINAME |  | 18.895 | 19.150 |
| Outras Instituições |  | 48.256 | - |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS** | (Nota 7.c) | **618** | **10.479** |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR** | (Nota 15.d) | **356.031** | **298.457** |
| **OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS** | (Nota 16) | **1.769.656** | **2.720.843** |
| Negociação e Intermediação de Valores |  | - | 153 |
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimento |  | 1.769.656 | 2.720.690 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | (Nota 17) | **2.384.409** | **1.816.804** |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | (Nota 17.a) | 2.807 | 675 |
| Carteira de Câmbio | (Nota 17.b) | 2.433 | 3.695 |
| Sociais e Estatutárias | (Nota 17.c) | 315.097 | 306.856 |
| Fiscais e Previdenciárias | (Nota 17.d) | 1.370.391 | 939.336 |
| Diversas | (Nota 17.e) | 693.681 | 566.242 |
| **RENDAS ANTECIPADAS** | (Nota 19) | **10.000** | **10.000** |
| **PROVISÕES** |  | **1.254.276** | **1.127.126** |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas | (Nota 9.f.1) | 1.072.222 | 954.798 |
| Passivos Atuariais | (Nota 25.h) | 182.054 | 172.328 |
| **NÃO CIRCULANTE** |  | **36.902.175** | **31.622.884** |
| **DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **30.783.147** | **24.570.069** |
| **DEPÓSITOS** |  | **6.392.633** | **6.616.243** |
| Depósitos a Prazo | (Nota 14.b) | 6.392.633 | 6.616.243 |
| **CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO** | (Nota 14.c) | **43.120** | **47.393** |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS** | (Nota 15.b) | **991.173** | **1.071.807** |
| Tesouro Nacional |  | 637 | 496 |
| BNDES |  | 783.012 | 1.051.480 |
| FINAME |  | 3.865 | 19.831 |
| Outras Instituições |  | 203.659 | - |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR** | (Nota 15.d) | **368.323** | **412.822** |
| **OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS** | (Nota 16) | **22.987.898** | **16.421.804** |
| Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital | (Nota 18.c) | 2.842.875 | 2.660.982 |
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimento |  | 18.854.534 | 12.464.933 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital |  | 1.290.489 | 1.295.889 |
| **RENDAS ANTECIPADAS** | (Nota 19) | **173.602** | **183.602** |
| **PROVISÕES** |  | **5.561.771** | **6.196.808** |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas | (Nota 9.f.1) | 1.985.527 | 2.020.139 |
| Passivos Atuariais | (Nota 25.h) | 2.793.785 | 3.483.052 |
| Provisão para Contingências | (Nota 23.g) | 782.459 | 693.617 |
| **OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS** | (Nota 22.d) | **383.655** | **672.405** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  | **7.479.027** | **6.171.975** |
| **CAPITAL SOCIAL** | (Nota 20.a) | **6.293.460** | **5.569.988** |
| **RESERVAS DE REAVALIAÇÃO** | (Nota 20.b) | **13.280** | **13.671** |
| **RESERVAS DE LUCROS** |  | **2.179.304** | **1.668.959** |
| **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** |  | **(1.007.017)** | **(1.080.643)** |
| **TOTAL DO PASSIVO** |  | **60.302.033** | **61.817.640** |





DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.**  **Demonstrações Financeiras Individuais**  **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**  (Valores em R$ Mil) | | | | |
|  |  | **2º Sem/2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **2.976.081** | **5.004.147** | **3.946.066** |
| Operações de Crédito | (Nota 9.a.2) | 1.438.955 | 2.693.195 | 2.341.542 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | (Nota 7.b) | 1.450.137 | 2.174.162 | 1.040.617 |
| Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos | (Nota 7.d) | 6.153 | 25.982 | (10.479) |
| Resultado de Operações de Câmbio | (Nota 10.b) | 72.549 | 92.302 | 556.099 |
| Resultado das Aplicações Compulsórias | (Nota 8.b) | 8.287 | 18.506 | 18.287 |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **(1.353.200)** | **(2.094.484)** | **(2.097.997)** |
| Operações de Captação no Mercado | (Nota 14.d ) | (396.161) | (656.273) | (423.660) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | (Nota 15.e ) | (825.855) | (1.180.272) | (1.250.544) |
| Provisão para Risco de Crédito | (Nota 9.e) | (131.184) | (257.939) | (423.793) |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **1.622.881** | **2.909.663** | **1.848.069** |
| **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS** |  | **2.564.438** | **5.211.624** | **5.068.577** |
| Receitas de Prestação de Serviços | (Nota 21.a) | 1.246.988 | 2.642.384 | 2.746.600 |
| Rendas de Tarifas Bancárias | (Nota 21.b) | 66.715 | 124.106 | 100.482 |
| FNE-Del credere | (Nota 21.f) | 1.169.061 | 2.281.945 | 1.949.580 |
| Outras Receitas Operacionais | (Nota 21.g) | 81.674 | 163.189 | 271.915 |
| **OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS** |  | **(2.668.640)** | **(5.307.085)** | **(5.365.540)** |
| Despesas de Pessoal | (Nota 21.c) | (1.201.111) | (2.290.498) | (2.175.475) |
| Outras Despesas Administrativas | (Nota 21.d) | (811.673) | (1.539.856) | (1.357.234) |
| Despesas Tributárias | (Nota 21.e) | (216.883) | (419.486) | (354.017) |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas | (Nota 21.h) | (173.367) | (545.575) | (740.084) |
| Provisão para Contingências Passivas | (Nota 21.i) | (80.013) | (160.948) | (216.348) |
| Outras Despesas Operacionais | (Nota 21.j) | (185.593) | (350.722) | (522.382) |
| **RESULTADO OPERACIONAL** |  | **1.518.679** | **2.814.202** | **1.551.106** |
| **RESULTADO NÃO OPERACIONAL** |  | **14.109** | **18.593** | **32.611** |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES** |  | **1.532.788** | **2.832.795** | **1.583.717** |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** |  | **(569.902)** | **(1.116.221)** | **(502.180)** |
| Provisão para Imposto de Renda |  | (266.749) | (646.250) | (479.898) |
| Provisão para Contribuição Social |  | (292.987) | (605.636) | (388.826) |
| Ativo Fiscal Diferido |  | (10.166) | 135.665 | 366.544 |
| **PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO** |  | **(54.816)** | **(98.081)** | **(62.316)** |
| **LUCRO LÍQUIDO** |  | **908.070** | **1.618.493** | **1.019.221** |
| Nº de Ações (em mil) |  | 86.371 | 86.371 | 86.371 |
| Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R$) | 10,51 | 18,74 | 11,80 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE



|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. C:\Users\f099082\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\8E2ZW60P\GF-01 (2).png**  **Demonstrações Financeiras Individuais**  **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**  Direção Geral e Agências no País (Valores em R$ Mil) | | | |
|  | **2º Sem/2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **LUCRO LÍQUIDO** | **908.070** | **1.618.493** | **1.019.221** |
| **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** | **16.879** | **73.235** | **(29.863)** |
| **Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado** | **(236.730)** | **(416.403)** | **17.291** |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda | (428.110) | (754.123) | 28.701 |
| Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda | 191.405 | 338.111 | (11.355) |
| Realização da Reserva de Reavaliação | (50) | (471) | (99) |
| Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação | 25 | 80 | 44 |
| **Itens que não poderão ser reclassificados para o Resultado** | **253.609** | **489.638** | **(47.154)** |
| Ganhos ou Perdas Atuariais | 461.108 | 890.252 | (85.734) |
| Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais | (207.499) | (400.614) | 38.580 |
| **RESULTADO ABRANGENTE** | **924.949** | **1.691.728** | **989.358** |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  **Demonstrações Financeiras Individuais**  **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  **Exercicios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**  Direção Geral e Agências no País  (Valores em R$ Mil) | | | |
|  | **2º Sem/2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**  **Lucro Antes dos Tributos e Participações** | **1.532.788** | **2.832.795** | **1.583.717** |
| **Ajustes** |  |  |  |
| Despesas de Depreciação e Amortização | 7.286 | 14.103 | 12.750 |
| Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens | (24) | (25) | (3) |
| Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco | 134.353 | 264.006 | 411.970 |
| Provisão/Reversão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Outros Créditos do Banco | (3.169) | (6.067) | 11.823 |
| Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE) | 174.746 | 546.659 | 738.928 |
| Provisão/Reversão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE) | (1.379) | (1.084) | 1.156 |
| Provisão Líquida para Contingências | 32.296 | 58.316 | 87.080 |
| Provisão Líquida para Outras Contingências | 47.644 | 102.432 | 128.198 |
| Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego) | 195.655 | 415.334 | 326.893 |
| Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | 57.018 | 108.202 | 82.568 |
| Atualização Monetária de Depósitos Judiciais | 9.715 | 14.354 | 10.049 |
| Provisão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH | (54) | (106) | (101) |
| Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | - | (639) | 3.251 |
| Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras | 28.315 | 40.128 | 25.588 |
| Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais | 9.624 | 14.398 | (10.610) |
| Atualização Monetária de Dividendos e JCP | - | 1.347 | 1.829 |
| Reserva de Reavaliação | - | 830 | - |
| **Lucro Líquido Ajustado** | **2.224.814** | **4.404.983** | **3.415.086** |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 633.955 | 443.845 | (1.089.584) |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 121.581 | 153.594 | (386.258) |
| Operações de Crédito | (1.674.473) | (3.008.217) | (2.719.745) |
| Outros Créditos | 396.530 | 897.405 | 627.796 |
| Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 69.699 | 94.517 | 67.055 |
| Outros Ativos | (290.879) | (86.349) | (115.383) |
| Ativos Fiscais Diferidos | 181.291 | 363.872 | 50.813 |
| Outros Valores e Bens | (54.021) | (39.242) | (16.660) |
| Depósitos | (1.997.248) | (1.530.046) | 2.661.778 |
| Captações no Mercado Aberto | (2.561.506) | (6.504.124) | 7.176.692 |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | 4.180 | 5.516 | (44.929) |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | (72.635) | (174.458) | 348.957 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | (6.153) | (16.632) | 10.479 |
| Outras Obrigações | (405.205) | (1.272.545) | (2.159.807) |
| Provisões | (360.760) | (507.887) | 582.499 |
| Rendas Antecipadas | (5.000) | (10.000) | 193.602 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 1.332.977 | 5.614.907 | (8.610.224) |
| Obrigações Fiscais Diferidas | (161.487) | (288.750) | 271.281 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social pagos | (294.685) | (912.366) | (609.754) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | (2.591) |
| **CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **(2.919.025)** | **(2.371.977)** | **(348.897)** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** |  |  |  |
| Inversões em Investimentos | - | **-** | (9) |
| Inversões em Imobilizado de Uso | (19.959) | (44.800) | (17.366) |
| Inversões em Intangível | (1.532) | (1.532) | (158) |
| Inversões em Bens Não de Uso Próprio | (735) | (1.637) | 4.043 |
| Alienação de Investimentos | 150 | 150 | 189 |
| Alienação e Baixa de Imobilizado de Uso | 1.837 | 3.532 | 2.251 |
| Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda | 3.388.430 | 3.071.924 | 871.563 |
| **CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **3.368.191** | **3.027.637** | **860.513** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  |  |  |
| Dívida Subordinada Elegível a Capital | 118.102 | 181.893 | 115.782 |
| Pagamento de Juros sobre Capital Próprio | (161.911) | (403.957) | (165.989) |
| Pagamento de Dividendos | (7.543) | (7.543) | (66.428) |
| Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | - | (83.207) | (243.239) |
| Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | - | - | (250.000) |
| **CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **(51.352)** | **(312.814)** | **(609.874)** |
| **Aumento/ Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **397.814** | **342.846** | **(98.258)** |
| **DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** |  |  |  |
| No Início do Período | 3.291.225 | 3.346.193 | 3.444.451 |
| No Fim do Período | 3.689.039 | 3.689.039 | 3.346.193 |
| **Aumento/ Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **397.814** | **342.846** | **(98.258)** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| C:\Users\f099082\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\8E2ZW60P\GF-01 (2).png**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.** | | | | | | | | | |
| **Demonstrações Financeiras Individuais** | | | | | | | | | |
| **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | | | |
| **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021** | | | | | | | | | |
| (Valores em R$ Mil) | | | | | | | | | |
| **E V E N T O S** | **CAPITAL SOCIAL** | **RESERVAS DE REAVALIAÇÃO** | **RESERVAS DE LUCROS** | | | | **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** | **LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS** | **T O T A L** |
| **ATIVOS PRÓPRIOS** | **LEGAL** | **RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL** | **RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES** | **RESERVAS ESPECIAIS DE LUCRO** |
| **SALDOS EM 31.12.2019** | **3.813.000** | **13.726** | **394.525** | **1.494.389** | **762.600** | **-** | **(1.050.835)** | **-** | **5.427.405** |
| **AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | 1.756.988 | (55) | 50.961 |  |  |  |  |  |  |
| Credores |  |  |  | 218 | 218 |
| Devedores |  |  |  | (2.809) | (2.809) |
| **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** |  |  |  |  |  |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários) |  |  | 17.346 |  | 17.346 |
| Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários) |  |  | (47.154) |  | (47.154) |
| **AUMENTO DE CAPITAL** |  |  |  |  |  |
| Proveniente de Reservas |  |  |  |  |  |
| Incorporação ao Capital | (1.472.588) | (284.400) |  |  | - |
| **OUTROS EVENTOS** |  |  |  |  |  |
| Reavaliação de Ativos |  |  |  |  |  |
| Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários) |  |  |  | 55 | - |
| **Transferência para Lucros ou Prejuízos Acumulados - AGO de 27.03.2020** | (69) |  |  | 69 | - |
| **Provisão para Dividendos Complementares Exerc. 2019-AGO de 27.03.2020** |  |  |  | (69) | (69) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  |  | 1.019.221 | 1.019.221 |
| **Destinações** |  |  |  |  |  |
| Reservas Legal e Estatutária | 542.656 | 180.885 |  | (774.502) | - |
| Remuneração do Capital a Pagar |  |  |  |  |  |
| Juros Sobre o Capital Próprio(JCP) |  |  |  | (242.183) | (242.183) |
| **SALDOS EM 31.12.2020** | **5.569.988** | **13.671** | **445.486** | **564.388** | **659.085** | **-** | **(1.080.643)** | **-** | **6.171.975** |
| **MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO** | **1.756.988** | **(55)** | **50.961** | **(930.001)** | **(103.515)** | **-** | **(29.808)** | **-** | **744.570** |
| **SALDOS EM 31.12.2020** | **5.569.988** | **13.671** | **445.486** | **564.388** | **659.085** | **-** | **(1.080.643)** | **-** | **6.171.975** |
| **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** | 723.472 | (391) | 80.925 |  |  |  |  |  |  |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários) |  |  | (416.012) |  | (416.012) |
| Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários) |  |  | 489.638 |  | 489.638 |
| **AUMENTO DE CAPITAL** |  |  |  |  |  |
| Proveniente de Reservas |  |  |  |  |  |
| Incorporação ao Capital | (484.372) | (239.100) |  |  | - |
| **OUTROS EVENTOS** |  |  |  |  |  |
| Reavaliação de Ativos |  |  |  |  |  |
| Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários) |  |  |  | 1.221 | 830 |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  |  | 1.618.493 | 1.618.493 |
| **Destinações** |  |  |  |  |  |
| Reservas Legal e Estatutária | 864.669 | 288.223 |  | (1.233.817) | - |
| Pagamento de JCP Antecipados do Exercício |  |  |  | (162.004) | (162.004) |
| Pagamento de Dividendos Antecipados do Exercício |  |  |  | (7.547) | (7.547) |
| Remuneração do Capital a Pagar |  |  |  |  |  |
| Provisão de JCP Complementares do Exercício |  |  |  | (204.929) | (204.929) |
| Provisão de Dividendos Complementares do Exercício |  |  |  | (9.471) | (9.471) |
| Atualização Monetária sobre JCP e Dividendos antecipados |  |  |  | (1.946) | (1.946) |
| **SALDOS EM 31.12.2021** | **6.293.460** | **13.280** | **526.411** | **944.685** | **708.208** | **-** | **(1.007.017)** | **-** | **7.479.027** |
| **MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO** | **723.472** | **(391)** | **80.925** | **380.297** | **49.123** | **-** | **73.626** | **-** | **1.307.052** |
| **SALDOS EM 30.06.2021** | **6.293.460** | **13.305** | **481.007** | **459.926** | **546.622** | **169.551** | **(1.023.921)** | **-** | **6.939.950** |
| **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** |  | (25) | 45.404 | 484.759 | 161.586 |  |  |  |  |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários) |  | (236.705) |  | (236.705) |
| Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários) |  | 253.609 |  | 253.609 |
| **OUTROS EVENTOS** |  |  |  |  |
| Reavaliação de Ativos |  |  |  |  |
| Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários) |  |  | 25 | - |
| **Pagamento de JCP Antecipados do Exercício** | (162.004) |  |  | (162.004) |
| **Pagamento de Dividendos Antecipados do Exercício** | (7.547) |  |  | (7.547) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE** |  |  | 908.070 | 908.070 |
| **Destinações** |  |  |  |  |
| Reservas Legal e Estatutária |  |  | (691.749) | - |
| Remuneração do Capital a Pagar |  |  |  |  |
| Provisão de JCP Complementares do Exercício |  |  | (204.929) | (204.929) |
| Provisão de Dividendos Complementares do Exercício |  |  | (9.471) | (9.471) |
| Atualização Monetária sobre JCP e Dividendos antecipados |  |  | (1.946) | (1.946) |
| **SALDOS EM 31.12.2021** | **6.293.460** | **13.280** | **526.411** | **944.685** | **708.208** | **-** | **(1.007.017)** | **-** | **7.479.027** |
| **MUTAÇÕES DO SEMESTRE** | **-** | **(25)** | **45.404** | **484.759** | **161.586** | **(169.551)** | **16.904** | **-** | **539.077** |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| C:\Users\f099082\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\8E2ZW60P\GF-01 (2).png**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.**  **Demonstrações Financeiras Individuais**  **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**  Direção Geral e Agências no País  (Valores em R$ Mil) | | | | | | |
| **RECEITAS**  Intermediação Financeira  Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias Provisão para Risco de Crédito  Outras Receitas/Despesas  **DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**  Materiais, Energia e Outros Serviços de Terceiros **Outras**  Processamento de Dados e Telecomunicações Propaganda, Promoções e Publicações Transportes  Segurança Viagens Outras  **VALOR ADICIONADO BRUTO RETENÇÕES**  Depreciação, amortização e exaustão  **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR**  **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL**  **REMUNERAÇÃO DO TRABALHO**  Proventos  Participação nos lucros  **BENEFÍCIOS**  Provisões (Benefícios pós-emprego) Benefícios - Outros  **FGTS**  **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**  Federais Estaduais Municipais  **REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS**  Aluguéis  **REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**  União  Outros **DIVIDENDOS**  União Outros  **LUCROS RETIDOS** | **2º Sem/2021** | **%** | **31.12.2021** | **%** | **31.12.2020** | **%** |
| **4.984.471** |  | **8.919.180** |  | **7.144.647** |  |
| 2.976.081 |  | 5.004.147 |  | 3.946.066 |  |
| 1.313.703 |  | 2.766.490 |  | 2.847.082 |  |
| (131.184) |  | (257.939) |  | (423.793) |  |
| 825.871 |  | 1.406.482 |  | 775.292 |  |
| **(1.222.016)** |  | **(1.836.545)** |  | **(1.674.204)** |  |
| **(783.044)** |  | **(1.484.295)** |  | **(1.305.482)** |  |
| (52.922) |  | (100.892) |  | (91.187) |  |
| (418.491) |  | (834.987) |  | (758.995) |  |
| **(311.631)** |  | **(548.416)** |  | **(455.300)** |  |
| (174.829) |  | (310.867) |  | (259.965) |  |
| (33.560) |  | (47.589) |  | (34.088) |  |
| (13.346) |  | (26.996) |  | (27.250) |  |
| (34.695) |  | (67.837) |  | (62.473) |  |
| (7.513) |  | (11.271) |  | (7.839) |  |
| (47.688) |  | (83.856) |  | (63.685) |  |
| **2.979.411** |  | **5.598.340** |  | **4.164.961** |  |
| **(7.285)** |  | **(14.102)** |  | **(12.750)** |  |
| (7.285) |  | (14.102) |  | (12.750) |  |
| **2.972.126** |  | **5.584.238** |  | **4.152.211** |  |
| **2.972.126** |  | **5.584.238** |  | **4.152.211** |  |
| **2.972.126** |  | **5.584.238** |  | **4.152.211** |  |
| **1.092.822** | **36,8** | **2.083.855** | **37,3** | **1.950.210** | **47,0** |
| **734.461** | **24,7** | **1.367.690** | **24,5** | **1.306.338** | **97,3** |
| 679.645 |  | 1.269.609 |  | 1.244.022 |  |
| 54.816 |  | 98.081 |  | 62.316 |  |
| **305.220** | **10,3** | **616.807** | **11,0** | **550.084** | **41,0** |
| 196.307 |  | 416.533 |  | 363.400 |  |
| 108.913 |  | 200.274 |  | 186.684 |  |
| **53.141** | **1,8** | **99.358** | **1,8** | **93.788** | **2,3** |
| **949.890** | **32,0** | **1.840.431** | **33,0** | **1.143.778** | **27,5** |
| 925.877 |  | 1.793.120 |  | 1.098.273 |  |
| 42 |  | 55 |  | 61 |  |
| 23.971 |  | 47.256 |  | 45.444 |  |
| **21.344** | **0,7** | **41.459** | **0,7** | **39.002** | **0,9** |
| 21.344 |  | 41.459 |  | 39.002 |  |
| **908.070** | **30,6** | **1.618.493** | **29,0** | **1.019.221** | **24,5** |
| **206.787** | **7,0** | **368.791** | **6,6** | **242.183** | **5,8** |
| 114.670 |  | 204.508 |  | 134.300 |  |
| 92.117 |  | 164.283 |  | 107.883 |  |
| **9.559** | **0,3** | **17.106** | **0,3** | **-** | **0,0** |
| 5.301 |  | 9.486 |  | - |  |
| 4.258 |  | 7.620 |  | - |  |
| **691.724** | **23,3** | **1.232.596** | **22,1** | **777.038** | **18,7** |

Notas Explicativas

**Índice das Notas Explicativas**

|  |  |
| --- | --- |
| Nota 1 - O Banco e suas Características | Nota 19 - Rendas Antecipadas |
| Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais | Nota 20 - Patrimônio Líquido |
| Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis | Nota 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais |
| Nota 4 - Informações por Segmento | Nota 22 - Impostos e Contribuições |
| Nota 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa | Nota 23 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais |
| Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | Nota 24 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores |
| Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos |
| Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados | Nota 25 - Benefícios Pós-Emprego |
| Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | Nota 26 - Participação nos Lucros e Resultado (PLR) |
| Nota 10 - Outros Créditos |
| Nota 11 - Outros Ativos | Nota 27 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) |
| Nota 12 - Outros Valores e Bens | Nota 28 - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) |
| Nota 13 - Investimentos, Imobilizado e intangível | Nota 29 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) |
| Nota 14 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas | Nota 30 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia |
| Nota 15 - Obrigações por Empréstimos e Repasses | Nota 31 - Partes Relacionadas |
| Nota 16 - Outros Instrumentos Financeiros | Nota 32 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes |
| Nota 17 - Outras Obrigações | Nota 33 - Outras Informações |
| Nota 18 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital |  |

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Resolução CMN n.º 4.818, editada em 29.05.2020, consolida os critérios gerais de elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras por Instituições Financeiras e revoga dispositivos das Resoluções CMN nº 4.720, de 30.05.2019 e nº 4.776, de 29.01.2020, que tratavam do assunto. A Resolução BCB nº 02, de 12.08.2020 revogou a Circular Bacen nº 3.959, de 04.09.2019, no entanto, manteve os procedimentos originalmente estabelecidos naquela Circular que alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras Individuais até então vigentes, com destaque para a segregação do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, mudança na forma de apresentação da Demonstração do Resultado (DR) e exigência de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Registra-se que a adoção dessas medidas não proporcionou qualquer impacto em relação aos critérios até então adotados pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Individuais, conforme abaixo:

* CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução CMN nº 4.144, de 27.09.2012);
* CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 3.566, de 29.05.2008);
* CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberações CVM n°s 640, de 07.10.2010, e 760, de 22.12.2016);
* CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020);
* CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN n.º 4.534, de 24.11.2016);
* CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020);
* CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
* CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
* CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
* CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de 25.08.2011);
* CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020);
* CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009);
* CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
* CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
* CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
* CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
* CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020); e
* CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.748, de 29.08.2019).

**Reapresentação de saldos comparativos – retificação de erro**

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foi aplicado ajuste, de forma retrospectiva, produzindo efeito no Balanço Patrimonial de dezembro de 2020, quanto à apresentação do saldo da “Provisão para Contingências”, que compunha o Balanço Patrimonial como Passivo Circulante, mas, considerando a imprevisibilidade quanto à conclusão dos processos (cíveis, fiscais, trabalhistas e outras causas, reconhecidos como prováveis) e critérios de classificação regidos pela Resolução BCB nº 02, de 12.08.2020, foi reclassificado para Passivo não Circulante, conforme quadro a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BALANÇO PATRIMONIAL** | **31.12.2020** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **Passivo Circulante** | **24.716.398** | **(693.617)** | **24.022.781** |
| PROVISÕES | 1.820.743 | (693.617) | 1.127.126 |
| Provisão para Contingências | 693.617 | (693.617) | - |
| **Passivo Não Circulante** | **30.929.267** | **693.617** | **31.622.884** |
| PROVISÕES | 5.503.191 | 693.617 | 6.196.808 |
| Provisão para Contingências | - | 693.617 | 693.617 |
| **Total do Passivo** | **61.817.640** | **-** | **61.817.640** |

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

1. **Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada mês, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

1. **Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

1. **Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante**

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com as datas de vencimento.

1. **Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa**

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

1. **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

1. **Títulos e Valores Mobiliários (TVM)**

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos três meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, *rating* e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

1. **Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

1. **Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

1. **Outros Valores e Bens**

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

1. **Tributos**

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Com a Lei nº 14.183 de 14.07.2021, a CSLL foi alterada, a partir de 1º de julho de 2021, para 25%, com vigência até dezembro de 2021, o que já está sendo observado no que se refere às constituições feitas com base nas realizações previstas para 2021 de Ativo e Passivo Fiscal Diferido. Para o tributo corrente, a alteração ocorreu a partir de julho de 2021. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de**:**  provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os Ativos Fiscais Diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos Fiscais Diferidos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados, respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

* Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430;
* Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
* Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
* Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430) cronograma de reembolso do crédito; e
* Depreciação: apropriação da despesa de depreciação baseada na vida útil contábil, após a finalização da vida útil considerada para efeito fiscal.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

1. **Investimentos, Imobilizado e intangível**

**Investimentos**: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

**Imobilizado de Uso:** avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

**Intangível:** corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

1. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos *(Impairment)***

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

1. **Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die.*

1. **Dívidas Subordinadas**

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

1. **Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras Individuais, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

1. **Benefícios a Empregados**

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

1. **Uso de estimativas**

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

1. **Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

1. **Resultado por Ação**

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

1. **Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Em cumprimento ao que dispõe a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, quanto aos procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras Individuais observáveis pelas Instituições Financeiras, notadamente ao Capítulo II, Art. 34, inciso V, que expõe sobre as considerações do resultado não recorrente, considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

1. Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
2. FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

O quadro a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2021** | | | **01.01 a 31.12.2021** | | | **01.01 a 31.12.2020** | | |
| **Carteira Própria** | **FNE** | **Total** | **Carteira Própria** | **FNE** | **Total** | **Carteira Própria** | **FNE** | **Total** |
| **Receitas** | **2.803.714** | **1.441.435** | **4.245.149** | **4.671.797** | **2.803.298** | **7.475.095** | **3.628.411** | **2.581.490** | **6.209.901** |
| Receitas de Operações de Crédito (Nota 9.a.2) | 1.438.955 | - | 1.438.955 | 2.693.195 | - | 2.693.195 | 2.341.542 | - | 2.341.542 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.b) | 1.180.608 | 269.529 | 1.450.137 | 1.658.652 | 515.510 | 2.174.162 | 418.424 | 622.193 | 1.040.617 |
| Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.d) | 6.153 | - | 6.153 | 25.982 | - | 25.982 | (10.479) | - | (10.479) |
| Resultado de Operações de Câmbio (Nota 10.b) | 72.549 | - | 72.549 | 92.302 | - | 92.302 | 556.099 | - | 556.099 |
| Resultado de Aplicações Compulsórias (Nota 8.b) | 8.287 | - | 8.287 | 18.506 | - | 18.506 | 18.287 | - | 18.287 |
| Outras Receitas | 97.162 | 1.171.906 | 1.269.068 | 183.160 | 2.287.788 | 2.470.948 | 304.538 | 1.959.297 | 2.263.835 |
| **Despesas** | **(629.928)** | **(900.863)** | **(1.530.791)** | **(1.095.488)** | **(1.551.497)** | **(2.646.985)** | **(1.436.222)** | **(1.410.421)** | **(2.846.643)** |
| Despesas de Captação no Mercado (Nota 14.d) | (396.161) | - | (396.161) | (656.273) | - | (656.273) | (423.660) | - | (423.660) |
| Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 15.e) | (102.583) | (723.272) | (825.855) | (181.276) | (998.996) | (1.180.272) | (588.769) | (661.775) | (1.250.544) |
| Provisão para Risco de Crédito | (131.184) | (177.591) | (308.775) | (257.939) | (552.501) | (810.440) | (423.793) | (748.646) | (1.172.439) |
| **Margem Financeira** | **2.173.786** | **540.572** | **2.714.358** | **3.576.309** | **1.251.801** | **4.828.110** | **2.192.189** | **1.171.069** | **3.363.258** |
| Rendas de Prestação de Serviços (Nota 21.a) | 379.695 | 867.293 | 1.246.988 | 744.992 | 1.897.392 | 2.642.384 | 738.462 | 2.008.138 | 2.746.600 |
| Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 21.b) | 66.715 | - | 66.715 | 124.106 | - | 124.106 | 100.482 | - | 100.482 |
| **Pasep e Cofins** | **(91.684)** | **(100.029)** | **(191.713)** | **(163.420)** | **(207.117)** | **(370.537)** | **(100.861)** | **(206.075)** | **(306.936)** |
| **Resultado após Tarifas e Comissões** | **2.528.512** | **1.307.836** | **3.836.348** | **4.281.987** | **2.942.076** | **7.224.063** | **2.930.272** | **2.973.132** | **5.903.404** |
| **Despesas Administrativas** |  |  | **(2.012.784)** |  |  | **(3.830.354)** |  |  | **(3.532.709)** |
| Despesas de Pessoal (Nota 21.c) | (1.201.111) | (2.290.498) | (2.175.475) |
| Outras Despesas Administrativas (Nota 21.d) | (811.673) | (1.539.856) | (1.357.234) |
| **Outras Despesas** | **(210.818)** | **(400.168)** | **(570.712)** |
| **Despesas de Provisões, exceto Crédito** | **(79.958)** | **(160.746)** | **(216.266)** |
| **Lucro antes da Tributação e Participações** | **1.532.788** | **2.832.795** | **1.583.717** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | (569.902) | (1.116.221) | (502.180) |
| Participações no Lucro | (54.816) | (98.081) | (62.316) |
| **Lucro Líquido** | **908.070** | **1.618.493** | **1.019.221** |

**NOTA 5** - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Disponibilidades em Caixa | 133.874 | 151.123 |
| Disponibilidades em Moeda Estrangeira | 2.292 | 3.922 |
| **Total das Disponibilidades** | **136.166** | **155.045** |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez *(1)* | 3.552.873 | 3.191.148 |
| **Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa** | **3.689.039** | **3.346.193** |

(1) Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Aplicações no Mercado Aberto** | **3.552.873** | **3.191.148** |
| Revendas a Liquidar Posição Bancada | 3.552.873 | 3.191.148 |
| **Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** | **746.170** | **1.190.015** |
| Aplicações em Moedas Estrangeiras | 27.830 | 106.054 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 718.340 | 1.083.961 |
| **Total** | **4.299.043** | **4.381.163** |
| Circulante | 4.299.043 | 4.381.163 |

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

**a) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

**a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Títulos Disponíveis para Venda (Nota 7.a.2) | 35.041.140 | 38.548.015 |
| Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.a.5) | 306.730 | 287.793 |
| Diferencial a Receber *Swap* (Nota 7.c) | 6.771 | - |
| **Total** | **35.354.641** | **38.835.808** |
| Circulante | 10.746.389 | 4.479.457 |
| Não Circulante | 24.608.252 | 34.356.351 |

**a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Títulos Disponíveis para Venda** | **31.12.2021** | | | | | | | | | **31.12.2020** | |
| **Valor de Mercado** | | | | **Vencimento Final** | **Valor de Custo** | **Valor de Mercado (Contábil)** | **Ajuste a Mercado** | **Nível de Mensuração a Valor Justo** | **Valor de Mercado (Contábil)** | **Ajuste a Mercado** |
| **Sem Vencimento** | **31 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** |
| **Títulos de Renda Fixa** | **15.850** | **7.913.348** | **2.748.756** | **23.695.138** |  | **34.722.730** | **34.373.092** | **(349.638)** |  | **37.897.582** | **402.662** |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 7.806.111 | 1.819.089 | 20.485.077 | 2022 a 2025 | 30.141.605 | 30.110.277 | (31.328) | Nível 1 | 33.184.111 | (73.881) |
| Notas do Tesouro Nacional | - | - | - | 3.037.471 | 2050 a 2055 | 3.111.289 | 3.037.471 | (73.818) | Nível 1 | 3.537.961 | 716.119 |
| Letras Financeiras | - | 107.237 | 929.634 | 106.002 | 2022 a 2023 | 1.150.194 | 1.142.873 | (7.321) | Nível 3 | 1.068.350 | (28.754) |
| Debêntures | 15.850 | - | - | 64.504 | 2025 | 317.101 | 80.354 | (236.747) | Nível 3 | 104.584 | (210.307) |
| Títulos Públicos Federais – FCVS | - | - | - | 2.084 | 2027 | 2.506 | 2.084 | (422) | Nível 2 | 2.520 | (510) |
| Títulos da Dívida Agrária | - | - | 33 | - | 2022 | 35 | 33 | (2) | Nível 2 | 56 | (5) |
| **Cotas de Fundos de Investimentos** | **512** | - | - | - |  | **512** | **512** | **-** |  | **503** | **(1.565)** |
| Fundos de Desenvolvimento Social (FDS) | - | - | - | - | Sem Vencimento | - | - | - | Nível 3 | - | (1.565) |
| Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) | 459 | - | - | - | Sem Vencimento | 459 | 459 | - | Nível 2 | 459 | - |
| Fundo de Garantia de Operações (FGO) | 53 | - | - | - | Sem Vencimento | 53 | 53 | - | Nível 2 | 44 | - |
| **Títulos de Renda Variável** | **48.143** | - | - | - |  | **23.241** | **48.143** | **24.902** |  | **52.200** | **28.959** |
| Outros Incentivos Fiscais – Finor | 614 | - | - | - | Sem Vencimento | 109 | 614 | 505 | Nível 1 | 280 | 171 |
| Ações de Companhias Abertas | 47.529 | - | - | - | Sem Vencimento | 23.132 | 47.529 | 24.397 | Nível 1 | 51.920 | 28.788 |
| **Títulos Dados em Garantia** (1) | **-** | **4.908** | **-** | **614.485** |  | **619.336** | **619.393** | **57** |  | **597.729** | **(613)** |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 4.908 | - | 614.485 | 2022 a 2025 | 619.336 | 619.393 | 57 | Nível 1 | 597.629 | (613) |
| **Total da Categoria** | **64.505** | **7.918.256** | **2.748.756** | **24.309.623** |  | **35.365.819** | **35.041.140** | **(324.679)** |  | **38.548.014** | **429.443** |
| Crédito Tributário (Nota 22.c.h) |  | | | | | | | 178.776 |  | | 142.035 |
| Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22.d.e) | (33.916) | (335.285) |
| **Total do Ajuste a Valor de Mercado** | **(179.819)** | **236.193** |
| (1) Composição: Garantias de Operações em Bolsa R$ 574.773 (R$ 549.618 em 31.12.2020); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R$ 3.502 (R$ 3.349 em 31.12.2020); Garantias em Processos Judiciais  R$ 9.516 (R$ 14.633 em 31.12.2020); e Demais Garantias R$ 31.602 (R$ 30.129 em 31.12.2020). | | | | | | | | | | | |

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado em “Outros Resultados Abrangentes”, o saldo de “Ajuste a Mercado”, de R$ (324.679) (R$ 429.443 em 31.12.2020). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R$ (179.819) (R$ 236.193 em 31.12.2020).

**a.3) Perdas Permanentes com Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Custo Total** | **Perdas Permanentes** | **Custo Líquido** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Debêntures | 719.000 | (401.899) | 317.101 | 314.891 |
| Títulos Públicos Federais Outros | 39.825 | (39.825) | - | - |
| **Total 31.12.2021** | **758.825** | **(441.724)** | **317.101** |  |
| **Total 31.12.2020** | **759.175** | **(444.284)** |  | **314.891** |

**a.4) Movimentação dos Títulos mensurados a Valor Justo (Nível 3)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Letras Financeiras** | **Debêntures** |
| **Saldo em 31.12.2020** | **1.068.350** | **104.584** |
| Amortização | - | (3.339) |
| Rendas | 53.090 | 3.314 |
| Desvalorização do Período | - | (325) |
| Perdas Permanentes (1) | - | 2.560 |
| Ajustes a Mercado (2) | 21.433 | (26.440) |
| **Saldo em 31.12.2021** | **1.142.873** | **80.354** |

(1) Reconhecidas no Resultado; e

(2) Reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”.

**a.5) Títulos mantidos até o Vencimento**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Títulos Mantidos até o Vencimento** | **31.12.2021** | | | | | | **31.12.2020** | |
| **Valor de Custo** | | | **Vencimento final** | **Valor de Custo (Contábil)** | **Valor de Mercado (1)** | **Valor de Custo (Contábil)** | **Valor de Mercado (1)** |
| **31 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** |
| **Títulos de Renda Fixa** | **-** | **8.101** | **298.629** |  | **306.730** | **264.319** | **287.793** | **272.847** |
| Notas do Tesouro Nacional NTN - P | - | - | 211.395 | 2030 | 211.395 | 168.984 | 199.215 | 184.269 |
| FIP Criatec | - | 8.101 | - | 2022 | 8.101 | 8.101 | 18.493 | 18.493 |
| FIP Criatec II | - | - | 20.948 | 2023 | 20.948 | 20.948 | 16.998 | 16.998 |
| FIP Criatec III | - | - | 10.624 | 2026 | 10.624 | 10.624 | 7.000 | 7.000 |
| FIP Brasil Agronegócios | - | - | 15.503 | 2024 | 15.503 | 15.503 | 9.997 | 9.997 |
| Nordeste III FIP | - | - | 32.262 | 2023 | 32.262 | 32.262 | 30.507 | 30.507 |
| FIP Anjo | - | - | 2.136 | 2029 | 2.136 | 2.136 | 644 | 644 |
| Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B | - | - | 5.761 | 2030 | 5.761 | 5.761 | 4.939 | 4.939 |
| **Total da Categoria** | **-** | **8.101** | **298.629** |  | **306.730** | **264.319** | **287.793** | **272.847** |

(1)Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

**a.5.i)** No exercício de 2021, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

**a.5.ii)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

**b**) **Resultado com Títulos e Valores Mobiliários**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| Aplicações no Mercado Aberto | 132.688 | 185.063 | 78.086 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 20.986 | 31.362 | 12.809 |
| Títulos de Renda Fixa | 1.294.831 | 1.954.066 | 946.712 |
| Títulos de Renda Variável | 1.632 | 3.671 | 3.010 |
| **Total** | **1.450.137** | **2.174.162** | **1.040.617** |

**c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição em 31.12.2021** | | | | | | |
| **Especificação** | **Valor Nocional** | **Valor de Mercado** | | **Valor da Curva** | | **Ajuste a Mercado**  **Negativo** |
| **Diferencial a Receber** | **Diferencial a Pagar** | **Diferencial a Receber** | **Diferencial a Pagar** |
| **Posição Ativa** |  |  |  |  |  |  |
| Moeda Estrangeira (Dólar) | 270.440 | 6.153 | - | 6.771 | - | 618 |
| **Posição Passiva** |  |  |  |  |  |  |
| Taxa (CDI) |  |  |  |  |  |  |
| **Total** | **270.440** | **6.153** | **-** | **6.771** | **-** | **618** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição em 31.12.2020** | | | | | | |
| **Especificação** | **Valor Nocional** | **Valor de Mercado** | | **Valor da Curva** | | **Ajuste a Mercado**  **Negativo** |
| **Diferencial a Receber** | **Diferencial a Pagar** | **Diferencial a Receber** | **Diferencial a Pagar** |
| **Posição Ativa** |  |  |  |  |  |  |
| Moeda Estrangeira (Dólar) | 236.606 | - | 10.479 | - | 10.137 | 342 |
| **Posição Passiva** |  |  |  |  |  |  |
| Taxa (CDI) | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | **236.606** | **-** | **10.479** | **-** | **10.137** | **342** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Diferencial a Receber** | **Diferencial a Pagar** |
| Até 3 meses | 6.153 | 2.182 |
| 3 a 12 meses | - | 8.297 |
| **Total** | **6.153** | **10.479** |

**c.1) IFD utilizados para administrar exposição a risco**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | | | |
| **IFD utilizados como *Hedge*** | **Valor da Curva** | | **Valor de Mercado** | | **Ajuste a Valor de Mercado** |
| **Ativo Dólar** | **Passivo CDI** | **Ativo Dólar** | **Passivo CDI** |
| *Swap* - Moeda Estrangeira – Posição Ativa | 283.713 | 276.942 | 283.095 | 276.942 | (618) |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2020** | | | | |
| **IFD utilizados como *Hedge*** | **Valor da Curva** | | **Valor de Mercado** | | **Ajuste a Valor de Mercado** |
| **Ativo Dólar** | **Passivo CDI** | **Ativo Dólar** | **Passivo CDI** |
| *Swap* - Moeda Estrangeira – Posição Ativa | 227.207 | 237.344 | 226.865 | 237.344 | (342) |

**c.2) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com IFD**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Swap Simples – Pagamento Final | - | 7.258 |
| **Total** | - | **7.258** |

**d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| *Swap* | 6.153 | 25.982 | (10.479) |
| **Total** | **6.153** | **25.982** | **(10.479)** |

NOTA 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

**a) Créditos Vinculados**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | | **31.12.2020** | | |
| **Valor Bruto** | **Provisão** | **Valor Líquido** | **Valor Bruto** | **Provisão** | **Valor Líquido** |
| Recolhimentos Obrigatórios - Poupança | 199.673 | - | 199.673 | 819.374 | - | 819.374 |
| Reservas Compulsórias - Recursos à Vista | 199.349 | - | 199.349 | 27.037 | - | 27.037 |
| Sistema Financeiro da Habitação (SFH) | 92.457 | (8.582) | 83.875 | 87.639 | (8.476) | 79.163 |
| Banco Central - Conta de Pagamento Instantâneo | 350.100 | - | 350.100 | 60.622 | - | 60.622 |
| **Total** | **841.579** | **(8.582)** | **832.997** | **994.672** | **(8.476)** | **986.196** |
| Circulante | 749.122 | - | 749.122 | 907.033 | - | 907.033 |
| Não Circulante | 92.457 | (8.582) | 83.875 | 87.639 | (8.476) | 79.163 |

**b) Resultado de Aplicações Compulsórias**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central | 5.877 | 13.795 | 13.874 |
| Rendas de Créditos Vinculados ao SFH | 2.464 | 4.817 | 4.513 |
| Desvalorização de Créditos Vinculados | (54) | (106) | (100) |
| **Total** | **8.287** | **18.506** | **18.287** |

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

1. **Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | |
| **Valor Bruto** | **Provisão** | **Valor Bruto** | **Provisão** |
| **Operações de Crédito** | **15.087.271** | **(766.694)** | **12.343.059** | **(666.242)** |
| Circulante | 9.901.066 | (452.203) | 7.250.904 | (253.364) |
| Não Circulante | 5.186.205 | (314.491) | 5.092.155 | (412.878) |
| **Outras Rubricas com Características de Crédito** | **467.769** | **(88.808)** | **837.922** | **(94.745)** |
| Circulante | 446.378 | (88.180) | 819.537 | (94.745) |
| Não Circulante | 21.391 | (628) | 18.385 | - |
| **Total** | **15.555.040** | **(855.502)** | **13.180.981** | **(760.987)** |

**a.1) Composição da Carteira de Crédito**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Adiantamentos a Depositantes | 650 | 534 |
| Empréstimos | 8.269.214 | 6.729.813 |
| Títulos Descontados | 5.657 | 3.195 |
| Financiamentos | 1.864.858 | 1.828.230 |
| Financiamentos em Moedas Estrangeiras | 13.631 | 7.630 |
| Financiamentos Agroindustriais | 2.766 | 3.099 |
| Financiamentos Rurais | 2.367.785 | 1.890.700 |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | 2.562.710 | 1.879.858 |
| **Subtotal de Operações de Crédito** | **15.087.271** | **12.343.059** |
| Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos | 10.226 | 14.913 |
| Devedores por Compra de Valores e Bens | 21.940 | 17.403 |
| Títulos e Créditos a Receber | 38.140 | 43.443 |
| Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (nota 10.a) (1) | 397.463 | 762.163 |
| **Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito** | **467.769** | **837.922** |
| **Total** | **15.555.040** | **13.180.981** |

(1) Contas classificadas como “Outras Obrigações/Carteira de Câmbio”.

**a.2) Receitas de Operações de Crédito**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| Empréstimos e Títulos Descontados | 993.983 | 1.820.333 | 1.352.766 |
| Financiamentos | 267.253 | 446.572 | 488.518 |
| Financiamentos Agroindustriais | 126 | 745 | 804 |
| Financiamentos Rurais | 94.208 | 293.639 | 281.774 |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | 83.385 | 131.906 | 217.680 |
| **Total** | **1.438.955** | **2.693.195** | **2.341.542** |

1. **Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento**

**b.1) Créditos de Curso Normal** (1)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **01 a 30 dias** | **31 a 60 dias** | **61 a 90 dias** | **91 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| Rural | 99.069 | 78.901 | 22.126 | 530.620 | 1.397.318 | 211.630 | 2.339.664 | 1.823.990 |
| Indústria | 47.479 | 34.766 | 35.604 | 113.841 | 312.920 | 2.267.498 | 2.812.108 | 2.427.477 |
| Governo | - | - | 36.822 | - | 36.822 | 386.580 | 460.224 | 498.576 |
| Outros Serviços | 227.942 | 99.507 | 88.616 | 240.603 | 367.056 | 1.488.014 | 2.511.738 | 2.343.210 |
| Comércio | 1.879.769 | 698.922 | 623.016 | 1.572.429 | 1.093.741 | 732.929 | 6.600.806 | 5.684.654 |
| Intermediários Financeiros | - | - | - | 1 | 38 | 20.332 | 20.371 | 15.591 |
| Pessoas Físicas | 15.455 | 7.542 | 4.595 | 8.322 | 8.711 | 9.651 | 54.276 | 60.564 |
| **Total 31.12.2021** | **2.269.714** | **919.638** | **810.779** | **2.465.816** | **3.216.606** | **5.116.634** | **14.799.187** |  |
| **Total 31.12.2020** | **1.033.677** | **972.324** | **933.946** | **2.431.545** | **2.474.953** | **5.007.617** |  | **12.854.062** |

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias

**b.2) Créditos em Atraso**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcelas Vincendas** | | | | | | | | |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **01 a 30 dias** | **31 a 60 dias** | **61 a 90 dias** | **91 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| Rural | 273 | 3 | 3 | 87 | 358 | 3.053 | 3.777 | 42.265 |
| Indústria | 1.441 | 1.020 | 915 | 2.322 | 3.380 | 23.640 | 32.718 | 28.501 |
| Outros Serviços | 9.812 | 5.885 | 4.768 | 14.665 | 12.673 | 30.337 | 78.140 | 61.469 |
| Comércio | 56.342 | 31.023 | 24.995 | 49.548 | 41.668 | 32.834 | 236.410 | 69.377 |
| Pessoas Físicas | 82 | 132 | 77 | 206 | 318 | 1.098 | 1.913 | 1.606 |
| **Total 31.12.2021** | **67.950** | **38.063** | **30.758** | **66.828** | **58.397** | **90.962** | **352.958** |  |
| **Total 31.12.2020** | **18.154** | **14.250** | **11.736** | **28.131** | **28.024** | **102.923** |  | **203.218** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcelas Vencidas** | | | | | | | | | | |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **01 a 14 dias** | **15 a 30 dias** | **31 a 60 dias** | **61 a 90 dias** | **91 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** (1) | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| Rural | - | 2.136 | 166 | 774 | 670 | 654 | 22.712 | 27.112 | 27.662 |
| Indústria | 1.225 | 644 | 2.409 | 3.529 | 35.771 | 48.172 | 137 | 91.887 | 6.680 |
| Outros Serviços | 8.268 | 4.463 | 6.404 | 5.069 | 11.923 | 10.084 | 376 | 46.587 | 16.732 |
| Comércio | 50.884 | 26.008 | 34.114 | 26.205 | 53.769 | 42.866 | 79 | 233.925 | 68.879 |
| Pessoas Físicas | 21 | 296 | 365 | 316 | 890 | 1.479 | 17 | 3.384 | 3.748 |
| **Total 31.12.2021** | **60.398** | **33.547** | **43.458** | **35.893** | **103.023** | **103.255** | **23.321** | **402.895** |  |
| **Total 31.12.2020** | **22.239** | **14.487** | **14.645** | **10.326** | **22.818** | **15.580** | **23.606** |  | **123.701** |

1. Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.
2. **Composição das Operações por Níveis de Risco**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível de Risco** | **31.12.2021** | | | |
| **Crédito**  **Normal (1)** | **Crédito em Atraso** | **Total da Carteira** | **Total da Provisão (2)** |
| AA | 4.523.655 | - | 4.523.655 | - |
| A | 8.525.932 | - | 8.525.932 | (42.629) |
| B | 497.013 | 100.241 | 597.254 | (5.973) |
| C | 700.776 | 89.989 | 790.765 | (23.723) |
| D | 193.998 | 58.486 | 252.484 | (25.248) |
| E | 34.694 | 10.985 | 45.679 | (13.704) |
| F | 107.338 | 15.135 | 122.473 | (61.237) |
| G | 37.592 | 8.440 | 46.032 | (32.222) |
| H | 178.189 | 472.577 | 650.766 | (650.766) |
| **Total** | **14.799.187** | **755.853** | **15.555.040** | **(855.502)** |

(1)Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

(2)No *rating* "H", estão inclusos R$ 66.982 oriundos de reclassificação de operações de crédito, ancorada em estudo técnico específico, que teve como principais premissas a análise da inadimplência e as projeções macroeconômicas.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível de Risco** | **31.12.2020** | | | | | |
| **Crédito**  **Normal (1)** | **Crédito em Atraso** | **Total da Carteira** | **Provisão**  **Normal** | **Provisão Prudencial (2)** | **Total da Provisão** |
| AA | 3.468.555 | - | 3.468.555 | - | (23.763) | (23.763) |
| A | 6.966.471 | - | 6.966.471 | (34.833) | (110.371) | (145.204) |
| B | 1.197.457 | 42.910 | 1.240.367 | (12.404) | (7.348) | (19.752) |
| C | 616.927 | 39.893 | 656.820 | (19.705) | (1.406) | (21.111) |
| D | 168.597 | 27.942 | 196.539 | (19.654) | (929) | (20.583) |
| E | 31.055 | 24.317 | 55.372 | (16.612) | (850) | (17.462) |
| F | 135.086 | 12.890 | 147.976 | (73.988) | (1.541) | (75.529) |
| G | 27.783 | 11.595 | 39.378 | (27.564) | (516) | (28.080) |
| H | 242.131 | 167.372 | 409.503 | (409.503) | - | (409.503) |
| **Total** | **12.854.062** | **326.919** | **13.180.981** | **(614.263)** | **(146.724)** | **(760.987)** |

**(1)** Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

**(2)** Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito.

**d) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 760.987 | 693.930 |
| (+) Constituição | 411.794 | 277.331 |
| (-) Reversão | (153.051) | - |
| (+) Provisão Prudencial (Líquida) | - | 146.724 |
| (-) Créditos Baixados como Prejuízo | (164.228) | (356.998) |
| **(=) Provisão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito** | **855.502** | **760.987** |
| Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito | 27.093 | 27.354 |
| (+) Constituição de Provisão | 112 | 187 |
| (-) Reversão de Provisão | (916) | (448) |
| **(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 11.b)** | **26.289** | **27.093** |
| **(=) Saldo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito** | **881.791** | **788.080** |

No exercício de 2021, observou-se que a situação sanitária apresentava retorno lento e gradual à normalidade, afetando consequentemente as perspectivas junto à economia real em 2022.

Considerando esses fatores, combinados com a ausência de medidas legais similares à Resolução CMN nº 4.798 de 06.04.2020, que impôs a prorrogação maciça de parcelas de operações de crédito, entendeu-se que os principais elementos de assimetria à mensuração adequada do risco de crédito existentes em 2020 foram atenuados, e que os principais pontos de atenção para 2022 estariam relacionados à trajetória da inadimplência em determinados portfólios/segmentos.

Dessa forma, em novembro de 2021, o Banco tomou a decisão de reverter o montante de PDD prudencial constituído em 2020, que totalizava R$ 509.914 e, em dezembro de 2021, determinou a reclassificação de um conjunto de operações para o *rating* “H”, pertencentes a portfólios específicos, que culminou com o incremento de R$ 273.908, sendo R$ 66.982 em operações do próprio Banco, outros R$ 206.926 para operações contratadas com recursos do FNE, para as quais o Banco assume risco.

**e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| (+) Despesas de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 281.077 | 410.730 | 427.501 |
| (+) Despesas de Provisão para Outros Créditos | 1.064 | 1.064 | 12.086 |
| (-) Reversões de Provisões Operacionais | (150.209) | (153.051) | (15.532) |
| **(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito** | **131.932** | **258.743** | **424.055** |
| (+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito | 19 | 19 | 19 |
| (-) Reversões de Provisões sem Características de Crédito | (767) | (823) | (281) |
| **(=) Despesa Líquida de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito** | **131.184** | **257.939** | **423.793** |

**f) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | |
| **Saldo** | **Provisão** | **Saldo** | **Provisão** |
| **Setor Público** | **39.120.373** | **(3.057.749)** | **36.148.244** | **(2.974.937)** |
| FDNE | 130.504 | (1.306) | 126.106 | (2.389) |
| FNE | 38.988.468 | (3.056.443) | 36.022.026 | (2.972.548) |
| Proagro | 1.401 | - | 112 | - |

**f.1) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Saldo Inicial da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas | **2.974.937** | **2.748.825** |
| (+) Constituição de Provisão | 545.575 | 740.084 |
| (-) Reversão/Utilização/Baixa | (462.763) | (513.972) |
| **(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas** | **3.057.749** | **2.974.937** |
| Circulante | 1.072.222 | 954.798 |
| Não Circulante | 1.985.527 | 2.020.139 |

**f.2) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| (+) Constituição das Despesas de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas | 173.367 | 545.575 | 740.084 |
| **(=) Despesa Líquida de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas** | **173.367** | **545.575** | **740.084** |

**g) Concentração de Crédito**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | |
| **Saldo** | **% da Carteira** | **Saldo** | **% da Carteira** |
| 10 Maiores devedores | 1.742.129 | 11,20 | 1.968.710 | 14,94 |
| 50 maiores devedores | 4.089.338 | 26,29 | 3.916.516 | 29,71 |
| 100 maiores devedores | 5.355.008 | 34,43 | 4.765.937 | 36,16 |

**h)** No Exercício de 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 131.906 (R$ 217.680 até 31.12.2020). As renegociações totalizaram R$ 1.664.870 (R$ 3.005.194 em 2020).

NOTA 10 - Outros Créditos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Carteira de Câmbio (Nota 10.a) | 473.107 | 822.414 |
| Rendas a Receber | 24.457 | 27.159 |
| Negociação e Intermediação de Valores | - | 16 |
| Títulos de Créditos a Receber | 38.140 | 43.444 |
| **Total** | **535.704** | **893.033** |
| Circulante | 535.674 | 891.309 |
| Não Circulante | 30 | 1.724 |

**a) Carteira de Câmbio**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Ativo – Outros Créditos** | **473.107** | **822.414** |
| Câmbio Comprado a Liquidar | 462.881 | 805.077 |
| Direitos sobre Vendas de Câmbio | 1.150 | 2.424 |
| Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos | (1.150) | - |
| Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos | 10.226 | 14.913 |
| **Ativo Circulante** | **473.107** | **822.414** |
| **Passivo – Outras Obrigações (Nota 17.b)** | **2.433** | **3.695** |
| Obrigações por Compras de Câmbio | 398.748 | 763.438 |
| Câmbio Vendido a Liquidar | 1.146 | 2.419 |
| (Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1) | (397.463) | (762.163) |
| Outros Valores | 2 | 1 |
| **Passivo Circulante (Nota 17.b)** | **2.433** | **3.695** |

**b) Resultado de Câmbio**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| Rendas de Câmbio | 73.502 | 93.634 | 556.913 |
| Despesas de Câmbio | (953) | (1.332) | (814) |
| **Total** | **72.549** | **92.302** | **556.099** |

NOTA 11 - Outros Ativos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **a) Diversos** | **1.435.404** | **1.349.857** |
| Devedores por Depósitos em Garantia | 571.793 | 558.896 |
| Impostos e Contribuições a Compensar | 516.427 | 538.782 |
| Opções por Incentivos Fiscais | 26.748 | 26.748 |
| Adiantamentos e Antecipações Salariais | 2.532 | 1.776 |
| Pagamentos a Ressarcir | 1.305 | 1.384 |
| Valores a Receber Bônus Rebate | 63.618 | 52.144 |
| Devedores Diversos no País | 137.711 | 118.492 |
| Outros Valores | 115.270 | 51.635 |
| **b)** **Provisão Outros Crédito de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)** | **(26.289)** | **(27.093)** |
| **Total** | **1.409.115** | **1.322.764** |
| Circulante | 815.502 | 747.848 |
| Não Circulante | 593.613 | 574.916 |

NOTA 12 - Outros Valores e Bens

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **a) Outros Valores e Bens** | **13.951** | **10.855** |
| Material em Estoque | 2.338 | 878 |
| Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios | 605 | - |
| Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos | 11.008 | 9.977 |
| **b) Provisões para Desvalorizações** | **(447)** | **(472)** |
| **c) Despesas Antecipadas** | **69.973** | **32.191** |
| **Total** | **83.477** | **42.574** |
| Circulante | 83.477 | 42.574 |

NOTA 13 - Investimentos, Imobilizado e Intangível

1. **Investimentos**

Representados por aplicações em Ações e Cotas e Bens Artísticos e Valiosos. Saldo em 31.12.2021: R$ 1.261 (R$ 1.412 em 31.12.2020).

1. **Imobilizado**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2020** | **01.01.2021 a 31.12.2021** | | | **31.12.2021** | | |
| **Saldo Contábil** | **Movimentações** | | | **Custo** | **Depreciação Acumulada** | **Saldo Contábil** |
| **Adições** | **Baixas** | **Depreciação** |
| Edificações | 84.014 | 3.759 | (79) | (1.744) | 268.209 | (182.259) | 85.950 |
| Sistema de Processamento de Dados | 83.659 | 35.284 | (1.668) | (8.805) | 211.685 | (103.215) | 108.470 |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 24.028 | 4.912 | (1.012) | (3.054) | 82.736 | (57.862) | 24.874 |
| Terrenos | 16.969 | - | (374) | - | 16.595 | - | 16.595 |
| Instalações | 5.529 | 122 | (226) | (105) | 18.279 | (12.959) | 5.320 |
| Sistema de Comunicação | 89 | 65 | (14) | (13) | 329 | (202) | 127 |
| Sistema de Segurança | 18.375 | 658 | (159) | (381) | 18.311 | 182 | 18.493 |
| Sistema de Transporte | 20 | - | - | (1) | 14.350 | (14.331) | 19 |
| **Total** | **232.683** | **44.800** | **(3.532)** | **(14.103)** | **630.494** | **(370.646)** | **259.848** |

1. **Intangível**

Representado por gastos em Intangíveis em Uso. Saldo em 31.12.2021: R$ 2.253 (R$ 721 em 31.12.2020).

NOTA 14 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

**a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **0 a 3 meses** | **3 a 12 meses** | **1 a 3 anos** | **3 a 5**  **anos** | **5 a 15**  **anos** | **Acima de 15 anos** | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| **Depósitos à Vista** | **2.977.069** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.977.069** | **853.237** |
| **Depósitos de Poupança (1)** | **1.001.068** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.001.068** | **4.050.698** |
| **Depósitos Interfinanceiros** | **894.400** | **1.178.430** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.072.830** | **1.996.112** |
| **Depósitos a Prazo** | **547.731** | **414.660** | **4.162.754** | **1.584.823** | **455.368** | **189.688** | **7.355.024** | **8.021.636** |
| Depósitos a Prazo | 73.915 | 392.634 | 2.063.202 | 1.486.393 | 356.938 | 189.688 | 4.562.770 | 5.573.275 |
| Depósitos Judiciais com Remuneração | 427.265 | - | - | - | - | - | 427.265 | 352.525 |
| Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167 | - | - | 2.099.552 | 98.430 | 98.430 | - | 2.296.412 | 2.024.948 |
| FAT Recursos Disponíveis | 57 | 56 | - | - | - | - | 113 | 9 |
| FAT Recursos Aplicados | 6.072 | 6.018 | - | - | - | - | 12.090 | 14.828 |
| Outros | 40.422 | 15.952 | - | - | - | - | 56.374 | 56.051 |
| **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** | **-** | **6.694** | **-** | **-** | **-** | **-** | **6.694** | **1.178** |
| Letras Financeiras – encargos | - | 6.694 | - | - | - | - | 6.694 | 1.178 |
| **Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 18.a e 18.b)** | - | - | - | - | - | **1.290.489** | **1.290.489** | **1.295.889** |
| **Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18.c)** | - | - | - | - | - | **2.842.875** | **2.842.875** | **2.660.982** |
| **Total em 31.12.2021** | **5.420.268** | **1.599.784** | **4.162.754** | **1.584.823** | **455.368** | **4.323.052** | **17.546.049** |  |
| **Total em 31.12.2020** | **6.935.623** | **1.370.995** | **4.500.272** | **1.453.332** | **465.075** | **4.154.435** |  | **18.879.732** |

(1) No período, houve a descontinuidade da oferta do produto “Poupança Corrente”, tendo os saldos migrados para outras aplicações no Banco, notadamente em contas de Depósitos à Vista.

**b) Depósitos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Depósitos à Vista** | **2.977.069** | **853.237** |
| Depósitos de Governos | 5.902 | 6.635 |
| Depósitos Vinculados | 518.740 | 263.302 |
| Pessoas Jurídicas | 1.186.478 | 477.880 |
| Pessoas Físicas | 1.238.737 | 100.136 |
| Outros Valores | 27.212 | 5.284 |
| **Depósitos de Poupança** | **1.001.068** | **4.050.698** |
| Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas | 952.267 | 2.376.678 |
| Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas | 48.774 | 1.672.434 |
| De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro | 27 | 1.584 |
| Outros Depósitos | - | 2 |
| **Depósitos Interfinanceiros** | **2.072.830** | **1.996.112** |
| **Depósitos a Prazo** | **7.355.024** | **8.021.636** |
| Depósitos a Prazo | 4.562.770 | 5.573.275 |
| Depósitos Judiciais com Remuneração | 427.265 | 352.525 |
| **Outros Depósitos a Prazo** | **2.364.989** | **2.095.836** |
| **Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 29 e 31.a.1)** | **12.203** | **14.837** |
| **Recursos Disponíveis (Nota 29)** | **113** | **9** |
| Protrabalho | 113 | 9 |
| **Recursos Aplicados (Nota 29)** | **12.090** | **14.828** |
| Protrabalho | 12.090 | 14.828 |
| **Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)** | **2.296.412** | **2.024.948** |
| **Outros Valores** | **56.374** | **56.051** |
| **Total** | **13.405.991** | **14.921.683** |
| Circulante | 7.013.358 | 8.305.440 |
| Não Circulante | 6.392.633 | 6.616.243 |

**c) Captação no Mercado Aberto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Carteira Própria** | **2.224.293** | **8.728.417** |
| Letras Financeiras do Tesouro (LFT) | 2.224.293 | 8.728.417 |
| **Total** | **2.224.293** | **8.728.417** |
| Circulante | 2.181.173 | 8.681.024 |
| Não Circulante | 43.120 | 47.393 |

**d) Despesa de Captação no Mercado**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| **Despesas de Captações** | **(282.231)** | **(430.528)** | **(329.042)** |
| Depósitos a Prazo | (157.281) | (221.737) | (160.407) |
| Depósitos de Poupança | (20.992) | (51.515) | (63.635) |
| Depósitos Judiciais | (9.715) | (14.354) | (10.049) |
| Depósitos Interfinanceiros | (22.750) | (39.191) | (30.950) |
| Depósitos Especiais | (65.722) | (90.971) | (52.027) |
| Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | - | - | (139) |
| Outros Depósitos | (5.771) | (12.760) | (11.835) |
| **Despesas de Captação no Mercado Aberto** | **(113.930)** | **(225.745)** | **(94.618)** |
| Carteira Própria | (85.612) | (185.615) | (69.030) |
| Letras Financeiras | (28.318) | (40.130) | (25.588) |
| **Total** | **(396.161)** | **(656.273)** | **(423.660)** |

NOTA 15 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **0 a 3 meses** | **3 a 12 meses** | **1 a 3 anos** | **3 a 5 anos** | **5 a 15 anos** | **Acima de 15 anos** | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| Empréstimos no Exterior | 177.441 | 307.444 | - | - | - | - | 484.885 | 904.882 |
| Repasses do País | 65.459 | 389.783 | 210.824 | 348.870 | 321.551 | 109.928 | 1.446.415 | 1.213.953 |
| Repasses do Exterior | 318.537 | 37.494 | 148.321 | 146.668 | 73.334 | - | 724.354 | 711.279 |
| **Total em 31.12.2021** | **561.437** | **734.721** | **359.145** | **495.538** | **394.885** | **109.928** | **2.655.654** |  |
| **Total em 31.12.2020** | **337.618** | **1.007.867** | **525.838** | **421.935** | **504.286** | **32.570** |  | **2.830.114** |
| Circulante |  |  |  |  |  |  | 1.296.158 | 1.345.485 |
| Não Circulante |  |  |  |  |  |  | 1.359.496 | 1.484.629 |

**b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Taxa de atualização % a.a.** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Tesouro Nacional** | IGP -DI + 2,00 | **710** | **614** |
| **BNDES** | Pré 2,5 a 9,85  TLP + 1,30  TJLP + 1,00 a 1,80  IPCA + 9,41  IGPM 5,00 a 6,40  Variação Cambial + 1,80 | **1.171.030** | **1.174.358** |
| Programa de Operações Conjuntas (POC) | 728.897 | 722.251 |
| Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola | 442.133 | 452.107 |
| **Finame** | Pré 1,5 a 7,00  IGPM 5,00 a 6,40 | **22.760** | **38.981** |
| Programa Automático | 5.604 | 13.987 |
| Programa Agrícola | 17.156 | 24.994 |
| **Fungetur** | Selic | **251.915** | **-** |
| **Total (Nota 31.a.1)** | | **1.446.415** | **1.213.953** |
| Circulante | | 455.242 | 142.146 |
| Não Circulante | | 991.173 | 1.071.807 |

1. **Obrigações por Empréstimos**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Taxa de atualização % a.a.** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras | USD | 484.885 | 904.882 |
| **Total** | | **484.885** | **904.882** |
| Circulante | | 484.885 | 904.882 |

1. **Obrigações por Repasses do Exterior**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Taxa de atualização % a.a.** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| BID – Prodetur II | USD + 1,20 | 441.391 | 479.439 |
| BID – Outros Programas | USD + 1,20 | 3.324 | 4.642 |
| Corporação Andina de Fomento – CAF | USD + 0,60 | 279.639 | 227.198 |
| **Total** | | **724.354** | **711.279** |
| Circulante | | 356.031 | 298.457 |
| Não Circulante | | 368.323 | 412.822 |

**e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01. a 31.12.2021** | **01.01. a 31.12.2020** |
| **Despesas de Obrigações por Repasses** | **(130.054)** | **(255.769)** | **(338.732)** |
| **Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País** | **(69.076)** | **(185.636)** | **(176.796)** |
| Tesouro Nacional | (12) | (96) | (109) |
| BNDES | (68.189) | (181.042) | (170.160) |
| Finame | (875) | (4.498) | (6.527) |
| **Despesas de Repasses do Exterior** | **(60.978)** | **(70.133)** | **(161.936)** |
| **Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior** | **(65.096)** | **(71.310)** | **(331.263)** |
| **Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16)** | **(623.057)** | **(843.424)** | **(580.549)** |
| **Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras** | **(7.648)** | **(9.769)** | **-** |
| **Total** | **(825.855)** | **(1.180.272)** | **(1.250.544)** |

NOTA 16 - Outros Instrumentos Financeiros

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. **Negociação e Intermediação de Valores** | **-** | **153** |
| **b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento** | **20.624.190** | **15.185.623** |
| FNE | 19.713.641 | 14.300.617 |
| FDNE | 607.683 | 625.252 |
| Fundo da Marinha Mercante (FMM) | 90.414 | 98.942 |
| Finep/Fundeci | 36.364 | 26.407 |
| Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária | 45.058 | 43.282 |
| Programa Nacional de Crédito Fundiário | 102.036 | 64.777 |
| Banco da Terra | 16.607 | 17.394 |
| Outros | 12.387 | 8.952 |
| **c) Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital** | **1.290.489** | **1.295.889** |
| **d) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital** | **2.842.875** | **2.660.982** |
| **Total** | **24.757.554** | **19.142.647** |
| Circulante | 1.769.656 | 2.720.843 |
| Não Circulante | 22.987.898 | 16.421.804 |
| (1) As despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento são demonstradas na Nota 15. e. | | |

NOTA 17 - Outras Obrigações

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados** | **2.807** | **675** |
| Recursos do Proagro | 25 | 57 |
| Recebimentos de Tributos Federais | 20 | - |
| IOF a Recolher | 2.555 | 182 |
| Outros Tributos e Assemelhados | 207 | 436 |
| **b) Carteira de Câmbio (Nota 10.a)** | **2.433** | **3.695** |
| **c) Sociais e Estatutárias** | **315.097** | **306.856** |
| Remuneração do Capital a Pagar | 214.987 | 242.606 |
| Participações nos Lucros | 100.110 | 64.250 |
| **d) Fiscais Previdenciárias** | **1.370.391** | **939.336** |
| **Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 22.a.2)** | **1.241.167** | **831.724** |
| Imposto de Renda | 638.785 | 460.330 |
| Contribuição Social | 602.382 | 371.394 |
| **Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar** | **129.224** | **107.612** |
| **e) Diversas** | **693.681** | **566.242** |
| **Provisão para Pagamentos a Efetuar** | **480.386** | **400.160** |
| Despesa de Pessoal | 236.563 | 212.030 |
| Outros Valores | 135.621 | 105.562 |
| Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | 108.202 | 82.568 |
| **Outros Valores** | **213.295** | **166.082** |
| **Total** | **2.384.409** | **1.816.804** |
| Circulante | 2.384.409 | 1.816.804 |

NOTA 18 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 30.g.ii)

1. **PR Nível I - Capital Principal:**

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sidos pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Valor Emitido** | **Remuneração** | **Data de Captação** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 31.a.1) | 1.000.000 | Rentabilidade sobre PL | 19.01.2016 | 500.000 | | 500.000 | |
| Não Circulante | | | | | 500.000 | | 500.000 |

1. **PR Nível I - Capital Complementar:**

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R$ 801.040).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Valor Emitido** | **Remuneração** | **Data de Captação** | **31.12.2021(3)** | **31.12.2020 (2)** |
| Letras Financeiras (1) | 801.040 | 117% da Selic | 06.2019 | 790.489 | 795.889 |
| Não Circulante | | | | 790.489 | 795.889 |

(1) Juros pagos semestralmente;

(2) Em 2020 foram recompradas Letras Financeiras no valor de R$ 5.151; e

(3)Em 2021 foram recompradas Letras Financeiras no valor de R$ 5.400.

**c) PR Nível II:**

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R$ 600.000 e R$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) | 2.842.875 | 2.660.982 |
| Recursos disponíveis | 1.182.813 | 1.855.825 |
| Recursos aplicados | 1.660.062 | 805.157 |
| **Total (Nota 31.a.1)** | **2.842.875** | **2.660.982** |

NOTA 19 - Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco. A Receita será diferida por um período de 20 anos, que corresponde ao prazo do contrato, sendo mensalmente apropriado à conta de resultado o valor correspondente a 1/240 avos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Saldo Inicial de Rendas Antecipadas | 200.000 | 200.000 |
| (-) Apropriação em Receita corrente (1) | (16.398) | (6.398) |
| **(=) Saldo Final a Apropriar** | **183.602** | **193.602** |
| Circulante | 10.000 | 10.000 |
| Não Circulante | 173.602 | 183.602 |

**(1)** A apropriação do primeiro mês (maio/2020) corresponde a 21/31 do valor mensal, em face da data do ingresso do recurso.

NOTA 20 - Patrimônio Líquido

1. **Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R$ 6.293.460 (R$ 5.569.988 em 31.12.2020), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | |
| **Acionistas** | **Quantidade das Ações** | **% do Capital** | **Quantidade das Ações** | **% do Capital** |
| União Federal | 47.896.165 | 55,45 | 47.896.415 | 55,45 |
| FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO | 30.205.568 | 34,97 | 30.205.568 | 34,97 |
| BB FGO Fundo de Investimento em Ações | 6.206.000 | 7,19 | 6.206.000 | 7,19 |
| Outros | 2.063.731 | 2,39 | 2.063.481 | 2,39 |
| **Total** | **86.371.464** | **100,00** | **86.371.464** | **100,00** |

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 723.472, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R$ 484.372 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R$ 239.100, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R$ 5.569.988 para R$ 6.293.460, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen.

1. **Reserva de Reavaliação**

O valor de R$ 13.280 (R$ 13.671 em 31.12.2020) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução CMN nº 3.565, de 29.05.2008. No exercício, houve transferência de R$ 391 (R$ 55 em 31.12.2020) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a distribuição do resultado.

1. **Pagamento de Dividendos do exercício de 2020**

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovada a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referentes ao exercício findo em 31.12.2020, no montante de R$ 242.183. O pagamento ocorreu em 12.04.2021.

1. **Dividendos e JCP do Exercício**

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Dividendos sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R$ 385.897 (líquido de IR: R$ 384.752), sendo R$ 17.106 na forma de Dividendos e R$ 368.791 (líquido de IR R$ 367.646) sob a forma de JCP imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, correspondente a 25,08% (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de Dividendos e JCP do 1º semestre, atualizado monetariamente, no valor de R$ 171.497, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R$ 214.400 (R$ 213.776, líquido de IR), para pagamento de Dividendos e JCP complementares do exercício.

O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R$ 179.337 (R$ 107.529 em 31.12.2020).

1. **Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **01.01. a 31.12.2021** | **01.01. a 31.12.2020** |
| **1. Lucro Líquido do Exercício** | **1.618.493** | **1.019.221** |
| 2. Reserva Legal Constituída | (80.925) | (50.961) |
| 3. Ajustes Devedores em LPA | **-** | (2.809) |
| 4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA | 1.225 | 55 |
| 5. Ajustes Credores em LPA | **-** | 218 |
| **6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (JCP)** | **1.538.793** | **965.724** |
| 7. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício | 385.897 | - |
| 8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício | 384.752 | - |
| 9. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Exercício: R$ 4,2698287994 por ação (em 31.12.2020: R$ 2,8039721498 por ação) | **368.791** | 242.183 |
| 10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre de 2021 | (521) | - |
| 11. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre de 2021 (Exercício de 2020) | (624) | (751) |
| 12.JCP líquidos imputados aos dividendos do Exercício (item 9 - item 10 - item 11) R$ 4,2565717544 por ação (em 31.12.2020: JCP de R$ 2,7952709503 por ação) | **367.646** | 241.432 |
| 13. JCP antecipados corrigidos pela Selic | (163.863) | - |
| **14. Valor Complementar líquido do JCP do Exercício: R$ 2,3654215343 por ação ((em 31.12.2020: JCP líquido de R$ 2,7952709503 por ação (item 9 - item 11 ))** | **204.304** | **241.432** |
| 15. Dividendos propostos no Exercício (R$ 0,1980465424 por ação) (em 31.12.2020 R$ 0 por ação) | 17.106 | - |
| 16. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic | (7.634) | - |
| **17. Valor complementar de Dividendos do Exercício: R$ 0,1096605108 por ação ((em 31.12.2020: Dividendos complementares de R$ 0 por ação (item 15 - item 16))** | 9.472 | **-** |
| 18.Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) (R$ 4,4546182968 por ação) (Em 31.12.2020 R$ $ 2,7952709503 por ação) | 25,00% | 25,00% |
| 19.Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) R$ 4,4678753418 por ação) (Em 31.12.2020 R$ 2,8039721498 por ação) | 25,08% | 25,08% |

**f) Reserva Legal**

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado. Constituição no Exercício: R$ 80.925 (R$ 50.961 em 31.12.2020).

**g) Reservas Estatutárias**

1. Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no Exercício: R$ 864.669 (R$ 542.656 em 31.12.2020); e
2. Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no Exercício: R$ 288.223 (R$ 180.885 em 31.12.2020);

NOTA 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01. a 31.12.2021** | **01.01. a 31.12.2020** |
| **a) Receitas de Prestação de Serviços** | **1.246.988** | **2.642.384** | **2.746.600** |
| Administração de Fundos de Investimentos | 33.515 | 62.347 | 64.319 |
| Administração de Fundos e Programas | 880.551 | 1.923.463 | 2.033.207 |
| Prestação de Serviços | 332.922 | 656.574 | 649.074 |
| **b) Rendas de Tarifas Bancárias** | **66.715** | **124.106** | **100.482** |
| **c) Despesas de Pessoal** | **(1.201.111)** | **(2.290.498)** | **(2.175.475)** |
| Proventos | (673.736) | (1.258.048) | (1.200.939) |
| Encargos Sociais | (243.598) | (451.773) | (420.412) |
| Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) | - | - | (30.312) |
| Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I | (84.557) | (159.339) | (143.089) |
| Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural | (98.005) | (229.221) | (193.057) |
| Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego | (13.745) | (27.973) | (27.254) |
| Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário | (87.470) | (164.144) | (160.412) |
| **d) Outras Despesas Administrativas** | **(811.673)** | **(1.539.856)** | **(1.357.234)** |
| Processamento de Dados | (166.181) | (292.429) | (241.161) |
| Propaganda e Publicidade | (30.309) | (41.914) | (28.379) |
| Serviços de Terceiros (1) | (370.544) | (737.735) | (674.431) |
| Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás | (46.757) | (89.684) | (78.531) |
| Viagens | (7.513) | (11.271) | (7.839) |
| Comunicações | (8.648) | (18.438) | (18.804) |
| Depreciação e Amortização | (7.285) | (14.102) | (12.750) |
| Manutenção e Conservação de Bens | (27.509) | (52.667) | (51.658) |
| Vigilância, Segurança e Transporte | (48.041) | (94.833) | (89.723) |
| Promoções, Relações Públicas e Publicações | (3.251) | (5.675) | (5.709) |
| Serviços do Sistema Financeiro | (20.201) | (47.729) | (48.457) |
| Serviços Técnicos Especializados | (27.746) | (49.523) | (36.107) |
| Seguros | (2.091) | (5.727) | (5.698) |
| Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios | (21.333) | (33.710) | (28.929) |
| Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas | (1.403) | (3.272) | (3.249) |
| Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação | (3.093) | (6.154) | (5.347) |
| Fundeci | (3.641) | (13.641) | (10.000) |
| Outros Valores | (16.127) | (21.352) | (10.462) |
| **e) Despesas Tributárias (Nota 22.e)** | **(216.883)** | **(419.486)** | **(354.017)** |
| Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep | (191.713) | (370.606) | (306.975) |
| ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria | (23.539) | (45.934) | (44.028) |
| Outros Valores | (1.631) | (2.946) | (3.014) |
| **f) FNE *Del Credere*** | **1.169.061** | **2.281.945** | **1.949.580** |
| **g) Outras Receitas Operacionais** | **81.674** | **163.189** | **271.915** |
| *Del Credere* de Fundos Administrados | 4.426 | 8.602 | 8.214 |
| Variação Cambial Negativa de Empréstimos | 1.882 | 27.840 | 96.596 |
| Variação Cambial Negativa Reclassificação Despesas do FNE | - | 1.836 | 3.121 |
| Recuperação de Encargos e Despesas | 4.535 | 7.596 | 6.561 |
| Reversão de Provisões Operacionais | 2.355 | 3.726 | 42.171 |
| Juros e Comissões | 2 | 2 | 3.861 |
| Correção Monetária | 242 | 1.780 | 2.857 |
| Variação Cambial | - | - | 238 |
| FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco | 44.263 | 71.534 | 83.155 |
| Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais | 9.624 | 14.397 | 10.610 |
| Outros Valores | 14.345 | 25.876 | 14.531 |
| **h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas** | **(173.367)** | **(545.575)** | **(740.084)** |
| **i) Provisão para Contingências Passivas** | **(80.013)** | **(160.948)** | **(216.348)** |
| **j) Outras Despesas Operacionais** | **(185.593)** | **(350.722)** | **(522.382)** |
| Variação Cambial da Área de Câmbio | (1.768) | (1.947) | (4.378) |
| Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos | (504) | (36.958) | (280.906) |
| Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito | (36) | (58) | (261) |
| Descontos Concedidos em Renegociações | (740) | (8.581) | (19.196) |
| Encargos de Operações de Crédito | (1.706) | (3.105) | (6.307) |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP) | (57.018) | (108.202) | (82.568) |
| Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A | (43.273) | (66.251) | (48.210) |
| Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A | (74.829) | (115.642) | (67.572) |
| Atualização Monetária do IECP | - | (639) | (3.251) |
| Outros Valores | (5.719) | (9.339) | (9.733) |
| **Total** | **(104.202)** | **(95.461)** | **(296.963)** |

**(1)** Contém despesas do Exercício de 2021, no valor de R$ 608.461 (R$ 570.394 em 31.12.2020), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

NOTA 22 - Impostos e Contribuições

**a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** | **Imposto de Renda** | | **Contribuição Social** | |
| **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações | 2.832.795 | 1.583.717 | 2.832.795 | 1.583.717 |
| Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR) | (98.081) | (62.316) | (98.081) | (62.316) |
| **Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP** | **2.734.714** | **1.521.401** | **2.734.714** | **1.521.401** |
| Adições/Exclusões Permanentes | (387.003) | (305.229) | (388.888) | (307.250) |
| Adições/Exclusões Temporárias | 372.980 | 670.569 | 372.980 | 670.569 |
| **Resultado Tributável** | **2.720.691** | **1.886.741** | **2.718.806** | **1.884.720** |
| Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação | (680.149) | (471.661) | (602.382) | (367.974) |
| Deduções (Incentivos Fiscais) | 41.364 | 15.899 | - | - |
| Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação | (461) | 25 | (369) | 19 |
| **Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA (1)** | (639.246) | (455.737) | (602.751) | (367.955) |
| Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação | (7.055) | (30.423) | (5.643) | (25.054) |
| **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social** | **(646.301)** | **(486.160)** | **(608.394)** | **(393.009)** |
| Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões | 75.370 | 202.360 | 60.295 | 164.184 |
| **Total de IRPJ/CSLL** | **(570.931)** | **(283.800)** | **(548.099)** | **(228.825)** |
| Alíquota Efetiva (%) | 20,88 | 18,65 | 20,04 | 15,04 |
| **a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL** | **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro | 639.246 | 455.737 | 602.751 | 367.955 |
| Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação | (461) | 25 | (369) | 19 |
| **Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (2)** | **638.785** | **455.762** | **602.382** | **367.974** |
| Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte | (292.818) | (258.113) | (204.743) | (155.019) |
| **Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período** | **345.967** | **197.649** | **397.639** | **212.955** |

(1) Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL incluem: redução de R$ 11.068 da contabilização, realizada em 2020, de dedução de despesas de incentivos de inovação tecnológica do período de 2019; registro de despesa de R$ 555 decorrentes de ajuste de incentivo fiscal de 2019; e ajustes complementares de R$ 68 oriundos de despesas com o Plano Safra, no período de 2018, e despesas com alimentação da diretoria, no período de 2016.

(2) Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL em 2021 incluem: 1) redução de R$ 706, decorrentes de estorno de receitas em LPA dos Exercícios de 2017 e 2018; 2) registro de despesa de R$ 544 de IRPJ e CSLL, decorrentes de ajuste de receita estornada em LPA, bem como do estorno de Pasep e Cofins, devido à exclusão de receitas de atualização da taxa Selic, nos exercícios de 2017 a 2020; 3) Ajustes complementares de R$ 2.685 decorrentes da mudança da alíquota de CSLL de 15% para 20% em 2020, que geraram impacto indevido, bem como R$ 37 oriundos de despesas diversas do exercício 2015.

1. **Conciliação dos Encargos de IR e CSLL**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **I) Resultado antes dos Tributos e Participações** | **2.832.795** | **1.583.717** |
| **II) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)** | **(1.351.397)** | **(712.674)** |
| **III) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:** | **232.367** | **200.050** |
| - PLR/JCP | 231.272 | 137.025 |
| - Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A | (7.155) | 16.422 |
| - Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis | (66.539) | (89) |
| - Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos | 10.892 | 10.291 |
| - Diferença de Alíquota - CSLL (de 15% p/ 20%) (1) | - | 10.978 |
| - Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% p/ 25%) (1) | 6.006 | - |
| - Incentivos Fiscais | 64.944 | 31.048 |
| - Adições Permanentes, Líquidas | (7.053) | (5.625) |
| **IV) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social** | **(1.119.030)** | **(512.624)** |
| V) Imposto de renda/ contribuição social diferidos | 135.665 | 366.546 |
| VI) Imposto de renda/ contribuição social correntes | (1.254.695) | (879.169) |
| **VII) Despesas Tributárias (V + VI)** | **(1.119.030)** | **(512.624)** |
| **VIII) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social** | **39,5%** | **32,4%** |

(1) Até junho/2021, vigorou a alíquota de 20% para a CSLL; de julho a dezembro/2021, vigorou a alíquota de 25%; e, a partir de janeiro/2022, a alíquota retornará para 20%, conforme a Lei n.º 14.183, de 14.07.2021.

1. **Ativos e Passivos Fiscais Diferidos**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** | **Total** | |
| **Efeito no Resultado** |  |  |  |  |  |  |
| **a) Provisões (PCLD)** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 710.563 | 568.471 | 576.129 | 459.764 | 1.279.034 | 1.035.893 |
| Constituição | 315.126 | 252.106 | 430.619 | 334.245 | 567.232 | 764.864 |
| Realização/Reversão | (280.542) | (224.440) | (296.185) | (225.538) | (504.982) | (521.723) |
| Saldo Final | 745.147 | 596.137 | 710.563 | 568.471 | 1.341.284 | 1.279.034 |
| **b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 1.385 | 1.108 | 2.115 | 1.661 | 2.493 | 3.776 |
| Constituição | 402 | 321 | 729 | 614 | 723 | 1.343 |
| Realização/Reversão | (905) | (724) | (1.459) | (1.167) | (1.629) | (2.626) |
| Saldo Final | 882 | 705 | 1.385 | 1.108 | 1.587 | 2.493 |
| **c) Provisões – Operações Alongadas** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 833 | 665 | 1.004 | 798 | 1.498 | 1.802 |
| Constituição | 51 | 41 | 21 | 18 | 92 | 39 |
| Realização/Reversão | (50) | (40) | (192) | (151) | (90) | (343) |
| Saldo Final | 834 | 666 | 833 | 665 | 1.500 | 1.498 |
| **d) Provisões Atuariais** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 315.282 | 252.227 | 280.414 | 223.378 | 567.509 | 503.792 |
| Constituição | 85.112 | 68.090 | 72.727 | 57.854 | 153.202 | 130.581 |
| Realização/Reversão | (65.432) | (52.345) | (37.859) | (29.005) | (117.777) | (66.864) |
| Saldo Final | 334.962 | 267.972 | 315.282 | 252.227 | 602.934 | 567.509 |
| **e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 671 | 537 | - | - | 1.208 | - |
| Constituição | - | - | 13.251 | 10.601 | - | 23.852 |
| Realização/Reversão | (671) | (537) | (12.580) | (10.064) | (1.208) | (22.644) |
| Saldo Final | - | - | 671 | 537 | - | 1.208 |
| **f) Provisões Contingenciais** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 172.572 | 138.058 | 139.368 | 111.349 | 310.630 | 250.717 |
| Constituição | 69.203 | 55.362 | 69.928 | 55.480 | 124.565 | 125.408 |
| Realização/Reversão | (46.993) | (37.595) | (36.724) | (28.771) | (84.588) | (65.495) |
| Saldo Final | 194.782 | 155.825 | 172.572 | 138.058 | 350.607 | 310.630 |
| **g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 86 | 68 | - | - | 154 | - |
| Constituição | 585 | 468 | 277 | 221 | 1.053 | 498 |
| Realização/Reversão | (517) | (412) | (191) | (153) | (929) | (344) |
| Saldo Final | 154 | 124 | 86 | 68 | 278 | 154 |
| **Efeito no Patrimônio Líquido** |  |  |  |  |  |  |
| **h) TVM** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 78.908 | 63.127 | 130.285 | 101.144 | 142.035 | 231.429 |
| Constituição | 362.443 | 290.421 | 311.173 | 253.869 | 652.864 | 565.042 |
| Realização/Reversão | (342.031) | (274.092) | (362.550) | (291.886) | (616.123) | (654.436) |
| Saldo Final (Nota 7.a.2) | 99.320 | 79.456 | 78.908 | 63.127 | 178.776 | 142.035 |
| **i) Ajustes de Avaliação Atuarial** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 598.562 | 478.850 | 577.129 | 461.703 | 1.077.412 | 1.038.832 |
| Constituição | 637 | 510 | 43.247 | 34.598 | 1.147 | 77.845 |
| Realização/Reversão | (223.200) | (178.560) | (21.814) | (17.451) | (401.760) | (39.265) |
| Saldo Final | 375.999 | 300.800 | 598.562 | 478.850 | 676.799 | 1.077.412 |

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Imposto de Renda** | | **Contribuição Social** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. Total das Diferenças Temporárias | 8.150.318 | 7.666.810 | 8.150.318 | 7.666.810 |
| 2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias | 2.037.580 | 1.916.703 | 1.630.064 | 1.533.362 |
| 3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões | 1.652.607 | 1.799.869 | 1.322.104 | 1.439.915 |
| 4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM | 99.474 | 78.994 | 79.580 | 63.195 |
| 5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) (1) | 1.752.081 | 1.878.863 | 1.401.684 | 1.503.110 |
| 6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) (2) | 285.499 | 37.840 | 228.380 | 30.252 |

(1) Registrados em “Ativos Fiscais Diferidos”, no Ativo Não Circulante; e

(2) Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente.

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 31.12.2021, estão a seguir demonstrados:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Exercício** | **IRPJ** | | **CSLL** | | **Total** | |
| **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente (1)** | **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente (1)** | **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente (1)** | |
| 2022 | 242.788 | 224.636 | 194.230 | 179.708 | 437.018 | 404.344 | |
| 2023 | 170.800 | 154.485 | 136.640 | 123.588 | 307.440 | 278.073 | |
| 2024 | 141.044 | 125.216 | 112.835 | 100.172 | 253.879 | 225.388 | |
| 2025 | 116.190 | 101.151 | 92.952 | 80.920 | 209.142 | 182.071 | |
| 2026 | 352.167 | 266.781 | 281.733 | 213.424 | 633.900 | 480.205 | |
| 2027 | 69.388 | 60.442 | 55.510 | 48.353 | 124.898 | 108.795 | |
| 2028 | 59.931 | 51.421 | 47.946 | 41.138 | 107.877 | 92.559 | |
| 2029 | 52.456 | 44.374 | 41.965 | 35.499 | 94.421 | 79.873 | |
| 2030 | 45.985 | 38.617 | 36.788 | 30.894 | 82.773 | 69.511 | |
| 2031 | 35.967 | 32.206 | 28.793 | 25.775 | 64.760 | 57.981 | |
| Acima de 2031 | 465.363 | 465.365 | 372.294 | 372.293 | 837.657 | 837.658 | |
| **Total** | **1.752.079** | **1.564.694** | **1.401.686** | **1.251.764** | **3.153.765** | **2.816.458** | |

**(1)** Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2021

1. **Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** | **Total** | |
| **Efeito no Resultado** | | | | | | |
| **a) Instrumentos Financeiros Derivativos** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | - | - | - | - | - | - |
| Constituição | 612 | 489 | 7 | 5 | 1.101 | 12 |
| Realização/Reversão | (612) | (489) | (7) | (5) | (1.101) | (12) |
| Saldo Final | - | - | - | - | - | - |
| **b) Decorrentes de Créditos Recuperados (1)** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 166.138 | 132.910 | 139.742 | 111.099 | 299.048 | 250.841 |
| Constituição | 4.355 | 5.385 | 28.057 | 23.140 | 9.740 | 51.197 |
| Realização/Reversão | (470) | (2.276) | (1.661) | (1.329) | (2.746) | (2.990) |
| Saldo Final | 170.023 | 136.019 | 166.138 | 132.910 | 306.042 | 299.048 |
| **c) Depreciação Diferida** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 20.206 | 16.165 | 16.179 | 12.923 | 36.371 | 29.102 |
| Constituição | 4.516 | 3.612 | 4.679 | 3.764 | 8.128 | 8.443 |
| Realização/Reversão | (1.347) | (1.077) | (652) | (522) | (2.424) | (1.174) |
| Saldo Final | 23.375 | 18.700 | 20.206 | 16.165 | 42.075 | 36.371 |
| **Efeito no Patrimônio Líquido** | | | | | | |
| **d) Reserva de Reavaliação** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 945 | 756 | 971 | 774 | 1.701 | 1.745 |
| Constituição | - | 1 | - | - | 1 | - |
| Realização/Reversão | (44) | (36) | (26) | (18) | (80) | (44) |
| Saldo Final | 901 | 721 | 945 | 756 | 1.622 | 1.701 |
| **e) TVM** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 186.270 | 149.015 | 230.471 | 182.852 | 335.285 | 413.323 |
| Constituição | 353.252 | 283.854 | 820.467 | 656.828 | 637.106 | 1.477.295 |
| Realização/Reversão | (521.371) | (417.104) | (864.668) | (690.665) | (938.475) | (1.555.333) |
| Saldo Final (Notas 7.a.2) | 18.151 | 15.765 | 186.270 | 149.015 | 33.916 | 335.285 |

**(1)** Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Os valores totais das Obrigações Fiscais Diferidas previstas para baixa, na posição de 31.12.2021, estão a seguir demonstrados:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Exercício** | **Realização do Crédito de IR** | | **Realização do Crédito de CSLL** | | **Total** | |
| **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente (1)** | **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente (1)** | **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente (1)** |
| 2022 | 39.417 | 35.860 | 32.778 | 29.934 | 72.195 | 65.794 |
| 2023 | 34.894 | 28.948 | 27.915 | 23.159 | 62.809 | 52.107 |
| 2024 | 31.473 | 24.431 | 25.178 | 19.544 | 56.651 | 43.975 |
| 2025 | 25.733 | 18.726 | 20.586 | 14.981 | 46.319 | 33.707 |
| 2026 | 19.632 | 13.394 | 15.706 | 10.715 | 35.338 | 24.109 |
| 2027 | 15.922 | 10.184 | 12.738 | 8.147 | 28.660 | 18.331 |
| 2028 | 10.484 | 6.287 | 8.387 | 5.029 | 18.871 | 11.316 |
| 2029 | 6.446 | 3.624 | 5.157 | 2.899 | 11.603 | 6.523 |
| 2030 | 3.667 | 1.933 | 2.934 | 1.546 | 6.601 | 3.479 |
| 2031 | 2.006 | 991 | 1.605 | 793 | 3.611 | 1.784 |
| Acima de 2031 | 22.776 | 16.844 | 18.221 | 13.475 | 40.997 | 30.319 |
| **Total** | **212.450** | **161.222** | **171.205** | **130.222** | **383.655** | **291.444** |

**(1)** Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over - Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2021.

1. **Despesas Tributárias**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| Contribuição ao Cofins e Pis/Pasep | (191.713) | (370.606) | (306.975) |
| ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria | (23.539) | (45.934) | (44.028) |
| Outros Valores | (1.631) | (2.946) | (3.014) |
| **Total (Nota 21.e)** | **(216.883)** | **(419.486)** | **(354.017)** |

NOTA 23 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

1. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém, existem dois processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável e somam o valor de R$ 30.693: o primeiro, no importe de R$ 29.319, que se trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária, o segundo, com valor de R$ 1.374, referente a liberação de depósito judicial.
2. O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Provisão para Contingências** | **31.12.2021** | | **31.12.2020** | |
| **Valor da Base** | **Provisão** | **Valor da Base** | **Provisão** |
| **b.1) Fiscais (Nota 23 g.i)** | **4.215.541** | **23.768** | **3.483.643** | **20.830** |
| **i) Obrigação Legal** | **14.941** | **14.941** | **11.481** | **11.481** |
| **ii) Outras Obrigações-Diversas** | **4.200.600** | **8.827** | **3.472.162** | **9.349** |
| Provável | 8.827 | 8.827 | 9.349 | 9.349 |
| Possível | 4.143.557 | **-** | 3.420.182 | *-* |
| Remota | 48.216 | **-** | 42.631 | *-* |
| **b.2) Trabalhistas** | **713.582** | **393.788** | **636.395** | **359.264** |
| Provável (Nota 23 g.ii) | 393.788 | 393.788 | 359.264 | 359.264 |
| Possível | 144.907 | - | 124.141 | *-* |
| Remota | 174.887 | - | 152.990 | *-* |
| **b.3) Causas Cíveis** | **7.570.192** | **271.085** | **9.047.362** | **223.388** |
| Provável (Nota 23 g.iii) | 271.085 | 271.085 | 223.388 | 223.388 |
| Possível | 2.795.883 | - | 2.157.136 | *-* |
| Remota (1) (2) | 4.503.224 | - | 6.666.838 | *-* |
| **b.4) Outras Contingências (Nota 23 g.iv)** | **1.063.621** | **93.818** | **1.046.874** | **90.135** |
| **i) Operações Securitizadas** | **3.334** | **3.334** | **3.331** | **3.331** |
| **ii) Outras** | **1.060.287** | **90.484** | **1.043.543** | **86.804** |
| Provável | 90.484 | 90.484 | 86.804 | 86.804 |
| Possível | 956.667 | - | 904.386 | *-* |
| Remota | 13.136 | - | 52.353 | *-* |
| (1) O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 03 (três) processos que apresentam saldo de R$ 1.336.324 na posição de 31.12.2021(R$ 3.840.558, em 31.12.2020, referente a 4 (quatro) processos). Discriminação dos processos: i) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R$ 592.400 em 31.12.2021 (R$ 474.289 em 31.12.2020); ii) repetição de indébito, danos morais e lucro cessante, R$ 409.198 em 31.12.2021 (R$ 327.613 em 31.12.2020); iii) indenização por danos materiais e morais, lucros cessantes e pagamento de honorários advocatícios, R$ 334.726 em 31.12.2021 (R$ 267.990 em 31.12.2020). | | | | |
| (2) A contingência do processo do grupo cível que tratava sobre contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios que apresentava valor de R$ 2.770.666 em 31.12.2020 foi desconstituída em razão do encerramento do processo. | | | | |

1. O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
2. Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
3. A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

**Fiscal**

O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais está concentrado em 05 (cinco) ações, sendo que quatro delas visam desconstituir auto de infração e uma trata sobre a anulação de débito fiscal. As estimativas de perdas financeiras somadas perfazem o montante de R$ 3.965.771, em 31.12.2021 (R$ 3.029.944, em 31.12.2020).

**Outras Causas**

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo de prestação de contas com pedido de devolução de valores indevidamente pagos que apresenta na posição de 31.12.2021 saldo de R$ 1.031.848, sendo R$ 943.449 classificado como risco possível e R$ 88.399 como provável (R$ 985.000 em 31.12.2020, sendo R$ 900.615 classificado como risco possível e R$ 84.385 como provável).

**Cível**

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, o montante de R$ 747.648, sendo R$ 747.425 classificado como risco possível e R$ 223 com risco provável (R$ 598.583, sendo R$ 598.405 classificado como risco possível e R$ 178 como risco provável, em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz R$ 333.735, na data base de 31.12.2021 (R$ 115.744 em 31.12.2020).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, o montante de R$ 244.803 (R$ 195.995 em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, R$ 118.048 (R$ 94.512 em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, R$ 116.802 (R$ 93.514 em 31.12.2020).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz R$ 81.682, sendo R$ 78.940 com risco possível e R$ 2.742 como risco remoto, na data base de 31.12.2021 (R$ 65.396 em 31.12.2020, sendo R$ 63.201 como risco possível e R$ 2.195 como risco remoto).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 31.12.2021, R$ 38.820 (R$ 56.908 em 31.12.2020).

1. Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Demandas Trabalhistas | 202.689 | 189.405 |
| Demandas Fiscais | 50.005 | 48.020 |
| Demandas Cíveis | 278.629 | 282.371 |
| Outras Demandas | 48 | 47 |
| Contragarantia Operações Repasses BID | 40.422 | 39.053 |
| **Total** | **571.793** | **558.896** |

**Movimentação das Provisões**

**g) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | | | | | **31.12.2020** | | | | |
| **Saldo inicial** | **Constituição** | **Reversão** | **Pagamento** | **Saldo Final** | **Saldo inicial** | **Constituição** | **Reversão** | **Pagamento** | **Saldo Final** |
| **i) Fiscais (Nota 23.b.1)** | 20.830 | 5.082 | (462) | (1.682) | 23.768 | 17.815 | 4.292 | (1.275) | (2) | 20.830 |
| **ii) Trabalhistas (Nota 23.b.2)** | 359.264 | 76.979 | (23.282) | (19.173) | 393.788 | 334.025 | 106.836 | (22.773) | (58.824) | 359.264 |
| **iii) Cíveis (Nota 23.b.3)** | 223.388 | 189.481 | (90.817) | (50.967) | 271.085 | 176.738 | 104.804 | (33.575) | (24.579) | 223.388 |
| **iv) Outras (Nota 23.b.4)** | 90.135 | 5.268 | (1.501) | (84) | 93.818 | 33.860 | 59.414 | (3.129) | (10) | 90.135 |
| **Total** | **693.617** | **276.810** | **(116.062)** | **(71.906)** | **782.459** | **562.438** | **275.346** | **(60.752)** | **(83.415)** | **693.617** |

NOTA 24 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

**a) Remuneração Mensal de Funcionários**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Remuneração Bruta (1)** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Máxima | 49.382,73 | 44.501,01 |
| Mínima | 2.173,01 | 1.925,25 |
| Média | 13.678,61 | 12.056,04 |

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

**b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| **Remuneração Bruta (1)** | **Diretoria** | | **Conselho de Administração** | | **Conselho Fiscal** | |
| Maior remuneração individual (2) | 1.011.920,88 | 758.347,23 | 70.835,04 | 70.835,04 | 54.279,84 | 66.492,72 |
| Menor remuneração individual (3) | 856.717,45 | 758.347,23 | 70.835,04 | 54.279,84 | 54.279,84 | 54.279,84 |
| Remuneração média individual (4) | 948.024,17 | 944.990,57 | 64.351,36 | 67.321,06 | 58.641,58 | 59.164,99 |
| Número de membros (5) | 6,92 | 7,50 | 5,33 | 5,17 | 3,50 | 5,00 |

(1) Valores aprovados em Assembleia Geral.

(2) Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

(3) Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

(4) Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período pelo número de membros de cada órgão

(5) Corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.12.2021, o número de funcionários do Banco totalizava 6.708 (6.684 em 31.12.2020), registrando-se um acréscimo de 0,36% no quadro de pessoal.

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução CMN n° 4.877, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

As remensurações atuariais dos Planos de Benefícios ofertados pelo Banco foram realizadas pela empresa contratada ATUARIAL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

1. **Descrição dos Planos de Benefícios**

**a.1) Planos de Previdência**

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

**a.1.1) Plano BD**

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

**a.1.2) Plano CV I**

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

**a.2) Plano de Assistência Médica**

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

**a.3) Seguro de Vida em Grupo**

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. O Banco avalia atuarialmente o benefício, que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

**a.4) Governança**

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

**a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos**

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

**b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 31.12.2021, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

**c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)**

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2021, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2020, 1:1).

**d) Exposição ao risco**

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Plano** | **Tipo de Risco** | **Descrição do Risco** |
| BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo | Risco Atuarial | O custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar a contribuição paritária ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios. |
| BD/ CV I/ Natural | Risco dos investimentos | Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial. |
| BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo | Risco das premissas atuariais | Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial. |
| BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo | Taxa de desconto | O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial. |
| BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo | Riscos de Expectativa de Vida | Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo |

**e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **BD** | **CV I** | **CAMED** | **SEGURO** |
| Participantes | 1.106 | 5.426 | 6.046 | 4.688 |
| Assistidos (Aposentados/Pensionistas) | 5.109 | 413 | 5.236 | 3.572 |
| **TOTAL** | **6.215** | **5.839** | **11.282** | **8.260** |

**f) Premissas utilizadas**

**f.1) Premissas Demográficas**

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Tábuas de Mortalidade** | | |
| Ativos/Aposentados | RP2000 Proj 2020 – Suavizada em 20%, segregada por sexo | RP2000 Proj 2020 – Suavizada em 20%, segregada por sexo |
| Inválidos | IAPC Fraca | IAPC Fraca |
| **Tábua de Entrada em Invalidez** | Hunters (suavizada em 85%) | Hunters (suavizada em 85%) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Plano CV I (Capef) e Seguro de Vida** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Tábuas de Mortalidade** |
| Ativos/Aposentados | RP 2000 Proj 2020 – Suavizada em 10%, segregada por sexo | RP 2000 Proj 2020 – Suavizada em 10%, segregada por sexo |
| Inválidos | IAPC Fraca | IAPC Fraca |
| **Tábua de Entrada em Invalidez** | Muller (suavizada em 85%) | Muller (suavizada em 85%) |

**f.2) Premissas Financeiras**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef (% a.a.)** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial | 8,32 | 7,03 | 8,53 | 7,65 |
| Taxa real de desconto da obrigação atuarial | 5,16 | 3,30 | 5,37 | 3,90 |
| Taxa média de inflação anual | 3,00 | 3,61 | 3,00 | 3,61 |
| Taxa nominal de crescimento salarial (1) (2) | 4,03 | 4,65 | - | - |
| Taxa nominal de aumentos dos benefícios | 3,00 | 3,61 | 3,00 | 3,61 |

(1) Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

(2) Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e de funções do Banco

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed (% a.a.)** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial | 8,53 | 7,65 | 8,53 | 7,65 |
| Taxa real de desconto da obrigação atuarial | 5,37 | 3,89 | 5,37 | 3,90 |
| Taxa média de inflação anual | 3,00 | 3,61 | 3,00 | 3,61 |
| Taxa nominal de crescimento salarial (1) | 4,03 | 4,65 | 4,03 | 4,65 |
| Taxa nominal de aumento médio dos benefícios (1) (2) | 1,96 | 1,84 | 4,03 | 4,65 |
| Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (*Aging Factor*) | 3,71 | 3,84 | Não se aplica | Não se aplica |

(1) No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

(2) No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR). Na posição de 31.12.2021, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 1,96% (1,84% em 31.12.2020), acima do “aging factor” e da inflação geral de preços, e decresce 0,48% no 2º e 3º ano, permanecendo a partir do 3º (terceiro) ano em 1% a.a.

**f.3)** A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

**f.4)** Para a avaliação atuarial utiliza-se o Método de Crédito Unitário Projetado, a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

**f.5)** A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CMN nº 4.877. Na posição de 31.12.2021, foram apuradas as seguintes *durations:* para o plano Capef BD: 8,8 anos (10,08 anos em 31.12.2020), para o plano Capef CV I: 18,48 anos (18,05 anos em 31.12.2020), para o plano Natural: 15,27anos (17,69 anos em 31.12.2020) e para o Seguro de Vida: 15,02 anos (16,83 anos em 31.12.2020).

1. **Passivo Reconhecido nas Demonstrações Financeiras:**

**g.1) Planos de Previdência Privada**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef – Planos de Previdência Privada** | | | |
|  | **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **1. Valor Presente da Obrigação Atuarial (1)** | **(4.943.555)** | **(5.603.746)** | **(49.462)** | **(37.751)** |
| 1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos | (4.288.172) | (4.697.743) | (45.014) | (33.281) |
| 1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos | (655.383) | (906.003) | (4.448) | (4.470) |
| **2. Valor Justo dos Ativos do Plano** | **3.994.606** | **4.510.677** | **101.819** | **91.375** |
| **3. Efeito do Teto do Ativo** | **-** | **-** | **(52.357)** | **(53.624)** |
| **4. Passivo Reconhecido nas Demonstrações Financeiras** | **(948.949)** | **(1.093.069)** | **-** | **-** |

**(1)** Para o plano CV I, os valores se referem aos benefícios não programados (Parte BD), que possuem características de plano de benefício definido.

**g.2) Plano de Assistência Médica e Seguro de Vida em Grupo**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **1. Valor Presente da Obrigação atuarial** | **(1.943.464)** | **(2.359.572)** | **(280.857)** | **(368.074)** |
| 1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos | (1.422.080) | (1.641.370) | (228.476) | (272.096) |
| 1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos | (521.384) | (718.202) | (63.772) | (98.665) |
| 1.3. Subsídio cruzado | - | - | 11.391 | 2.687 |
| **2. Valor Justo dos Ativos do Plano** | **197.431** | **165.335** | **-** | **-** |
| **3. Passivo Reconhecido nas Demonstrações Financeiras** | **(1.746.033)** | **(2.194.237)** | **(280.857)** | **(368.074)** |

1. **Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1.Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período | (5.603.746) | (5.647.446) | (37.751) | (32.359) |
| 2. Custo dos Juros | (381.396) | (354.042) | (2.857) | (2.326) |
| 3. Custo do Serviço Corrente | (9.466) | (11.990) | (159) | (132) |
| 4. Benefícios Pagos pelo Plano | 491.953 | 462.791 | 1.348 | 842 |
| 5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) | (83.561) | (79.670) | - | - |
| 6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano | - | - | (12.239) | (42.558) |
| **7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais decorrentes de:** | **642.661** | **26.611** | **2.196** | **38.782** |
| 7.1. Ajustes de Experiência | (61.124) | (35.487) | (3.303) | 34.096 |
| 7.2. Alterações de Premissas Financeiras | 915.283 | 248.977 | 5.512 | 1.251 |
| 7.3. Alterações de Premissas Biométricas – tábuas | - | (184.204) | - | 3.390 |
| 7.4. Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) | - | (2.675) | - | 14 |
| 7.5. Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar | - | - | - | 31 |
| 7.6. Alteração na postergação de aposentadoria | 16.590 | - | - | - |
| 7.7. Alteração nos percentuais de despesas administrativas | 11.283 | - | (13) | - |
| 7.8. Alterações decorrentes da inflação acumulada no período | (239.371) | - | - | - |
| **8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período** | **(4.943.555)** | **(5.603.746)** | **(49.462)** | **(37.751)** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1.Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período | (2.359.572) | (2.293.236) | (368.074) | (363.829) |
| 2. Custo dos Juros | (177.428) | (162.490) | (27.943) | (26.086) |
| 3. Custo do Serviço Corrente | (31.416) | (42.489) | (3.166) | (3.804) |
| 4. Benefícios Pagos pelo Plano (1) | 101.613 | 73.711 | 11.557 | 10.077 |
| 5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) | (28.997) | (27.244) | (3.623) | (3.262) |
| 6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano | 11.557 | 11.363 | - | - |
| **7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais decorrentes de:** | **540.779** | **80.813** | **110.392** | **18.830** |
| 7.1. Ajustes de Experiência | 139.291 | 101.921 | 22.362 | 5.971 |
| 7.2. Alterações de Premissas Financeiras | 479.919 | 177.297 | 70.363 | 27.495 |
| 7.3. Alterações do reajuste na mensalidade de dependentes e taxa de proteção financeira | 23.394 | - | - | - |
| 7.4. Alterações referentes à taxa de inflação médica (HCCTR) e aos custos médicos médios | (106.351) | (33.590) | - | - |
| 7.5. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas | - | (164.430) | - | (14.615) |
| 7.6. Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) | - | (385) | - | (21) |
| 7.7. Alterações na postergação de aposentadoria | 4.526 | - | (327) | - |
| 7.8. Reajustes dos prêmios | - | - | 17.994 | - |
| **8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período** | **(1.943.464)** | **(2.359.572)** | **(280.857)** | **(368.074)** |

1. Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

1. **Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período | 4.510.677 | 4.715.575 | 91.375 | 88.627 |
| 2. Receita de Juros | 307.663 | 295.431 | 7.048 | 6.489 |
| 3. Contribuições Recebidas do Empregador (1) | 83.501 | 79.700 | 1.349 | 1.306 |
| 4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos | 31 | 66 | 1.358 | 1.312 |
| 5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos | 83.561 | 79.670 | - | - |
| 6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano | - | - | 12.239 | 42.558 |
| 7. Benefícios Pagos pelo Plano | (491.953) | (462.791) | (1.348) | (842) |
| 8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos (2) | (498.874) | (196.974) | (10.202) | (48.075) |
| **9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período** | **3.994.606** | **4.510.677** | **101.819** | **91.375** |

(1) Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

(2) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período | 165.335 | 158.763 | - | - |
| 2. Receita de Juros | 11.285 | 11.100 | - | - |
| 3. Contribuições Recebidas do Empregador (1) | 82.451 | 84.973 | 4.806 | 4.185 |
| 4. Devolução das Contribuições do Patrocinador | (43.573) | (40.792) | - | - |
| 5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos | 1.375 | 762 | 3.128 | 2.630 |
| 6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos | 28.997 | 27.244 | 3.623 | 3.262 |
| 7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano | (11.557) | (11.363) | - | - |
| 8. Benefícios Pagos pelo Plano (2) | (101.613) | (73.711) | (11.557) | (10.077) |
| 9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos (3) | 64.731 | 8.359 | - | - |
| **10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período** | **197.431** | **165.335** | - | - |

(1) Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

(2) Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

(3) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

1. **Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | |
| **Plano CV I** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período | (53.624) | (56.268) |
| 2. Juros sobre o Efeito do Teto | (4.191) | (4.163) |
| 3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo | 5.458 | 6.807 |
| **4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período** | **(52.357)** | **(53.624)** |

1. **Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período | (4.943.555) | (5.603.746) | (49.462) | (37.751) |
| 2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período | 3.994.606 | 4.510.677 | 101.819 | 91.375 |
| **3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)** | **(948.949)** | **(1.093.069)** | **52.357** | **53.624** |
| 4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período | - | - | (52.357) | (53.624) |
| **5. Passivo Reconhecido no Final do Período** | **(948.949)** | **(1.093.069)** | **-** | **-** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período | (1.943.464) | (2.359.572) | (280.857) | (368.074) |
| 2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período | 197.431 | 165.335 | - | - |
| **3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)** | **(1.746.033)** | **(2.194.237)** | **(280.857)** | **(368.074)** |
| **4. Passivo Reconhecido no Final do Período** | **(1.746.033)** | **(2.194.237)** | **(280.857)** | **(368.074)** |

1. **Valores Reconhecidos no Resultado**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | | | |
| **Plano BD** | | | **Plano CV I** | | |
| **2° Sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | **2° Sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| **1. Custo do Serviço Corrente Líquido** | **(4.715)** | **(9.435)** | **(11.924)** | **652** | **1.199** | **1.180** |
| 1.1. Custo do Serviço | (4.733) | (9.466) | (11.990) | (80) | (159) | (132) |
| 1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos | 18 | 31 | 66 | 732 | 1.358 | 1.312 |
| **2. Juros Líquidos** | **(36.866)** | **(73.733)** | **(58.611)** | **-** | **-** | **-** |
| 2.1. Custo dos Juros | (190.698) | (381.396) | (354.042) | (1.429) | (2.857) | (2.326) |
| 2.2. Receita de Juros | 153.832 | 307.663 | 295.431 | 3.524 | 7.048 | 6.489 |
| 2.3. Juros sobre o Efeito do Teto do Ativo | - | - | **-** | (2.095) | (4.191) | (4.163) |
| **3. Valores Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)** | **(41.581)** | **(83.168)** | **(70.535)** | **652(1)** | **1.199(1)** | **1.180(1)** |
| 4. Despesas Administrativas do Plano BD | (3.362) | (6.285) | (6.158) | - | - | - |
| 5. Contribuições (Parte CD) do Plano CV I | - | - | - | (39.721) | (70.079) | (66.521) |
| 6.Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco | - | - | - | 107 | 193 | 126 |
| **7. Valor apropriado em Despesas** | **(44.943)** | **(89.453)** | **(76.693)** | **(38.962)** | **(68.687)** | **(65.215)** |

1. Valor registrado na rubrica “Reversão de Provisões Operacionais”.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed - Plano Natural** | | | **Seguro de Vida** | | |
| **2° Sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | **2° Sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| **1. Custo do Serviço Corrente Líquido** | **(14.975)** | **(30.041)** | **(41.727)** | **222** | **(38)** | **(1.174)** |
| 1.1. Custo do Serviço | (15.708) | (31.416) | (42.489) | (1.583) | (3.166) | (3.804) |
| 1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos | 733 | 1.375 | 762 | 1.805 | 3.128 | 2.630 |
| **2. Juros Líquidos** | **(83.071)** | **(166.143)** | **(151.390)** | **(13.972)** | **(27.943)** | **(26.086)** |
| 2.1. Custo dos Juros | (88.714) | (177.428) | (162.490) | (13.972) | (27.943) | (26.086) |
| 2.2. Receita de Juros | 5.643 | 11.285 | 11.100 | - | - | **-** |
| **3. Valores Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)** | **(98.046)** | **(196.184)** | **(193.117)** | **(13.750)** | **(27.981)** | **(27.260)** |
| 4. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco | 41 | 79 | 60 | 5 | 8 | 6 |
| **5. Valor apropriado em Despesas** | **(98.005)** | **(196.105)** | **(193.057)** | **(13.745)** | **(27.973)** | **(27.254)** |

1. **Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | |
| 1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos do Plano (1) | (498.874) | (196.974) | (10.202) | (48.075) | |
| **2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação, decorrentes de:** | **642.661** | **26.611** | **2.196** | **38.782** | |
| 2.1. Ajustes de Experiência | (61.124) | (35.487) | (3.303) | 34.096 | |
| 2.2. Alterações de Premissas Financeiras (2) | 915.283 | 248.977 | 5.512 | 1.251 | |
| 2.3. Alterações de Premissas Biométricas – Tábuas | - | (184.204) | - | 3.390 | |
| 2.4. Alterações de Outras Premissas - PID | - | (2.675) | - | 14 | |
| 2.5. Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar | - | - | - | 31 | |
| 2.6. Alterações na postergação de aposentadoria | 16.590 | - | - | - | |
| 2.7. Alterações nos percentuais de despesas administrativas | 11.283 | - | (13) | - | |
| 2.8. Alterações decorrentes da inflação acumulada no período | (239.371) | - | - | - | |
| 3. Efeito do teto do Ativo | - | - | 5.458 | 6.807 | |
| **4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido, (item 1 + item 2 + item 3)** (3) | **143.787** | **(170.363)** | **(2.548)** | **(2.486)** | |

(1) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

(2) Decorrem de variação nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2020 (conforme demonstrado na alínea f.2);

(3) Inclusive diferença de contribuições estimadas no cálculo atuarial do plano CV I:01.01 a 31.12.2020: (R$ 140).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |  | |
| **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| 1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos do Plano (1) | 64.731 | 8.359 | - | - |
| 1. **Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação, decorrentes de:** | **540.779** | **80.813** | **110.392** | **18.830** |
| 2.1. Ajustes de Experiência | 139.291 | 101.921 | 22.362 | 5.971 |
| 2.2. Alterações de Premissas Financeiras (2) | 479.919 | 177.297 | 70.363 | 27.495 |
| 2.3. Reajuste na mensalidade de dependentes e taxa de proteção financeira | 23.394 | - | - | - |
| 2.4. Alteração da taxa de inflação médica (HCCTR) e custos médicos médios | (106.351) | (33.590) | - | - |
| 2.5. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas | - | (164.430) | - | (14.615) |
| 2.6. Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) | - | (385) | - | (21) |
| 2.7. Alteração na postergação de aposentadoria | 4.526 | - | (327) | - |
| 2.8. Reajustes nos prêmios | - | - | 17.994 | - |
| 1. **Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido, (item 1 + item 2) (3)** | **605.510** | **89.172** | **110.392** | **18.830** |

(1) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

(2) Decorrem de variação nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2020(conforme demonstrado na alínea f.2);

(3) Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 31.12.2020: R$ 12.360 e no cálculo atuarial do seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.12.2021: R$ (4); 01.01 a 31.12.2020: R$ 10.

1. **Conciliação de movimentação do (Passivo)/Ativo líquido reconhecido no Período**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período | (1.093.069) | (931.871) | - | - |
| 2. Contribuições do Empregador | 83.501 | 79.700 | 1.349 | 1.306 |
| 3. Valores Reconhecidos no Resultado | (83.168) | (70.535) | 1.199 | 1.180 |
| 4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido | 143.787 | (170.363) | (2.548) | (2.486) |
| **5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período** | **(948.949)** | **(1.093.069)** | - | - |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| 1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período | (2.194.237) | (2.134.473) | (368.074) | (363.829) |
| 2. Contribuições do Empregador | 82.451 | 84.973 | 4.806 | 4.185 |
| 3. Devolução de contribuições do patrocinador | (43.573) | (40.792) | - | - |
| 4. Valores Reconhecidos no Resultado | (196.184) | (193.117) | (27.981) | (27.260) |
| 5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido | 605.510 | 89.172 | 110.392 | 18.830 |
| **6. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período** | **(1.746.033)** | **(2.194.237)** | **(280.857)** | **(368.074)** |

**o) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos**

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos Ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,00% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 4.661, de 25.05.2018 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano, bem como, proposta de alocação definida nas referidas políticas de investimentos dos planos. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | | **Camed** | |
| **Plano BD (%)** | | **Plano CV I (%)** | | **Plano Natural (%)** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Renda Fixa | 88,10 | 86,95 | 68,71 | 73,51 | 88,92 | 88,19 |
| Renda Variável | 3,20 | 5,73 | 10,85 | 12,99 | 8,92 | 9,23 |
| Imobiliários | 6,19 | 5,40 | 3,65 | 4,89 | 2,16 | 2,58 |
| Investimentos no Exterior | 0,37 | - | 8,24 | 0,29 | - | - |
| Operações com Participantes | 1,99 | 1,79 | 4,40 | 4,12 | - | - |
| Instrumentos Estruturados | 0,15 | 0,13 | 4,15 | 4,20 | - | - |

**p) Análise de Sensibilidade das Obrigações**

Demonstra como as Obrigações Atuariais seriam afetadas por variação nas principais premissas:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Capef - Plano BD** | **Parâmetros Atuais** | **Taxa de Juros** | | **Tábuas Biométricas** | |
| **31.12.2021** | **+0,25%** | **-0,25%** | **Agrav (-10%)** | **Suav. (+10%)** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (4.943.555) | (4.840.102) | (5.051.109) | (4.796.561) | (5.109.808) |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | -2,1 | 2,2 | -3,0 | 3,4 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Capef - Plano CV I** | **Parâmetros Atuais** | **Taxa de Juros** | | **Tábuas Biométricas** | |
| **31.12.2021** | **+0,25%** | **-0,25%** | **Agrav (-10%)** | **Suav. (+10%)** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (49.462) | (48.660) | (50.293) | (47.243) | (51.944) |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | -1,6 | 1,7 | -4,5 | 5,0 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Camed - Plano Natural** | **Parâmetros Atuais** | **Taxa de Juros** | | **HCCTR** | | **Tábuas Biométricas** | |
| **31.12.2021** | **+ 0,25%** | **- 0,25%** | **+ 0,25%** | **- 0,25%** | **Agrav (-10%)** | **Suav. (+10%)** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (1.943.464) | (1.877.962) | (2.012.956) | (2.030.152) | (1.861.476) | (1.858.902) | (2.038.922) |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | -3,4 | 3,6 | 4,5 | -4,2 | -4,4 | 4,9 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Seguro de Vida** | **Parâmetros Atuais** | **Taxa de Juros** | | **Tábuas Biométricas** | |
| **31.12.2021** | **+ 0,25%** | **-0,25%** | **Agrav (-10%)** | **Suav. (+10%)** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (280.857) | (271.127) | (291.158) | (296.200) | (264.085) |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | -3,5 | 3,7 | 5,5 | -6,0 |

**q) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros**

**q.1) Contribuições Esperadas para o período de janeiro a dezembro de 2022**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | **Camed** | **Seguro de Vida** |
| **Plano BD** (1) | **Plano CV I** (2) | **Plano Natural** (3) |
| 1. Contribuições do Empregador | 95.208 | 1.326 | 76.260 | 4.824 |
| 2. Contribuições de Empregados (Ativos) | 39 | 1.294 | 1.653 | 2.795 |
| 3. Contribuições de Ex-empregados (Assistidos) | 95.169 | - | 37.140 | 4.503 |

1. Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: Empregador: R$5.862 e Empregados/Assistidos R$ 5.862;
2. Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: Empregador: R$ 65.788 e Empregados: R$ 65.818;
3. Exceto coparticipações.

**q.2) Pagamentos de Benefícios Esperados**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef (1)** | | **Camed (1)(2)** | **Seguro de Vida (1)** |
| **Plano BD** | **Plano CV I** | **Plano Natural** |
| Até 1 ano | 441.735 | 2.451 | 84.868 | 10.094 |
| De 1 ano a 2 anos | 413.642 | 2.163 | 85.368 | 10.544 |
| De 2 anos a 3 anos | 384.625 | 1.742 | 85.048 | 10.922 |
| De 3 anos a 4 anos | 356.254 | 1.421 | 84.368 | 11.203 |
| Acima de 4 anos | 3.347.299 | 41.685 | 1.603.812 | 238.094 |
| **Total** | **4.943.555** | **49.462** | **1.943.464** | **280.857** |

(1) Os valores de benefícios esperados foram calculados descontados a valor presente.

(2) Líquidos de coparticipação de assistidos.

**r) Estimativa de Despesas para o exercício de 2022**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | **Camed** | **Seguro de Vida** |
| **Plano BD** | **Plano CV I** | **Plano Natural** |  |
| 1. Custo do Serviço Corrente Líquido | (7.064) | 1.137 | (19.131) | 1.241 |
| 2. Juros Líquidos | (74.949) | - | (144.797) | (23.624) |
| **3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer** | **(82.013)** | **1.137** | **(163.928)** | **(22.383)** |

NOTA 26 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R$ 96.474 (R$ 60.546 em 31.12.2020), composta pelo equivalente a 5,96% do lucro líquido do exercício (5,94% em 31.12.2020) e 25% (25% em 31.12.2020) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR, do exercício, totaliza R$ 98.081 (R$ 62.316 em 31.12.2020) da participação nos resultados do exercício, sendo R$ 96.474 (R$ 60.563 em 31.12.2020) referente aos Empregados e R$ 1.607 (R$ 1.753 em 31.12.2020) aos Administradores.

NOTA 27 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

1. O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R$ 107.839.748 (R$ 96.267.876 em 31.12.2020), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.
2. As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R$ 19.706.274 (R$ 14.293.626 em 31.12.2020), registrados no título “Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” foram remunerados pela taxa extramercado até 18.05.2021. A partir de 19.05.2021, por força da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, e da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, passou a ser remunerada pela taxa Selic. No Exercício de 2021, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R$ 817.103 (R$ 545.992 em 31.12.2020).
3. A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

**c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

**c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

**c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada.

**d)** A composição dos saldos dos financiamentos com risco para o Banco e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível de Risco** | **Saldos**  **31.12.2021** | **Provisão em 31.12.2021** (1) (2) (3) | **Saldos**  **31.12.2020** | **Provisão Normal em 31.12.2020** (2)(3) | Provisão Prudencial em 31.12.2020 (4) | **Total da Provisão em 31.12.2020** |
| AA | 39.046.395 | - | 34.922.308 | - | (134.686) | (134.686) |
| A | 22.907.482 | (57.514) | 22.021.060 | (55.298) | (160.883) | (216.181) |
| B | 5.452.869 | (27.457) | 6.004.651 | (30.245) | (35.747) | (65.992) |
| C | 2.336.502 | (35.010) | 2.193.204 | (32.791) | (13.551) | (46.342) |
| D | 1.279.916 | (64.069) | 923.220 | (46.206) | (6.822) | (53.028) |
| E | 740.748 | (111.305) | 632.393 | (95.441) | (5.339) | (100.780) |
| F | 594.790 | (148.688) | 495.524 | (123.967) | (3.177) | (127.144) |
| G | 443.999 | (155.211) | 428.271 | (149.837) | (1.856) | (151.693) |
| H | 4.937.653 | (2.457.189) | 4.178.467 | (2.076.702) | - | (2.076.702) |
| **Total** | **77.740.354** | **(3.056.443)** | **71.799.098** | **(2.610.487)** | **(362.061)** | **(2.972.548)** |

(1)No *rating* "H", estão inclusos R$ 206.926 oriundos de reclassificação de operações de crédito, ancorada em estudo técnico específico, que teve como principais premissas a análise da inadimplência e as projeções macroeconômicas.

(2) Em 31.12.2021, inclui R$ 32.673 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R$ 40.837 em 31.12.2020);

(3) Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes; e

(4) Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito.

1. Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o del credere é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o del credere é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de del credere foi de R$ 2.281.945 (R$ 1.949.580 em 31.12.2020). Por força da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, o del credere sobre os saldos as operações do FNE contratadas a partir de 19.05.2021, foi apurado, nas operações com risco integral para o Banco, a taxas que variam de 5,5% a.a. a 2,50%a.a., conforme o porte do beneficiário, e de 2,75%a.a., a 1,25%a.a., nas operações com risco compartilhado, também conforme o porte do beneficiário. Nas operações com risco integral do FNE não há incidência de del credere. As taxas para essas operações prevaleceram no período de maio a setembro de 2021, retornando às taxas anteriores em razão da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, que definiu novas taxas de del credere e nova data de início para sua aplicação. O Anexo II da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, definiu o del credere do Banco, para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, a taxas que variam de 6%a.a. a 4,5%a.a., nos financiamentos com risco integral para o BNB, e de 3%a.a. a 2,25%a.a., nas operações com risco compartilhado, conforme o porte do beneficiário.
2. No exercício de 2021, a taxa de administração foi de R$ 1.369.708 (R$ 1.487.335 em 31.12.2020), calculada à base de 2,1% ao ano até junho e de 1,0% ao ano, de julho de 2021 até setembro de 2021, retornando à taxa de 2.1% ao ano, a partir de outubro de 2021 (2,4% ao ano em 2020), apurada sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente, conforme estatuído na Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, e no Art. 17-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018.
3. No exercício de 2021 a remuneração paga ao BNB em razão das disponibilidades do FNE totalizou R$ 30.461 (R$ 70.339 em 2020). De janeiro a abril de 2021, a essa remuneração foi calculada à taxa de 0,35% ao ano, passando a 0,09% ao ano a partir de maio de 2021. A Medida Provisória nº 1.052, de 18.05.2021, e a Lei nº 14.227, de 20.10.2021 introduziram as seguintes alterações no Art. 17-A da Lei nº 7.827 de 27.09.1989:

**g.1)** o Banco fará jus ao percentual de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;

**g.2)** o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração ao Banco sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) a título de taxa de performance, a ser regulamenta por ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional.

1. No exercício de 2021, as renegociações decorrentes de operações contratadas pelo FNE totalizaram R$ 10.244.384 (R$ 50.260.384 em 2020).

NOTA 28 - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O Banco é o agente operador exclusivo na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e operador preferencial para contratação de operações de crédito por repasse.

Constituem recursos do FDNE:

1. recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orçamento anual;
2. resultados de aplicações financeiras à sua conta;
3. produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;
4. transferências financeiras de outros fundos destinados ao apoio de programas e projetos de desenvolvimento regional que contemplam a área de atuação da SUDENE;
5. a reversão dos saldos anuais não aplicados;
6. o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional; e
7. outros recursos previstos em lei.

Os quadros a seguir demonstram a remuneração do Banco, na qualidade de Operador do FDNE, a despesa de provisão constituída sobre as garantias financeiras prestadas e os saldos das operações contratadas:

1. **Receita com *Del Credere* e Despesa de Provisão**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Receita de Del Credere | 8.602 | 8.214 |
| Despesa de Provisão (Líquida) | (295) | (1.168) |

1. **Saldos das Operações Contratadas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| FDNE - Debêntures | 5.323.453 | 5.149.141 |
| FDNE - Repasse | 582.912 | 616.333 |

NOTA 29 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Economia, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Tade** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Protrabalho Investimento | 004/2007 | 143.192 | 122.821 |
| **Total** | | **143.192** | **122.821** |

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R$ 12.090 (R$ 14.828 em 31.12.2020) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Longo Prazo (TLP) quando liberados. Os recursos disponíveis totalizam R$ 113 (R$ 9 em 31.12.2020).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n°s 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e

- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Tade (1)** | **Devolução de Recursos do FAT** | | | **31.12.2021** | | |
| **Forma (2)** | **R.A.** | **Remuneração Selic** | **Disponível**  **TMS (3)** | **Aplicado**  **TJLP ou TLP (4)** | **Total** |
| Protrabalho - Investimento | 04/2007 | RA | 3.261 | 3 | 113 | 12.090 | 12.203 |
| **Total (Notas 14.b e 31.a.1)** | | | **3.261** | **3** | **113** | **12.090** | **12.203** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Tade (1)** | **Devolução de Recursos do FAT** | | | **31.12.2020** | | |
| **Forma (2)** | **R.A.** | **Remuneração Selic** | **Disponível**  **TMS (3)** | **Aplicado**  **TJLP ou TLP (4)** | **Total** |
| Protrabalho - Investimento | 04/2007 | RA | 3.991 | 22 | 9 | 14.828 | 14.837 |
| PNMPO | 01/2010 | RA | 765 | 6 | - | - | - |
| **Total (Notas 14.b e 31.a.1)** | | | **4.756** | **28** | **9** | **14.828** | **14.837** |

1. Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.
2. RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);
3. Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);
4. Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

NOTA 30 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

**a) Gestão de Riscos e Capital**

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

**Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do Banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

**Estrutura de Gerenciamento de Capital**

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal*:* [https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos](https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos.) e não fazem parte destas Demonstrações Financeiras.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta de Capital de 2,0 pontos percentuais acima dos requerimentos mínimos, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP).

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, desde a versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o período de 2022 a 2026, aprovado em dezembro de 2021, não se vislumbrou indícios de possível descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios.

**Política Corporativa de Gestão de Riscos**

Contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional – incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégico, reputacional, de capital, de conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Resolução BCB nº 54, de 16.12.2020, podem ser encontradas no portal: [https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos](https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos.) e não fazem parte destas Demonstrações Financeiras.

**b) Risco de Crédito**

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Exposição** | |
| **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas** | **60.604.222** | **54.475.937** |
| **Público** | **1.828.064** | **1.257.833** |
| **Privado** | **58.776.158** | **53.218.104** |
| Comércio | 5.337.568 | 6.289.503 |
| Comércio Exterior | 335.688 | 714.439 |
| Indústria | 8.094.667 | 8.346.360 |
| Infraestrutura | 20.823.425 | 16.656.995 |
| Microfinança Urbana | 6.456.980 | 5.307.579 |
| Pessoas Físicas | 100.340 | 100.781 |
| Rural | 11.471.286 | 9.954.839 |
| Outros Serviços | 6.156.204 | 5.847.608 |
| **Operações de Mercado** | **42.668.953** | **53.519.103** |
| **Títulos Públicos Federais** | **39.762.395** | **49.453.031** |
| Operações Compromissadas | 8.010.614 | 20.671.729 |
| Outras | 31.751.781 | 28.781.302 |
| **Depósitos Interfinanceiros** | **718.340** | **1.083.961** |
| **Outros Títulos e Valores Mobiliários** | **1.223.227** | **1.172.934** |
| **Outras Operações** | **964.991** | **1.809.177** |
| **Demais Ativos** | **6.027.139** | **6.191.236** |
| **Total** | **109.300.314** | **114.186.276** |

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

**Garantias de Operações de Crédito acima de R$ 5.000 com Risco Total para o Banco**

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R$ 5.000 importam em R$ 5.192.286 (R$ 3.962.877 em 31.12.2020). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R$ 5.983.024 (R$ 5.327.127 em 31.12.2020).

**c) Risco de Liquidez**

É a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | | **31.12.2021(%)** | **31.12.2020(%)** |
| Índice de Liquidez | Na data-base | 511,48 | 318,20 |
| Média dos últimos 12 meses | 464,71 | 447,63 |
| Máximo dos últimos 12 meses | 651,46 | 925,24 |
| Mínimo dos últimos 12 meses | 311,50 | 241,95 |

**d) Risco de Mercado**

É a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

1. *Value at Risk (VaR*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
2. Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) da carteira bancária;
3. Variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
4. Mapa de requerimentos mínimos de capital;
5. Relatório de exposição cambial;
6. Análise de sensibilidade;
7. Testes de estresse;
8. Testes de aderência (*backtesting*); e
9. Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Limites de Exposição ao Risco** | **Limite de Alerta** | **Procedimento de Controle** |
| * 0,8% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; * 8% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); * 8% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); * 3% (quatro por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. | * > 0,6% do PR nível I * > 6% do PR nível I * > 6% do PR nível I   > 2% do PR nível I | Caso o nível de exposição atinja o limite de alerta, a área de Gestão de Riscos emitirá um comunicado à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;  Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, a área de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão, visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS. |

**Riscos da Carteira de Negociação**

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de: i) operações compromissadas bancadas de compra com compromisso de revenda; ii) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, quando houver, conforme definido pelo Bacen, na Circular nº 3.068, de 08.11.2001; iii) operações destinadas à proteção (hedge) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

Em 31.12.2021, a Carteira de Negociação do Banco estava composta por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, realizadas com taxas prefixadas, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R$ 1.383.911 e um VaR de R$ 80.

**Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

Corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados do Banco, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuados atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

1. ΔEVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
2. ΔNII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados e internos (há modelo interno apenas para o ∆NII) baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876.

Na posição de 31.12.2021, a Carteira Bancária do Banco possuía exposição marcada a mercado (somatório do valor absoluto das exposições líquidas de cada fator de risco) de R$ 9.197.751, apresentando ΔEVE e ΔNII nos valores de R$ 250.514 e R$ 268.262, respectivamente.

**Testes de Estresse**

Permite antever potenciais perdas em carteiras de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

1. estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;
2. estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
3. estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

**Análise de Sensibilidade**

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Deliberação CVM nº 604, de 19.11.2009, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Carteira/**  **Fator de Risco** | **Risco de variação em:** | **Cenário 1**  **(Variação de 25%)** | | **Cenário 2**  **(Variação de 50%)** | |
| **Perda** | **% PL** | **Perda** | **% PL** |
| **Carteira de Negociação** | | | | | |
| Prefixado | Taxas de juros prefixadas em reais | (118) | - | (234) |  |
| **Carteira Bancária** | | | | | |
| Prefixado | Taxas de juros prefixadas em reais | (174.994) | 2,34 | (300.547) | 4,02 |
| Cupons cambiais | Taxas de cupons de moedas estrangeiras | (313) | 0,00 | (631) | 0,01 |
| Moedas Estrangeiras | Taxas de câmbio | (2.608) | 0,03 | (5.227) | 0,07 |
| Índices de preços | Taxas de cupons de inflação | 9.258 | 0,12 | 105.613 | 1,41 |
| TJLP | Taxas de cupom de TJLP | (720) | 0,01 | (1.250) | 0,02 |
| TLP | Taxas de cupom de TLP | (89.300) | 1,19 | (163.947) | 2,19 |
| TR | Taxas de cupom de TR | (43.685) | 0,58 | (43.685) | 0,87 |

Para efeito dos cálculos acima, utilizou-se um cenário-base, que configura a situação mais provável, no qual foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 1 e 2, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado correspondentes, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas, apresentadas em valores absolutos e como um percentual do Patrimônio Líquido do Banco constituem as diferenças entre os saldos do cenário-base e os saldos dos cenários 1 e 2.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Natureza da Operação** | **Tipo de Risco** | **Instrumento**  **Financeiro** | **Cenário 1** | **Cenário 2** | | **Cenário 3** | |
| **(Provável)** | **(Variação de 25%)** | | **(Variação de 50%)** | |
| **Saldo** | **Saldo** | **Perda** | **Saldo** | **Perda** |
| Derivativos para Hedge | Variação da taxa referencial B3 S.A | *Swap* Dólar x DI | 285.078 | 284.791 | (287) | 284.507 | (571) |
| Passivo em ME | (280.353) | (280.078) | 275 | (280.078) | 550 |
| Exposição Líquida | 4.725 | 4.713 | (12) | 4.713 | (21) |

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

1. **Risco Operacional**

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as normas do Bacen. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA*) que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

**f) Exposição Cambial**

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no montante de R$ 8.306 (R$ 23.454 em 31.12.2020 – posição vendida), conforme a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** | **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Disponibilidades | 2.292 | 3.922 | Relações Interdependências | 4.401 | 4.040 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 27.830 | 106.054 | Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País | 53.697 | 63.251 |
| Operações de Crédito | 460.224 | 497.955 | Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior | 724.354 | 711.278 |
| Outros Créditos | 486.738 | 827.621 | Outras Obrigações | 486.033 | 907.302 |
| **Total de Ativos em Moedas**  **Estrangeiras, exclusive Derivativos** | **977.084** | **1.435.552** | **Total de Passivos em Moedas Estrangeiras** | **1.268.485** | **1.685.871** |
| Operações de *Swap* | 283.095 | 226.865 |
| **Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras** | **1.260.179** | **1.662.417** | **Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras** | **1.268.485** | **1.685.871** |

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

**g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia**

Em 31.12.2021, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 13,25% (12,83% em 31.12.2020). O índice de Nível I ficou em 11,33% (10,02% em 31.12.2020) e o índice de Capital Principal em 10,23% (8,82% em 31.12.2020). O PR apurado foi de R$ 9.958.487 (R$ 8.729.534 em 31.12.2020), o Nível I ficou em R$ 8.132.403 (R$ 6.675.190 em 31.12.2020) e o Capital Principal em R$ 7.341.914 (R$ 5.879.301 em 31.12.2020), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R$ 71.799.386 (R$ 66.623.721 em 31.12.2020). Não se registrou, no exercício avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

**i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Patrimônio de Referência (PR)** | **9.958.487** | **8.729.534** |
| **Nível I** | **8.132.403** | **6.675.190** |
| Capital Principal | 7.341.914 | 5.879.301 |
| Capital Complementar | 790.489 | 795.889 |
| **Nível II** | **1.826.084** | **2.054.344** |
| **Ativos Ponderados por Risco (RWA)** | **71.799.386** | **66.623.721** |
| Parcela RWACPAD | 59.291.382 | 55.144.098 |
| Parcela RWACAM | 25.879 | 119.445 |
| Parcela RWAJUR | 2.252 | 16.512 |
| Parcela RWACOM | 4.978 | 625 |
| Parcela RWAOPAD | 12.474.895 | 11.343.041 |
| **Margem sobre o PR Requerido** | **4.214.536** | **3.399.637** |
| **Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)** | **268.262** | **113.622** |
| **Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB** | **3.946.274** | **3.286.015** |
| **Margem sobre o PR Nível I Requerido** | **3.824.440** | **2.677.767** |
| **Margem sobre o Capital Principal Requerido** | **4.110.942** | **2.881.234** |
| **Adicional de Capital Requerido- ACP (2%) (1)** | **1.435.988** | **832.797** |
| **Margem sobre o Adicional de Capital Requerido** | **2.388.452** | **1.844.971** |
| **Índices de Basileia:** |  |  |
| Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%) | 10,23% | 8,82% |
| Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%) | 11,33% | 10,02% |
| Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%) | 13,87% | 13,10% |
| Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB | 13,25% | 12,83% |

(1) até dezembro/2020 era 1,25%; a partir de outubro/2021, passou a ser 2,0%.

Onde:

. RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.

. RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.

. RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.

. RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.

. RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.

. IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

**ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)** | **9.958.487** | **8.729.534** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I** | **8.132.403** | **6.675.190** |
| **Capital Principal** | **7.341.914** | **5.879.301** |
| Capital Social | 6.293.460 | 5.569.988 |
| Reservas de Lucros | 2.179.304 | 1.668.959 |
| Reservas de Capital e de Reavaliação | 13.280 | 13.671 |
| Outros Resultados Abrangentes | (1.007.017) | (1.080.643) |
| Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal | 500.000 | 500.000 |
| **Ajustes Prudenciais** | **(637.113)** | **(792.674)** |
| Ativos Intangíveis | (2.253) | (721) |
| Créditos Tributários de Diferenças Temporárias | (630.122) | (764.640) |
| Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277 | (4.738) | (27.313) |
| **Capital Complementar** | **790.489** | **795.889** |
| Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar | 790.489 | 795.889 |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II** | **1.826.084** | **2.054.344** |
| Instrumentos Elegíveis ao Nível II | 1.826.084 | 2.054.344 |

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R$ 500.000, dividido em duas parcelas de R$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 4.733, de 27.06.2019 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. Em 2020, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R$ 5.151 e em 2021 foram recomprados mais R$ 5.400.

O Instrumento de Dívida e as Letras Financeiras Subordinadas, citados anteriormente, têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução CMN nº 4.192 para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.679, de 31.07.2018 esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e estão sendo excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Resolução CMN nº 4.192, também são perpétuos.

**iii. Razão de Alavancagem (RA)**

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. o CMN determinou, em sua Res. 4.615 de 30.11.2017, um limite mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. A situação do Banco está demonstrada no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| PR Nível I | 8.132.403 | 6.675.190 |
| Exposição Total | 107.125.286 | 105.711.799 |
| Razão de Alavancagem (%) | 7,59 | 6,31 |

**iv**. **Índice de Imobilização**

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN n° 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização | 9.958.486 | 8.729.534 |
| Limite para Imobilização (50% do PR ajustado) | 4.979.243 | 4.364.767 |
| Situação | 261.110 | 234.094 |
| Margem | 4.718.134 | 4.130.673 |
| Índice de imobilização | 2,62% | 2,68% |

NOTA 31 - Partes Relacionadas

1. **Transações com Partes Relacionadas**

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como: depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

**a.1)** As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Passivos** |  |  |
| **Ministério da Economia/ Depósitos a Prazo - FAT (Notas 14.b e 28)** | **12.203** | **14.837** |
| **Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 15.b)** | **1.446.415** | **1.213.953** |
| Tesouro Nacional | 710 | 614 |
| BNDES | 1.171.030 | 1.174.358 |
| Finame | 22.760 | 38.981 |
| Fungetur | 251.915 | - |
| **Outras Obrigações** | **23.873.256** | **18.267.964** |
| FNE | 19.713.641 | 14.300.617 |
| SUDENE/FDNE | 607.683 | 625.252 |
| Ministério da Infraestrutura/ Fundo da Marinha Mercante (FMM) | 90.414 | 98.942 |
| União/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 118.643 | 82.171 |
| União/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 18.a) | 500.000 | 500.000 |
| FNE/Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18.c) | 2.842.875 | 2.660.982 |
| **Total** | **25.331.874** | **19.496.754** |

**a.2)** Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 25.k) | 948.949 | 1.093.069 |
| Plano de Assistência Médica (Nota 25.k) | 1.746.033 | 2.194.237 |
| Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 25.k) | 280.857 | 368.074 |
| **Total** | **2.975.839** | **3.655.380** |

**a.3)** OsResultados decorrentes de transações com Partes Relacionadas estão relacionados abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| Ministério da Economia/Depósitos a Prazo - FAT | (65.722) | (90.971) | (52.026) |
| Tesouro Nacional | (12) | (96) | (109) |
| BNDES | (68.189) | (181.042) | (170.160) |
| Finame | (875) | (4.498) | (6.527) |
| União/Ministério da Infraestrutura/Fundo da Marinha Mercante (FMM) | (6.706) | (7.695) | (19.583) |
| União/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | (3.614) | (5.415) |  |
| FNE | 253.269 | 1.049.827 | 1.391.806 |
| SUDENE/FDNE | 11.906 | 23.342 | 23.522 |
| União/ Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | (57.018) | (108.202) | (82.568) |
| FNE/Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital | (118.102) | (181.893) | (115.782) |
| Plano de Aposentadoria e Pensão BD | (44.943) | (89.453) | (76.693) |
| Plano de Aposentadoria e Pensão CV I | (38.962) | (68.687) | (65.216) |
| Plano de Assistência Médica | (98.005) | (229.221) | (157.729) |
| Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego | (13.745) | (27.973) | (27.253) |

1. **Remuneração da Administração**

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| **Honorários** | **1.979** | **4.115** | **4.330** |
| Diretoria | 1.762 | 3.658 | 3.782 |
| Conselho de Administração | 136 | 267 | 277 |
| Conselho Fiscal | 81 | 190 | 271 |
| **Outros** | **1.094** | **1.814** | **2.171** |
| **Remuneração Variável (RVA) (1)** | **293** | **878** | **936** |
| **Total dos Benefícios de Curto Prazo** | **3.366** | **6.807** | **7.437** |
| **Benefícios Pós-Emprego** | **155** | **302** | **294** |
| **Total** | **3.521** | **7.109** | **7.731** |

(1) 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN n° 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

NOTA 32 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2021** | **01.01 a 31.12.2021** | **01.01 a 31.12.2020** |
| **Resultado Recorrente** | **772.301** | **1.463.164** | **1.441.144** |
| **(+) Resultado Não Recorrente** | **135.769** | **155.329** | **(421.923)** |
| *Impairment* de Títulos (1) | - | - | (312.047) |
| Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) (2) | - | - | (30.312) |
| Provisão Prudencial (3) | 509.914 | 509.914 | (509.914) |
| Crédito Tributário – Obrigação Fiscal Diferida (4) | - | 21.618 | - |
| Redução da Taxa de Administração e *Del Credere* do FNE (5) | (211.945) | (211.945) | **-** |
| (+) Efeitos fiscais, de IECP e PLR sobre itens extraordinários (6) | (162.200) | (164.258) | 430.350 |
| **Lucro Líquido** | **908.070** | **1.618.493** | **1.019.221** |

(1) Valores reconhecidos como perda de caráter permanente para a carteira de Títulos do Banco, consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001;

(2) Despesas de indenizações com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID);

(3)Provisão prudencial representando acréscimo aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas macroeconômicas baseadas em cenários de estresse;

(4) Constituição de crédito tributário e obrigações fiscais diferidas considerando a alteração de alíquota da CSLL de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 (Lei nº 14.183 de 14.07.2021), com vigência até 31 de dezembro de 2021;

(5) Redução da Receita com Taxa de Administração e Del Credere do FNE no período julho a setembro de 2021 por força da vigência da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021;e

(6) Valores calculados sobre os itens 1 a 5 do Resultado Não Recorrente.

NOTA 33 - Outras Informações

**a) Declaração de Conformidade**

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

**b) Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais**

As Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

|  |
| --- |
| Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022. |

**A Diretoria**

**Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas

**Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Fortaleza

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis

Conforme mencionado na nota explicativa n° 23, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, com os assessores jurídicos internos e externos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa n° 23 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

1. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa n° 25, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

1. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado e instrumentos financeiros derivativos.

Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa n° 22.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

1. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado na nota explicativa n° 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da administração.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e, recalculamos a provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682. Adicionalmente, efetuamos procedimentos para mensuração das garantias e monitoramento das transações renegociadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

1. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para auxílio na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

**Outros assuntos**

*Demonstração do Valor Adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada

Contador CRC-1RS062793/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, além do Estudo Técnico sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os documentos estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022

**O CONSELHO FISCAL**

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo Semestre de 2021

1 – Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Consad), composto por até quatro membros eleitos pelo Consad, sendo um integrante do próprio Conselho. No endereço eletrônico do Comitê de Auditoria na internet em [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br/), encontram-se disponíveis o Regimento Interno do Comitê, as atas ou extratos de atas das reuniões bem como demais informações do Colegiado.

2 – Atribuições e Responsabilidades

O Comitê de Auditoria tem suas atribuições determinadas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8.945/2016, pela Resolução CMN 4.910/2021, pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil e por seu Regimento Interno.

Em síntese, compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade, transparência e a integridade das Demonstrações Financeiras, a efetividade, independência e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

A Diretoria Executiva do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é responsável por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) assessora o Consad em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação com o CRC.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e pela revisão das informações trimestrais (ITR) arquivadas na CVM, bem como avalia a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna, responde pela avaliação independente, contínua e sistemática dos principais riscos a que o Banco está exposto. Os trabalhos abrangem as áreas e processos que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia do BNB, por meio de verificações quanto à existência, qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade dos controles internos para mitigação desses riscos.

3 – Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Durante o 2º semestre de 2021 o Coaud realizou 63 reuniões distribuídas ao longo de 37 dias de encontros de trabalho. Em face da continuidade das orientações de distanciamento social, todas as reuniões foram realizadas por meio de vídeo conferência, com exceção dos dias 15 a 17/09/2021, em que os encontros ocorreram de forma presencial, na sede do Banco do Nordeste.

Foram realizadas reuniões com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com o Comitê de Riscos e de Capital, com a Diretoria Executiva e com gestores das principais áreas do Banco, incluindo, dentre outros, os responsáveis pelas áreas de Controles Internos e Compliance, Segurança, Tecnologia da Informação, Contabilidade, Controladoria, além de executivos das áreas de negócios. O Comitê também realizou reunião com a CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil.

Nessas reuniões o Coaud abordou os temas elencados em seu planejamento para acompanhamento no período, inclusive aqueles decorrentes dos impactos da pandemia Covid-19. Sempre que entendeu necessário o Comitê fez demandas adicionais, ofereceu sugestões e emitiu recomendações.

O Comitê também acompanhou e atuou sobre demandas e resultados de inspeções e apontamentos de órgãos externos, tendo observado adequado nível de qualidade e tempestividade no atendimento a esses órgãos de controle. Com base em critérios de seleção baseados em risco e relevância, determinadas demandas foram levadas ao conhecimento e debatidas com o Conselho de Administração.

O Relatório Semestral de atividades, as atas das reuniões do Comitê, bem como o Plano Anual de Trabalho foram regularmente submetidos ao Conselho de Administração.

Não chegou ao conhecimento do Coaud, no semestre, a ocorrência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros, que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição. As denúncias recebidas pelo Coaud foram comunicadas ao Conselho e encaminhadas à Auditora Interna para tratamento na forma das normas.

Relativamente ao desempenho de suas atribuições e cumprimento do planejamento anual, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

*3.1 Auditoria Interna*

Em reuniões mensais com a Superintendência de Auditoria foram debatidos e avaliados os relatórios dos principais trabalhos e realizado acompanhamento das principais recomendações das auditorias interna e dos órgãos externos de fiscalização e controle. Também foi feito acompanhamento de casos relevantes de auditoria disciplinar e das Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela Auditoria.

*3.2 Auditoria Externa*

O Coaud avaliou o planejamento e os resultados dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, suas conclusões e recomendações, os principais assuntos de auditoria por eles abordados e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis relacionados às Demonstrações Financeiras e recomendações para melhoria dos controles internos. O Coaud acompanhou as implementações das respectivas recomendações para aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

*3.3 Sistema de Controles Internos (SCI) e Compliance*

Para a avaliação da efetividade do SCI e *Compliance* foram considerados, principalmente, os resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controle e Risco, além das informações e documentos recebidos, oriundos de diversas áreas do BNB, as quais subsidiaram as análises realizadas pelo próprio Comitê.

*3.4 Transações com Partes Relacionadas*

O Coaud avaliou e monitorou, em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas e concluiu que as mesmas se encontram adequadas e de acordo com os requerimentos legais.

*3.5 Parâmetros e resultado atuarial*

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis e com a entidade de Previdência Fechada sobre o processo de avaliação atuarial do BNB em relação aos planos patrocinados, bem como foram avaliadas as premissas utilizadas, a aderência das hipóteses atuariais e os resultados auferidos pelos planos.

*3.6 Exposição a Risco*

Foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as políticas, principais atividades e limites relacionados ao gerenciamento de riscos.

*3.7 Demonstrações Financeiras*

Foram examinadas e revisadas as Demonstrações Financeiras do BNB, inclusive notas explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório da Auditoria Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2021.

Foram examinadas as principais práticas contábeis adotadas pelo Banco e analisadas mensalmente as variações mais relevantes nos saldos e suas respectivas origens, a partir das demonstrações contábeis fornecidas pela Superintendência de Controladoria e demais informações providas pela Diretoria de Controle e Risco.

Ao longo do semestre, o Coaud reuniu-se com os auditores independentes para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações a serem divulgadas.

*3.8 Recomendações do Comitê de Auditoria*

O Comitê analisou temas de sua responsabilidade e que foram objeto de pauta do Conselho de Administração durante o semestre. Nessas ocoasiões manifestou opiniões e emitiu sugestões para assessorar o Conselho na tomada de decisões.

Além disso, foram feitas durante o semestre novas recomendações e acompanhada a implementação das recomendações existentes.

4 – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

1. O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco, oferece segurança razoável de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
2. A Auditoria Interna mostrou-se efetiva, tendo atuado com independência e objetividade. Sua estrutura e recursos foram considerados adequados para o exercício das funções e manutenção dos projetos de melhoria em curso;
3. A Auditoria Independente é efetiva e atuou com independência. Sua atuação foi adequada e contribuiu para assegurar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras;
4. As transações com partes relacionadas, avaliadas e monitoradas no período em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, estão em conformidade com as normas aplicáveis.
5. Há razoabilidade nos principais parâmetros e premissas em que se fundamentam os cálculos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelo Banco;
6. As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração e contam com monitoramento contínuo do CRC.
7. As Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022.

**Comitê de Auditoria**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**  **Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Lei nº 7.827, de 27.09.1989)**  **Demonstrações Financeiras Individuais**  **BALANÇOS PATRIMONIAIS**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**  (Valores em R$ Mil) | | | | | | | |
| **A T I V O** | | | | **P A S S I V O** | | | |
|  |  | **31.12.2021** | **31.12.2020** |  | (Nota 7.b) | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **CIRCULANTE** |  | **38.032.860** | **32.787.731** | **CIRCULANTE** | **66** | **1.299** |
| **DISPONIBILIDADES** | (Nota 4.c.1) | **2.726.422** | **2.198.211** |  |  |  |
| **RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | (Nota 4.c.1) | **16.979.852** | **12.095.415** | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **107.839.748** | **96.267.876** |
| **VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA** |  | **170** | **38** | **TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO** |  |  |
| **CRÉDITOS VINCULADOS** |  | **59** | **82** | No Exercício | 9.732.754 | 7.788.374 |
| **DEVEDORES POR REPASSES** |  | **28.513** | **63.305** | Em Exercícios Anteriores | 98.910.102 | 91.121.728 |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | (Notas 4.c.2 e 6) | **18.290.438** | **18.423.600** | **RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **(2.693.860)** | **(1.842.232)** |
| Financiamentos |  | 8.423.556 | 9.913.363 | **RESULTADO DO EXERCÍCIO** | **1.890.752** | **(799.994)** |
| Financiamentos a Exportação |  | 217.430 | 217.711 |  |  |  |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento |  | 1.078.594 | 627.913 |  |  |  |
| Financiamentos Agroindustriais |  | 297.217 | 314.180 |  |  |  |
| Financiamentos Rurais |  | 8.714.422 | 7.750.923 |  |  |  |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) |  | (440.781) | (400.490) |  |  |  |
| **OUTROS CRÉDITOS** | (Nota 4.c.5) | **7.366** | **6.991** |  |  |  |
| **OUTROS VALORES E BENS** | (Nota 4.c.6) | **40** | **89** |  |  |  |
| Títulos de Cobertura do Proagro |  | 3 | 4 |  |  |  |
| Títulos da Dívida Agrária |  | 40 | 92 |  |  |  |
| (Provisão para Desvalorização de Títulos) |  | (3) | (7) |  |  |  |
| **NÃO CIRCULANTE** |  | **69.806.954** | **63.481.444** |  |  |  |
| **CRÉDITOS VINCULADOS** |  | **1.342** | **30** |  |  |  |
| **DEVEDORES POR REPASSES** |  | **2.957.022** | **2.779.287** |  |  |  |
| Devedores Por Repasses-Bco.do Nordeste-Lei Nº 7.827-Art. 9-A | (Nota 5) | 2.842.875 | 2.660.982 |  |  |  |
| Devedores por Repasses-Outras Instituições |  | 114.147 | 118.305 |  |  |  |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | (Notas 4.c.2 e 6) | **66.848.483** | **60.701.981** |  |  |  |
| Financiamentos |  | 21.033.054 | 21.883.880 |  |  |  |
| Financiamentos a Exportação |  | 86.686 | 65.759 |  |  |  |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento |  | 26.858.549 | 20.955.498 |  |  |  |
| Financiamentos Agroindustriais |  | 764.851 | 883.387 |  |  |  |
| Financiamentos Rurais |  | 18.105.343 | 16.913.457 |  |  |  |
| **OUTROS VALORES E BENS** | (Nota 4.c.6) | **107** | **146** |  |  |  |
| Títulos da Dívida Agrária |  | 122 | 162 |  |  |  |
| (Provisão para Desvalorização de Títulos) |  | (15) | (16) |  |  |  |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **107.839.814** | **96.269.175** | **TOTAL DO PASSIVO** | **107.839.814** | **96.269.175** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| C:\Users\f099082\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\8E2ZW60P\GF-01 (2).png**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**  **Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.**  **Demonstrações Financeiras Individuais**  **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  **Execícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021** | | | | |
| **RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  Receitas de Operações de Crédito Despesas com Del Credere Despesas com PCLD  Atualização Monetária Negativa  Receitas com Recuperações de Créditos Baixados Despesas com Rebates e Bônus de Adimplência  Despesas com Rebates e Descontos - Leis de Renegociação  **RESULTADO SOBRE DISPONIBILIDADES**  Receitas com Remuneração das Disponibilidades Taxa de Administração sobre Disponibilidades **DESPESAS OPERACIONAIS**  Taxa de Administração  PRONAF – Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance  **OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**  Ajustes Decorrentes de Alienação de Bens Despesas de Auditoria  Outras Receitas  Destinação de Recursos à Sudene - Art. 2º Lei 7827/1989  **LUCRO (PREJUÍZO)** |  | **2º Sem/2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020**  **(Reapresentado)** |
|  | **1.846.313** | **2.964.233** | **666.211** |
|  | 3.991.381 | 7.245.334 | 4.359.178 |
|  | (1.170.363) | (2.284.790) | (1.952.775) |
| (Nota 6.d) | (387.437) | (909.566) | (752.422) |
|  | (4.848) | (6.939) | (89.332) |
|  | 78.887 | 128.982 | 122.480 |
|  | (659.460) | (1.206.596) | (1.019.351) |
|  | (1.847) | (2.192) | (1.567) |
|  | **596.315** | **786.642** | **475.653** |
|  | 605.169 | 817.103 | 545.992 |
| (Nota b.4) | (8.854) | (30.461) | (70.339) |
|  | **(858.438)** | **(1.866.930)** | **(1.937.798)** |
| (Nota b.4) | (594.848) | (1.369.708) | (1.487.335) |
| (Nota b.4) | (263.590) | (497.222) | (450.463) |
|  | **6.878** | **6.807** | **(4.060)** |
|  | - | - | (2.695) |
|  | (67) | (136) | (128) |
|  | 6.945 | 6.945 | - |
|  | - | (2) | (1.237) |
|  | **1.591.068** | **1.890.752** | **(799.994)** |





|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  **FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**  **Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 (Valores em R$ Mil)** | | | | |
| **EVENTOS** | **TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO** | **LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS** | **TOTAL** |
| **SALDOS EM 31.12.2019** | **91.121.727** | **(1.832.174)** | **89.289.553** |
| Transferências da União no Exercício | 7.788.374 | - | 7.788.374 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | (10.057) | (10.057) |
| Prejuízo do Exercício | - | (799.994) | (799.994) |
| **SALDOS EM 31.12.2020** | **98.910.101** | **(2.642.225)** | **96.267.876** |
| **MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO** | **7.788.374** | **(810.051)** | **6.978.323** |
| **SALDOS EM 31.12.2020** | **98.910.101** | **(2.642.225)** | **96.267.876** |
| Transferências da União no Exercício | 9.732.754 | - | 9.732.754 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | (51.634) | (51.634) |
| Lucro do Exercício | - | 1.890.752 | 1.890.752 |
| **SALDOS EM 31.12.2021** | **108.642.855** | **(803.107)** | **107.839.748** |
| **MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO** | **9.732.754** | **1.839.118** | **11.571.872** |
| **SALDOS EM 30.06.2021** | **104.226.642** | **(2.394.088)** | **101.832.554** |
| Transferências da União no Semestre | 4.416.213 | - | 4.416.213 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | (87) | (87) |
| Lucro do 2º Semestre | - | 1.591.068 | 1.591.068 |
| **SALDOS EM 31.12.2021** | **108.642.855** | **(803.107)** | **107.839.748** |
| **MUTAÇÕES DO SEMESTRE** | **4.416.213** | **1.590.981** | **6.007.194** |

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**  **Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. Demonstrações Financeiras Individuais DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre em 31 de Dezembro de 2021**  (Valores em R$ Mil) | | | |
|  | **2º Sem/2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** |  |  |  |
| **Lucro (Prejuízo)** | **1.591.067** | **1.890.752** | **(799.994)** |
| **Ajustes** |  |  |  |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 387.437 | 909.566 | 752.422 |
| Provisão para Desvalorização de Títulos | (7) | (2) | 10 |
| Reversão de Provisões de Operações de Crédito | (8) | (8) | (8) |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar | - | (1.233) | 1.240 |
| **Lucro (Prejuizo) Ajustado** | **1.978.489** | **2.799.075** | **(46.330)** |
| Créditos Vinculados | (1.324) | (1.289) | 1.942 |
| Devedores por Repasses | (111.792) | (142.943) | (105.322) |
| Operações de Crédito | (5.041.702) | (6.922.901) | (16.030.597) |
| Valores a Receber -CEF-Equaliz Bônus Adimp. Profrota | (3) | (133) | 8 |
| Outros Créditos | (181) | (375) | 4.368 |
| Outros Valores e Bens | 87 | 95 | 42 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | (87) | (51.634) | (10.057) |
| **CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **(3.176.513)** | **(4.320.105)** | **(16.185.946)** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  |  |  |
| Transferências da União | 4.416.213 | 9.732.754 | 7.788.374 |
| **CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **4.416.213** | **9.732.754** | **7.788.374** |
| **Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **1.239.700** | **5.412.649** | **(8.397.572)** |
| **DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** |  |  |  |
| No início do Período | 18.466.575 | 14.293.626 | 22.691.198 |
| No fim do Período | 19.706.275 | 19.706.275 | 14.293.626 |
| **Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **1.239.700** | **5.412.649** | **(8.397.572)** |

Índice das Notas Explicativas

| Nota 1 - Histórico | Nota 6 - Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas |
| --- | --- |
| Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais | Nota 7 - Patrimônio Líquido |
| Nota 3 - Administração | Nota 8 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) |
| Nota 4 - Principais Práticas Contábeis | Nota 9 - Fiscalização |
| Nota 5 - Repasses ao Banco e a Outras Instituições | Nota 10 - Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais |

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (artigo159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e alterações posteriores, sendo a mais recente a Lei nº 13.682, de 19.06.2018. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco” ou “BNB”), mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido. Em face do disposto no artigo 15-J, da Lei nº 13.530, de 07.12.2017, o FNE poderá aplicar recursos no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pelo artigo 15-D da referida Lei, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

**Reapresentação de saldos comparativos - informações detalhadas**

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foram aplicados ajustes, de forma retrospectiva, somente para fins de comparabilidade nas Demonstrações Financeiras Individuais da posição de 31.12.2020, especificamente na Demonstração do Resultado, fornecendo informações mais detalhadas, sem qualquer alteração do resultado apurado no referido exercício.

A mudança não decorre de imposição normativa ou legal e tem por principal objetivo proporcionar uma maior abertura do Resultado com Operações de Crédito (item de maior relevância na composição do resultado), a qual ensejará mais transparência e melhor evidenciação das causas das variações desse resultado, quais sejam:

1. Resultado bruto de operações de crédito, representado pelo somatório das receitas provenientes das taxas de juros praticadas nas operações. Com o advento da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), esse componente passou a apresentar variações significativas em razão dos componentes da formação da taxa, em especial o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
2. Despesa com o Del Credere pago ao Banco gestor, componente retificador da receita de operações de crédito, pois o mesmo, segundo a Lei 10.177/2001, em seu Artigo 1º-C, diz: “...está contido nos encargos financeiros cobrados nas operações com recursos dos Fundos Constitucionais...”
3. Receitas com Recuperações de Créditos Baixados do Ativo, fruto do esforço de recuperação de créditos inadimplentes, cujos prazos de atraso já superaram 360 dias.
4. Despesas que têm natureza de políticas públicas, a exemplo dos bônus de adimplência e dos rebates concedidos em renegociações baseadas em dispositivos legais, sendo que esse último ocorre sazonalmente.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO** | **31.12.2020** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **Resultado de Operações de Crédito** | **663.516** | **2.695** | **666.211** |
| Receitas de Operações de Crédito | 1.415.938 | 2.943.240 | 4.359.178 |
| Despesas com Del *Credere* | - | (1.952.775) | (1.952.775) |
| Despesas com PCLD | (752.422) | - | (752.422) |
| Atualização Monetária Negativa | - | (89.332) | (89.332) |
| Receitas com Recuperações de Créditos Baixados | - | 122.480 | 122.480 |
| Despesas com Rebates e Bônus de Adimplência | - | (1.019.351) | (1.019.351) |
| Despesas com Rebates e Descontos - Leis de Renegociação | - | (1.567) | (1.567) |
| **Resultado sobre Disponibilidades** | **475.653** | **-** | **475.653** |
| Receitas com Remuneração das Disponibilidades | 545.992 | - | 545.992 |
| Taxa de Administração sobre Disponibilidades | (70.339) | - | (70.339) |
| **Despesas Operacionais** | **(1.937.798)** | **-** | **(1.937.798)** |
| Taxa de Administração | (1.487.335) | - | (1.487.335) |
| PRONAF – Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance | (450.463) | - | (450.463) |
| **Outras Receitas/Despesas Operacionais** | **(1.365)** | **(2.695)** | **(4.060)** |
| Ajustes Decorrentes de Alienação de Bens | - | (2.695) | (2.695) |
| Despesas de Auditoria | (128) | - | (128) |
| Destinação de Recursos à Sudene - Art. 2º Lei 7827/1989 | (1.237) | - | (1.237) |
| **Lucro (Prejuízo)** | **(799.994)** | **-** | **(799.994)** |

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, e a ceder créditos a empresas especializadas na cobrança de créditos inadimplidos operações enquadradas mas não renegociadas, nos termos definidos nos artigos 15-B a 15-H da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria, valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício social do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

1. **Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais do FNE é o Real.

**b) Apropriação de Receitas e Despesas**

**b.1)** As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do FNE momentaneamente não aplicados.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação** | **2º Semestre de 2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Receita com Remuneração das Disponibilidades | 605.169 | 817.103 | 545.992 |

**b.2)** O Artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com a redação dada pela Lei nº 13.682, de 21.06.2018, os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre as operações de crédito rural com recursos do FNE serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio de proposta do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com o plano regional de desenvolvimento. Os encargos financeiros e os bônus de adimplência poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

A Resolução nº 4.832, de 25 de junho de 2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE, contratadas no período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, conforme a finalidade do crédito e o porte do tomador, levando em consideração os Fatores de Programa ali definidos, o Fator de Ajuste Monetário e o Coeficiente de Desequilíbrio Regional aplicáveis, nos seguintes termos:

1. Taxa efetiva de juros prefixada, variando de 4,14% ao ano a 4,88% ao ano; ou
2. Taxa pós-fixada, composta de parte fixa variando de 0,26% ao ano a 0,87% ao ano, acrescida do Fator de Atualização Monetária, apurado na forma do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

O Artigo 1º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com a redação dada pela Lei nº 14.227, de 20.10.2021, estabelecendo que os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNE serão definidos pelo CMN, mediante proposta do Ministério do Desenvolvimento Regional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, revogando disposições sobre o assunto, contidas na Lei nº 13.682, de 19.06.2018. Os encargos financeiros e os bônus de adimplência poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

Aos encargos financeiros das operações não rurais será aplicado redutor tomando por base o Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR), resultante da razão entre o rendimento familiar per capita da região de abrangência do Fundo e o rendimento familiar per capita do País, calculados pelo IBGE.

Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas na legislação, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do FNE. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do FNE, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

**b.3)** O *del credere* do Banco está assim estipulado, para as operações de crédito contratadas até 31.12.2021:

**I)** 3% a.a. nas operações contratadas com recursos do FNE, a partir de 01.12.1998, conforme Lei nº 10.177, de 12.01.2001;

**II**) 6% a.a. nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito (artigo 9º-A da Lei nº 7.827);

**III)** 2,5% a.a. nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (“Profrota Pesqueira”) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005;

**IV**) percentual negociado com as instituições financeiras operadoras de repasses de recursos do FNE, respeitado o limite estabelecido na legislação (Portaria nº 147, de 05.04.2018), do Ministério do Desenvolvimento Regional;

**V)** não há incidência nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa; e

**VI)** 3% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, incisos I a IV, e de 6% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, para as operações de crédito reclassificadas nos termos do artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008.

A Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, estabeleceu que o *del credere* nas operações do FNE será fixado pelo CMN, por proposta do Ministério do Desenvolvimento Nacional, observado o seguinte:

a) o *del credere* fica limitado a 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano; e

b) o *del credere* está contido nos encargos financeiros cobrados nas operações com recursos do FNE, na forma da legislação vigente.

No período de 19.05.2021 a 30.09.2021, por força da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, as taxas aplicadas nas operações contratadas a partir de 19.05.2021, observaram os percentuais definidos no Anexo II daquele normativo, sendo, nas operações com risco integral do Banco, em percentuais que variam de 5,5% ao ano, para mini/micro/pequenos empreendedores, a 2,5% ao ano, para empreendedores de grande porte; nas operações com risco compartilhado, as taxas variam de 2,75% ao ano, para mini/micro/pequenos empreendedores, a 1,25% ao ano, no caso de empreendedores de grande porte.

No referido anexo, estão definidos os critérios de enquadramento dos empreendedores por porte, prevendo enquadramento no grupo micro/mini/pequenos os empreendedores com faturamento bruto anual até R$ 4,8 milhões; no grupo pequeno-médio, aqueles com faturamento acima de R$ 4,8 milhões até R$ 16,0 milhões; no médio porte, os com faturamento acima de R$ 16,0 milhões até R$ 90,0 milhões; e no de grande porte os empreendedores com faturamento acima de R$ 90,0 milhões.

Com a edição da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, que substituiu a Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, a partir de outubro de 2021, o del credere das operações contratadas no período de vigência da referida MP passou a ser cobrado às taxas previstas anteriormente na legislação. A Lei nº 14.227/2021 estabeleceu novas taxas de del credere, em substituição àquelas fixadas pela Medida Provisória nº 1.052, com vigência apenas para as operações contratadas a partir de 01.01.2022.

**b.4)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre as disponibilidades do Fundo, à taxa de administração adicional, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação e à destinação de recursos previstos no §6º do Art. 20 da Lei nº 7.827.

A taxa de administração paga ao Banco é apropriada mensalmente, conforme percentuais definidos no artigo 17-A da Lei nº 7.827, (introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018), aplicados sobre o Patrimônio Líquido do FNE deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, dos saldos dos repasses a outras instituições na forma da Portaria nº 147, de 05.04.2003, do Ministério da Integração Nacional, e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o artigo 6º, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio). Para o exercício de 2020 e 1º semestre de 2021, foram aplicados, respectivamente, os percentuais de 2,4% e 2,1%.

Durante a vigência da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, 19.05.2021 a 19.10.2021, a taxa de administração aplicada representou 1% a.a., sendo que, a partir de outubro de 2021, com a publicação da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, que substituiu a referida Medida Provisória nº 1.052/2021, a taxa de administração voltou a ser cobrada com base nos percentuais definidos no Art. 17-A da lei nº 7.827/1989 (introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018) que prevê redução anual à base de 0,3 pontos percentuais, conforme a seguir:

1. 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano, no exercício de 2021;
2. 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, no exercício de 2022; e
3. 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, a partir de 01 de janeiro de 2023.

A partir da publicação da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, e da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, o Banco passou a fazer jus à remuneração no percentual de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995. Até a publicação da referida Medida Provisória, vigorava o percentual de 0,35%.

O montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o FNE, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário. O fator de adimplência será regulamentado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional e divulgado pelo Ministério da Economia.

A Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, alterou o texto relativo ao adicional de 20%, definindo que o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre o saldo das disponibilidades, poderá ser acrescido em até 20% (vinte por cento), a título de taxa de performance. Ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional regulamentará a referida taxa de performance.

A taxa de administração somada à remuneração ao Banco sobre as disponibilidades fica limitada, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal. A sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração foi regulamentada no Decreto nº 9.290, de 21.02.2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.539, de 24.10.2018.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação das Despesas do FNE** | **2º Semestre de 2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Taxa de Administração | 594.848 | 1.369.708 | 1.487.335 |
| Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades | 8.854 | 30.461 | 70.339 |
| Remuneração sobre Saldos PRONAF | 164.858 | 318.062 | 297.098 |
| Remuneração sobre Desembolsos PRONAF | 56.683 | 101.815 | 84.834 |
| Prêmio de Desempenho | 42.049 | 77.345 | 68.531 |
| **Total** | **867.292** | **1.897.391** | **2.008.137** |

**c) Ativo Circulante e Não Circulante**

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

**c.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 12 (doze) meses seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 12 (doze) meses e a estimativa de ingressos de recursos no FNE ao longo desse período. As disponibilidades do FNE em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen. No primeiro semestre de 2021, o Banco utilizou, na apuração das disponibilidades comprometidas, as liberações previstas para os 6 (seis) meses seguintes à data de apuração, considerando as medidas de combate aos efeitos da COVID 19 sobre as atividades produtivas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Disponibilidades | 2.726.422 | 2.198.211 |
| Recursos Comprometidos com Operações de Crédito | 16.979.852 | 12.095.415 |
| **Total de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **19.706.274** | **14.293.626** |

**c.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

**c.3)** Para a constituição e baixa da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são observados os critérios definidos na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, conforme abaixo:

i) constituída pelo total das parcelas do principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias, no caso das operações de risco integral do Fundo;

ii) constituída pelo percentual equivalente ao risco assumido pelo Fundo, sobre o total das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias, no caso das operações de risco compartilhado;

iii) baixadas como prejuízo do Fundo as parcelas de principal e encargos, de risco do Fundo, vencidas há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias; e

iv) registradas em contas de compensação do Fundo os valores apurados como prejuízo, na forma estabelecida no inciso anterior, até que sejam esgotados todos os procedimentos para sua cobrança.

**c.4)** Segue quadro demonstrativo de dispensas/rebates, conforme as Leis nºs. 12.249 e 12.844:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Semestre de 2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Dispensa/Rebate Operações FNE Honradas pelo Banco | 14 | 19 | 704 |
| Dispensa/Rebate Operações com Outras Fontes - BNB | 1.833 | 2.173 | 587 |
| Descontos Concedidos em Renegociações | 64.563 | 77.636 | 15.456 |
| **Total** | **66.410** | **79.828** | **16.747** |

**c.5)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o FNE e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito | 7.366 | 6.991 |
| **Total de Outros Créditos** | **7.366** | **6.991** |

**c.6)** Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Títulos de Cobertura do Proagro | 3 | 4 |
| Títulos da Dívida Agrária | 162 | 254 |
| (Provisão para Desvalorização de Títulos) | (18) | (23) |
| **Total de Outros Valores e Bens** | **147** | **235** |

**d) Isenção Tributária**

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Repasses ao Banco e a Outras Instituições

a) O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Recursos Disponíveis | 1.182.813 | 1.855.825 |
| Recursos Aplicados | 1.660.062 | 805.157 |
| **Total de Repasses ao Banco (nota 6)** | **2.842.875** | **2.660.982** |

a.1) Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Essa remuneração é contabilizada em Recursos Disponíveis tendo como contrapartida conta específica de receitas de Remuneração de Recursos Disponíveis – Repasses Lei nº 7.827 – Artigo 9º-A. Na forma da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, a partir da publicação, os recursos disponíveis dos repasses ao Banco passaram a ser remunerados com base na taxa SELIC.

a.2) Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado. Esses encargos são contabilizados na conta de Recursos Aplicados em contrapartida à conta de receita de juros de Repasses ao Banco do Nordeste - Lei nº 7.827- Artigo 9º-A.

a.3) Segue quadro discriminando as remunerações sobre os recursos disponíveis e aplicados:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Semestre de 2021** | **30.12.2021** | **31.12.2020** |
| Remuneração Recursos Disponíveis | 43.273 | 66.251 | 48.210 |
| Remuneração Recursos Aplicados | 74.829 | 115.642 | 67.659 |
| **Total** | **118.102** | **181.893** | **115.869** |

b) O saldo devedor dos repasses realizados a Outras Instituições, com base no Artigo 9º da Lei nº 7.827, está assim representado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Ativo Circulante | 28.513 | 63.305 |
| Ativo Não Circulante | 114.147 | 118.305 |
| **Total (Nota 6)** | **142.660** | **181.610** |

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

1. **Composição da Carteira de Crédito**

**a.1) Carteira Total**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2021** | | | **31.12.2020** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos | 28.732.248 | 724.362 | 29.456.610 | 31.182.395 | 614.848 | 31.797.243 |
| Financiamentos à Exportação | 303.341 | 775 | 304.116 | 283.470 | - | 283.470 |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | 27.937.143 | - | 27.937.143 | 21.583.411 | - | 21.583.411 |
| Financiamentos Agroindustriais | 1.015.518 | 46.550 | 1.062.068 | 1.171.218 | 26.349 | 1.197.567 |
| Financiamentos Rurais | 25.962.677 | 857.088 | 26.819.765 | 23.912.959 | 751.421 | 24.664.380 |
| **Subtotal** | **83.950.927** | **1.628.775** | **85.579.702** | **78.133.453** | **1.392.618** | **79.526.071** |
| Repasses ao BNB (nota 5) | 2.842.875 | - | 2.842.875 | 2.660.982 | - | 2.660.982 |
| Repasses a Outras Instituições (Nota 5) | 142.660 | - | 142.660 | 143.169 | 38.441 | 181.610 |
| **Total da Carteira** | **86.936.462** | **1.628.775** | **88.565.237** | **80.937.604** | **1.431.059** | **82.368.663** |
| Provisão | (39.335) | (401.446) | (440.781) | (49.692) | (350.798) | (400.490) |
| **Total Líquido (1)** | **86.897.127** | **1.227.329** | **88.124.456** | **80.887.912** | **1.080.261** | **81.968.173** |

**(1)**Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

**a.2) Carteira com Risco Integral do BNB**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2021** | | | **31.12.2020** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos Agroindustriais | 2.806 | - | 2.806 | 2.467 | - | 2.467 |
| Financiamentos Rurais | 84.925 | 6.199 | 91.124 | 94.307 | 6.129 | 100.436 |
| **Subtotal** | **87.731** | **6.199** | **93.930** | **96.774** | **6.129** | **102.903** |
| Repasses ao BNB | 2.842.875 | - | 2.842.875 | 2.660.982 | - | 2.660.982 |
| Repasses a Outras Instituições | 142.520 | - | 142.520 | 142.823 | - | 142.823 |
| **Total da Carteira** | **3.073.127** | **6.199** | **3.079.326** | **2.900.579** | **6.129** | **2.906.708** |
| **Total Líquido (1)** | **3.073.127** | **6.199** | **3.079.326** | **2.900.579** | **6.129** | **2.906.708** |

**(1)**Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

**a.3) Carteira com Risco Compartilhado**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2021** | | | **31.12.2020** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos | 28.640.448 | 716.889 | 29.357.337 | 31.077.162 | 606.120 | 31.683.282 |
| Financiamentos à Exportação | 303.341 | 775 | 304.116 | 283.470 | - | 283.470 |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | 27.937.143 | - | 27.937.143 | 21.583.411 | - | 21.583.411 |
| Financiamentos Agroindustriais | 993.011 | 43.518 | 1.036.529 | 1.111.424 | 20.869 | 1.132.293 |
| Financiamentos Rurais | 18.426.317 | 442.595 | 18.868.912 | 16.500.636 | 370.277 | 16.870.913 |
| **Subtotal** | **76.300.260** | **1.203.777** | **77.504.037** | **70.556.103** | **997.266** | **71.553.369** |
| **Total da Carteira** | **76.300.260** | **1.203.777** | **77.504.037** | **70.556.103** | **997.266** | **71.553.369** |
| Provisão | (25.858) | (252.212) | (278.070) | (33.888) | (239.321) | (273.209) |
| **Total Líquido (1)** | **76.274.402** | **951.565** | **77.225.967** | **70.522.215** | **757.945** | **71.280.160** |

**(1)**Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

**a.4) Carteira com Risco Integral do FNE**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2021** | | | **31.12.2020** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos | 91.800 | 7.473 | 99.273 | 105.233 | 8.728 | 113.961 |
| Financiamentos Agroindustriais | 19.701 | 3.032 | 22.733 | 57.327 | 5.480 | 62.807 |
| Financiamentos Rurais | 7.451.435 | 408.294 | 7.859.729 | 7.318.016 | 375.015 | 7.693.031 |
| **Subtotal** | **7.562.936** | **418.799** | **7.981.735** | **7.480.576** | **389.223** | **7.869.799** |
| Repasses a Outras Instituições | 139 | - | 139 | 346 | 38.441 | 38.787 |
| **Total da Carteira** | **7.563.075** | **418.799** | **7.981.874** | **7.480.922** | **427.664** | **7.908.586** |
| Provisão | (13.477) | (149.234) | (162.711) | (15.804) | (111.477) | (127.281) |
| **Total Líquido (1)** | **7.549.598** | **269.565** | **7.819.163** | **7.465.118** | **316.187** | **7.781.305** |

**(1)**Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

1. **Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento**

**b.1) Créditos de Curso Normal(1)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **Atraso 1 a 14 dias** | **1 a 30 dias** | **31 a 60 dias** | **61 a 90 dias** | **91 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| **Rural** | 87.723 | 341.137 | 557.310 | 414.034 | 1.920.794 | 4.029.067 | 16.397.567 | 23.747.632 | **22.847.243** |
| **Industria** | 12.718 | 255.737 | 247.076 | 247.016 | 749.659 | 1.592.809 | 21.951.749 | 25.056.764 | **21.951.145** |
| **Governo** | - | 6.029 | 5.805 | 5.547 | 14.240 | 40.968 | 1.746.110 | 1.818.699 | **912.134** |
| **Outros Serviços** | 4.868 | 188.902 | 192.861 | 205.254 | 557.844 | 1.143.376 | 18.382.542 | 20.675.647 | **19.019.027** |
| **Comércio** | 12.862 | 314.496 | 321.017 | 306.704 | 809.231 | 1.355.293 | 4.763.051 | 7.882.654 | **10.341.647** |
| **Intermediários Financeiros** | - | 3 | 3 | 3 | 10 | 20 | 108 | 147 | **186** |
| **Total** | **118.171** | **1.106.304** | **1.324.072** | **1.178.558** | **4.051.778** | **8.161.533** | **63.241.127** | **79.181.543** | **75.071.382** |

**(1)** incluem os créditos vencidos até 14 dias

**b.2) Parcelas Vincendas**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **1 a 30 dias** | **31 a 60 dias** | **61 a 90 dias** | **91 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| **Rural** | 31.520 | 37.942 | 30.504 | 153.358 | 435.071 | 2.174.335 | 2.862.730 | **1.829.197** |
| **Industria** | 21.972 | 22.269 | 21.686 | 63.112 | 113.319 | 740.825 | 983.183 | **677.806** |
| **Outros Serviços** | 12.527 | 12.754 | 12.271 | 35.356 | 62.935 | 387.976 | 523.819 | **365.163** |
| **Comércio** | 22.681 | 22.879 | 21.462 | 57.735 | 88.848 | 304.220 | 517.825 | **280.832** |
| **Total** | **88.700** | **95.844** | **85.923** | **309.561** | **700.173** | **3.607.356** | **4.887.557** | **3.152.998** |

**b.3) Parcelas Vencidas**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **15 a 30 dias** | **31 a 60 dias** | **61 a 90 dias** | **91 a 180 dias** | **181 a 360 dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2021** | **Total em 31.12.2020** |
| **Rural** | 62.368 | 189.236 | 67.664 | 183.030 | 309.366 | 359 | 812.023 | **716.697** |
| **Industria** | 15.091 | 27.396 | 27.058 | 80.371 | 164.622 | 4 | 314.542 | **280.112** |
| **Outros Serviços** | 12.799 | 14.211 | 13.104 | 37.739 | 76.408 | 100 | 154.361 | **135.519** |
| **Comércio** | 21.227 | 23.049 | 20.340 | 59.231 | 105.815 | 13 | 229.675 | **169.363** |
| **Total** | **111.485** | **253.892** | **128.166** | **360.371** | **656.211** | **476** | **1.510.601** | **1.301.691** |

**c)** O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no artigo 8º da Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

**c.1)** Operações contratadas até 30.11.1998:

* o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
* nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
* Conforme o disposto no parágrafo 5º do Art. 9º da Lei nº 7.827/1989, introduzido pela Lei nº 14.227, de 20.10.2021, nos repasses a outras instituições financeiras o risco das operações perante o FNE deverá ser assumido integralmente pela instituição beneficiária dos repasses;

**c.2)** Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

* nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
* nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
* nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
* nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003 (atual Portaria nº 147, de 05.04.2018), o Banco do Nordeste detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora; nas operações de que trata o artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
* nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco, onde são observadas as disposições da Resolução CMN n° 2.682, de 21.12.1999.

1. A movimentação do saldo da provisão é demonstrada no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| **Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Crédito** | **400.490** | **486.024** |
| . Risco Integral do FNE | 127.281 | 160.483 |
| . Risco Compartilhado | 273.209 | 325.541 |
| **(+) Constituição de Provisão Líquida** | **909.563** | **752.424** |
| **Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito** | **909.563** | **752.424** |
| . Risco Integral do FNE | 448.773 | 296.961 |
| . Provisão por Atraso/Renegociações | 448.714 | 296.964 |
| . Ajustes de Provisão por Deságio | - | (3) |
| . Provisão de Operações Irregulares | 59 | - |
| . Risco Compartilhado | 460.790 | 455.463 |
| . Provisão por Atraso/Renegociações | 468.735 | 459.800 |
| . Ajustes de Provisão de Operações Irregulares | (7.945) | (4.337) |
| **(-) Créditos Baixados como Prejuízo** | **(869.272)** | **(837.958)** |
| . Risco Integral do FNE | (413.343) | (330.163) |
| . Risco Compartilhado | (455.929) | (507.795) |
| **(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito** | **440.781** | **400.490** |
| . Risco Integral do FNE | 162.711 | 127.281 |
| . Risco Compartilhado | 278.070 | 273.209 |

**e)** Em 31.12.2021, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R$ 25.652 (R$ 33.538 em 31.12.2020), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do FNE em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

1. Os bônus de adimplência e rebates foram concedidos na forma da legislação dos Fundos Constitucionais, basicamente em função do pagamento, pelos mutuários, das parcelas de principal e encargos nas datas pactuadas contratualmente, abrangendo as operações de crédito do FNE, as operações resultantes de repasses às instituições operadoras com base na Portaria nº 147, de 05.04.2018, e as operações de repasses ao Banco com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, e renegociações de operações de crédito, conforme discriminado no quadro a seguir**:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Semestre de 2021** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Descontos Concedidos em Renegociações | 64.562 | 77.635 | 15.456 |
| Bônus Adimplência Operações de Crédito FNE | 591.104 | 1.121.493 | 995.808 |
| Bônus Adimplência Repasses a Outras instituições | 492 | 1.152 | 1.249 |
| Bônus Adimplência Op. Rep. BNB – artigo 9º-A Lei nº 7.827 | 3.300 | 6.314 | 6.824 |
| Bônus Adimplência Operações Renegociadas | 2 | 2 | 14 |
|  |  |  |  |
| **Total** | **659.460** | **1.206.596** | **1.019.351** |

**g) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco**

**g.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo FNE, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

**g.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo FNE, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea g.1 precedente.

**g.3)** No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R$ 462.763 (R$ 513.972 em 2020), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo, conforme segue:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado | 455.933 | 507.811 |
| Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco | 6.830 | 6.161 |
| **Total** | **462.763** | **513.972** |

**h) Medidas adotadas para mitigar os impactos econômicos da pandemia Covid-19**

A Resolução CMN nº 4.798, de 06.04.2020, suspendeu por até 12 (doze) meses as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020, com eventual acréscimo ao final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou em atraso até 90 dias, de responsabilidade de beneficiários do FNE que forem impactados em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido em ato do Poder Executivo, por conta da pandemia Covid-19.

A Resolução CMN nº 4.801, de 09.04.2020, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.840, de 31.07.2020, autorizaram a prorrogação para até 15 de dezembro de 2020 das parcelas dos créditos vencidas de 01.01.2020 a 14.12.2020 das operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas, cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos provocados pela pandemia Covid-19.

A Resolução CMN nº 4.908, de 29.04.2021, autorizou a renegociação de operações de crédito rural de custeio e/ou de investimento, contratadas por mini e pequenos produtores rurais, inclusive agricultores familiares, com possibilidade de prorrogação das prestações vencidas e vincendas entre o período de 01,01.2020 até 30.12.2021 para 31.12.2021, desde que suas atividades tenham sido impactadas negativamente pela pandemia de Covid19 e estejam com dificuldade temporária de reembolso em decorrência dos efeitos econômicos oriundos da pandemia.

Demonstra-se, a seguir, o montante das operações de crédito que tiveram renegociações em razão da

COVID 19. Na posição de 31.12.2021, totalizou em R$ 7.364.336 (R$ 48.115.223 em 31.12.2020):

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo de Regularização** | **2021** | | **2020** | |
| **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor** |
| Res. CMN 4.782/20 Covid-19 | 25 | 8.594 | 10.409 | 3.685.431 |
| Renegociação Automática Res. CMN 4.782 e 4.789/2020 | 53 | 45.597 | 86.803 | 42.382.793 |
| Res. CMN 4.801/2020 | 22 | 3.201 | 6.751 | 347.519 |
| Res. CMN 4.798/2020 | 1.098 | 1.390.886 | 4.845 | 1.174.710 |
| Renegociação Automática Res. CMN 4.801/2020 | - | - | 90.011 | 100.011 |
| Lei 13.998/2020 P-FIES Covid-19 | 1 | 6 | 1 | 15 |
| Res. CMN 4.840/2020 Renegociação PRONAF B Automática | - | - | 145.019 | 139.712 |
| Res. CMN 4.801 e 4.840/2020 Renegociação Automática | - | - | 7.501 | 10.051 |
| Renegociação Covid 19 Complementar | 2.179 | 1.668.727 | 444 | 128.323 |
| Par-Renegociação Covid 19 Complementar | - | - | 2 | 233 |
| Renegociação Digital Covid 19 Complementar | 5.310 | 814.708 | 1.558 | 146.425 |
| Renegociação Covid 19 Complementar 2º Fase | 47 | 16.678 | - | - |
| Renegociação Digital - Covid - Dificuldade Reembolso | 3.133 | 427.883 | - | - |
| Renegociação Covid - Dificuldade Reembolso | 5.202 | 2.772.194 | - | - |
| Res. CMN 4.908/21 - Art. 2 | 5.907 | 215.862 | - | - |
| **Total** | **22.977** | **7.364.336** | **353.344** | **48.115.223** |

NOTA 7 – Patrimônio Líquido

1. O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

**a.1)** transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decendialmente;

**a.2)** retornos e resultados de suas aplicações; e

**a.3)** resultado da remuneração dos recursos do FNE momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

1. No exercício, o ajuste líquido negativo de R$ 51.634 (R$ 10.057 em 2020), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2021** | **31.12.2020** |
| Transferências da União no Exercício | 9.732.754 | 7.788.374 |
| Transferências da União em Exercícios Anteriores | 98.910.102 | 91.121.728 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | (2.693.860) | (1.842.232) |
| Resultado do Exercício | 1.890.752 | (799.994) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **107.839.748** | **96.267.876** |

NOTA 8– Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do FNE.

NOTA 9 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais do FNE foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco, por meio de reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022

**Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais do FNE**

Relatório dos Auditores Independentes

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para propósito especial**

Aos Administradores do

**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras para propósito especial do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras para propósito especial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas nas notas explicativas n° 2 e 4 às demonstrações financeiras, sendo consideradas para propósito especial por não atenderem a todos os requerimentos constantes das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras para propósito especial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas nas notas explicativas n° 2 e 4 às demonstrações financeiras.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras para propósito especial”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

Base de elaboração das demonstrações financeiras para propósito especial

Chamamos a atenção para as notas explicativas n° 2 e 4 às demonstrações financeiras para propósito especial, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras para propósito especial foram elaboradas pelo Administrador do Fundo para cumprir os requisitos da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual descreve a reapresentação efetuada sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionada a mudança da apresentação de determinadas contas contábeis na demonstração do resultado. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras para propósito especial**

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para propósito especial de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas n° 2 e 4 às demonstrações financeiras, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras para propósito especial, o administrador é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é o Administrador do Fundo, aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras para propósito especial.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras para propósito especial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras para propósito especial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras para propósito especial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador do Fundo.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras para propósito especial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada

Contador CRC-1RS062793/O-8

**DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA 2021**

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1 - Base de Cálculo** | **2021 Valor (R$ mil)** | | | **2020 Valor (R$ mil)** | | |
| Receita líquida (RL) | 9.859.442 | | | 9.067.415 | | |
| Resultado operacional (RO) | 2.814.203 | | | 1.551.106 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 1.731.875 | | | 1.680.608 | | |
| **2 - Indicadores Sociais Internos** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** |
| Alimentação (1) | 120.030,31 | 6,93% | 1,22% | 115.113,39 | 6,85% | 1,27% |
| Encargos sociais compulsórios | 467.486,74 | 26,99% | 4,74% | 442.077,73 | 26,30% | 4,88% |
| Transporte | 2.705,87 | 0,16% | 0,03% | 2.433,10 | 0,14% | 0,03% |
| Previdência privada | 248.791,13 | 14,37% | 2,52% | 219.781,88 | 13,08% | 2,42% |
| Saúde | 241.480,93 | 13,94% | 2,45% | 198.645,18 | 11,82% | 2,19% |
| Segurança e saúde no trabalho | 5.847,71 | 0,34% | 0,06% | 4.793,63 | 0,29% | 0,05% |
| Educação | 345,75 | 0,02% | 0,00% | 1.052,94 | 0,06% | 0,01% |
| Cultura | 68,54 | 0,00% | 0,00% | 38,38 | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 5.214,67 | 0,30% | 0,05% | 6.122,64 | 0,36% | 0,07% |
| Creches ou auxílio-creche | 11.958,83 | 0,69% | 0,12% | 11.721,86 | 0,70% | 0,13% |
| Participação nos lucros ou resultados | 98.081,06 | 5,66% | 0,99% | 62.316,63 | 3,71% | 0,69% |
| Outros | 5.347,04 | 0,31% | 0,05% | 5.216,43 | 0,31% | 0,06% |
| **Total - Indicadores sociais internos** | **1.207.358,59** | **69,71%** | **12,25%** | **1.069.313,78** | **63,63%** | **11,79%** |
| **3 - Indicadores Sociais Externos** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Educação | 3.778,11 | 0,13% | 0,04% | 484,83 | 0,03% | 0,01% |
| Cultura | 398,50 | 0,01% | 0,00% | 800,77 | 0,05% | 0,01% |
| Saúde e saneamento | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 3.759,56 | 0,13% | 0,04% | 1.000,00 | 0,06% | 0,01% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Pesquisa e difusão tecnológica | 13.641,00 | 0,48% | 0,14% | 10.000,00 | 0,64% | 0,11% |
| Outros | 150,26 | 0,01% | 0,00% | 169,59 | 0,01% | 0,00% |
| **Total das contribuições para a sociedade** | **21.727,43** | **0,77%** | **0,22%** | **12.455,20** | **0,80%** | **0,14%** |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 1.535.707,70 | 54,57% | 15,58% | 856.196,34 | 55,20% | 9,44% |
| **Total - Indicadores sociais externos** | **1.557.435,13** | **55,34%** | **15,80%** | **868.651,54** | **56,00%** | **9,58%** |
| **4 - Indicadores Ambientais** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da  empresa | 16,70 | 0,00% | 0,00% | 1,58 | 0,00% | 0,00% |
| Investimentos e gastos c/a educação ambiental p/a comunidade | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| **Total dos investimentos em meio ambiente** | **16,70** | **0,00%** | **0,00%** | **1,58** | **0,00%** | **0,00%** |
| Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | ( x ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% | | | ( x ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% | | |
| Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade | 0 | | | 0 | | |
| Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente | R$ 0,00 | | | R$ 0,00 | | |
| Passivos e contingências ambientais | 0 | | | 0 | | |
| **5 - Indicadores do Corpo Funcional** | **2021** | | | **2020** | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 6.708 | | | 6.684 | | |
| Nº de admissões durante o período | 126 | | | 69 | | |
| Nº de demissões durante o período | 102 | | | 185 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 2.953 | | | 2.479 | | |
| Nº de estagiários(as) | 708 | | | 717 | | |
| Nº de homens que trabalham na empresa | 4.530 | | | 4.511 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 2.178 | | | 2.173 | | |
| Nº de empregados(as) de 18 a 35 anos | 1.237 | | | 1.508 | | |
| Nº de empregados(as) de 36 a 60 anos | 4.677 | | | 4.456 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 60 anos | 794 | | | 720 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 28,30% | | | 25,04% | | |
| % de cargos de chefia ocupados por homens | 71,70% | | | 74,96% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 289 | | | 282 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 4,51% | | | 4,49% | | |
| Nº de pessoas com deficiência | 68 | | | 66 | | |
| Nº de empregados(as) analfabetos ou com ensino  fundamental incompleto | 7 | | | 7 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino fundamental | 34 | | | 35 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino médio | 889 | | | 986 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino técnico | 0 | | | 0 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino superior | 2.106 | | | 2.321 | | |
| Nº de empregados(as) pós-graduados | 3.672 | | | 3.335 | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial** | **2021** | | | **2020** | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 14,72 | | | 14,72 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 14 | | | 10 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | ( x ) direção | ( ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( x ) direção | ( ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | ( ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( x ) todos(as) + Cipa | ( ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( x ) todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a  empresa: | ( ) não se envolve | ( x ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT | ( ) não se envolve | ( x ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | ( x ) todos(as)  empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | ( x ) todos(as)  empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | ( x ) todos(as)  empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | ( x ) todos(as)  empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | ( x ) são exigidos | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | ( x ) são exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de  trabalho voluntário, a empresa: | ( ) não se envolve | ( x ) apoia | ( ) organiza e incentiva | ( ) não se envolve | ( x ) apoia | ( ) organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 17.803 | no Procon  863 (1) | na Justiça  513 (1) | na empresa  14.635 (2) | no Procon  951 (3) | na Justiça  447 (3) |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 100% | no Procon 23,49% (2) | na Justiça 30,85% (2) | na empresa 100% | no Procon 25,17% (4) | na Justiça 44,61%% (4) |
| Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade | 1.492 (3) | | | 1.642 (5) | | |
| Nº de processos trabalhistas julgados procedentes | 39 (4) | | | 24 (6) | | |
| Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes | 161 (4) | | | 43 (6) | | |
| Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R$) | R$ 18.203.101,04 (5) | | | R$ 57.601.782,68 (7) | | |
| Passivo Trabalhista da Entidade (R$) | R$ 393.787.655,59 | | | 359.264.216,23 | | |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R$): | R$ 5.584.238,00 | | | R$ 4.152.211,00 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 32,96% governo 28,98% acionistas  37,32% colaboradores(as) 0,74% terceiros | | | 27,55% governo 46,97% colaboradores(as) 24,55%  acionistas 0,94% terceiros | | |
| **7 - Geração e Distribuição de Riqueza** | **2021** | | | **2020** | | |
| **Valor** | **% participação** | **Evolução** | **Valor** | **% participação** | **Evolução** |
| **RECEITAS** | **8.919.180** | **100,00%** | **24,84%** | **7.144.647** | **100,00%** | **9,13%** |
| Intermediação Financeira | 5.004.147 | 56,11% | 26,81% | 3.946.066 | 55,23% | 7,52% |
| Prestações de Serviços | 2.766.490 | 31,02% | -2,83% | 2.847.082 | 39,85% | 7,43% |
| Provisão para Devedores Duvidosos | (257.939) | -2,89% | -39,14% | (423.793) | -5,93% | -13,64% |
| Outras Receitas / Despesas | 1.406.482 | 15,77% | 81,41% | 775.292 | 10,85% | 11,92% |
| **DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **(1.836.545)** | **-20,59%** | **9,70%** | **(1.674.204)** | **-23,43%** | **-16,91%** |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | **(1.484.295)** | **-16,64%** | **13,70%** | **(1.305.482)** | **-18,27%** | **5,16%** |
| Despesas Operacionais (materiais de expediente, energia,  telefone, água etc) | (100.892) | -1,13% | 10,64% | (91.187) | -1,28% | 5,18% |
| Serviços de Terceiros | (834.987) | -9,36% | 10,01% | (758.995) | -10,62% | 12,60% |
| Outras | (548.416) | -6,15% | 20,45% | (455.300) | -6,37% | -4,36% |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | **5.598.340** | **62,77%** | **34,42%** | **4.164.961** | **58,29%** | **32,75%** |
| **RETENÇÕES** | **(14.102)** | **-0,16%** | **10,60%** | **(12.750)** | **-0,18%** | **14,90%** |
| Depreciação, amortização e exaustão | (14.102) | -0,16% | 10,60% | (12.750) | -0,18% | 14,90% |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA**  **ENTIDADE** | **5.584.238** | **62,61%** | **34,49%** | **4.152.211** | **58,12%** | **32,80%** |
| **VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** | **5.584.238** | **62,61%** | **34,49%** | **4.152.211** | **58,12%** | **32,80%** |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | **5.584.238** | **62,61%** | **34,49%** | **4.152.211** | **58,12%** | **32,80%** |
| **PESSOAL** | **2.083.855** | **37,32%** | **6,85%** | **1.950.210** | **46,97%** | **2,93%** |
| **Remuneração do trabalho** | **1.367.690** | **24,49%** | **4,70%** | **1.306.338** | **31,46%** | **3,85%** |
| Proventos | 1.269.609 | 22,74% | 2,06% | 1.244.022 | 29,96% | -0,89% |
| Participação dos empregados nos lucros | 98.081 | 1,76% | 57,39% | 62.316 | 1,50% | 122,94% |
| **Benefícios** | **616.807** | **11,05%** | **12,13%** | **550.084** | **13,25%** | **0,55%** |
| Provisões (Benefícios pós-emprego) | 416.533 | 7,46% | 14,62% | 363.400 | 8,75% | 2,69% |
| Benefícios - Outros | 200.274 | 3,59% | 7,28% | 186.684 | 4,50% | -2,42% |
| **FGTS** | **99.358** | **1,78%** | **5,94%** | **93.788** | **2,26%** | **2,44%** |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **1.840.431** | **32,96%** | **60,91%** | **1.143.778** | **27,55%** | **12,46%** |
| Federais | 1.793.120 | 32,11% | 63,27% | 1.098.274 | 26,45% | 12,34% |
| Estaduais | 55 | 0,00% | -9,84% | 61 | 0,00% | 84,62% |
| Municipais | 47.256 | 0,85% | 3,99% | 45.443 | 1,09% | 15,68% |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | **41.459** | **0,74%** | **6,30%** | **39.002** | **0,94%** | **5,03%** |
| Aluguéis | 41.459 | 0,74% | 6,30% | 39.002 | 0,94% | 5,03% |
| **Remuneração de capitais próprios** | **1.618.493** | **28,98%** | **58,80%** | **1.019.221** | **24,55%** | **135,64%** |
| **Juros sobre capital próprio** | **368.791** | **6,60%** | **52,28%** | **242.183** | **5,83%** | **80,41%** |
| União | 204.508 | 3,66% | 52,28% | 134.300 | 3,23% | 96,17% |
| Outros | 164.283 | 2,94% | 52,28% | 107.883 | 2,60% | 64,01% |
| **Dividendos** | **17.106** | **0,31%** | **0,00%** | **0** | **0,00%** | **0,00%** |
| União | 9.486 | 0,17% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 7.620 | 0,14% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| **Lucros retidos no exercício** | **1.232.596** | **22,07%** | **58,63%** | **777.038** | **18,71%** | **139,01%** |

|  |
| --- |
| (1) Em 31/12/2021, havia em andamento 4.884 (quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro) reclamações e críticas de consumidores relativas à defesa do consumidor (Procon). Somente em 2021, houve registro de 863 (oitocentas e sessenta e três) demandas, entre encerradas e em andamento. Havia, ainda, em andamento, outras 2.507 (duas mil e quinhentas e sete) reclamações e críticas de consumidores que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça). Somente em 2021, houve o registro de 513 (quinhentos e treze) processos, entre encerrados e em andamento. |
| (2) Em 2021, foram encerradas 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) reclamações e críticas relativas a defesa do consumidor (Procon), das quais 109 (cento e nove) foram atendidas, equivalendo- se a 23,49% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os principais motivos do não atendimento das demais reclamações/críticas foram: não julgamento do mérito da ação e desistência do autor. Foram encerradas 525 (quinhentas e vinte e cinco) reclamações e críticas que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça) em 2021, das quais 162 (cento e sessenta e duas) foram atendidas, equivalendo-se a 30,85% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os principais motivos de não atendimento das demais reclamações/críticas foram: não julgamento do mérito da ação e desistência do autor. Destacamos que os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo foram considerados procedentes. |
| (3) Em 31/12/2021, havia 1.492 (mil e quatrocentos e noventa e dois) processos trabalhistas em andamento movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Durante o ano de 2021, 122 (cento e vinte e dois) processos foram ajuizados. |
| (4) Em 2021, foram encerrados 200 (dezentos) processos trabalhistas movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Desse total, 39 (trinta e nove) foram julgados procedentes e 161 (cento e sessenta e um) foram julgados improcedentes. Destacamos que os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo foram considerados procedentes. |
| (5) O valor informado corresponde a todos os pagamentos efetuados em 2021, a funcionários e ex-funcionários, inclusive de verbas rescisórias, independentemente dos pedidos formulados pelo autor da ação. |

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre o demonstrativo de informações de natureza social e ambiental

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

**Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Fortaleza - CE

**Introdução**

Fomos contratados pela Administração do Banco Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre o Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Responsabilidades da administração do Banco**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das Informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza de acordo com a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) nº 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional *ISAE 3000*, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração do Banco e outros profissionais do Banco que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza*,* assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riquezae de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

1. O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riquezado Banco Nordeste do Brasil S.A.;
2. Aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, e
3. Confronto dos valores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração contidos na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental aplicável na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

**Alcance e limitações**

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza*.* Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza*.* Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

**Conclusão**

Com base nos procedimentos executados e descritos no presente relatório, nenhum assunto relevante chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange a conciliação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riquezanão foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes contidas na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

|  |  |
| --- | --- |
| Renata Zanotta Calçada |  |
| Contador CRC-1RS062793/O-8 |  |

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2022

**DIRETORIA:** José Gomes da Costa (Presidente Interino e Diretor Financeiro e de Crédito) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração) – Lourival Nery dos Santos (Diretor de Controle e Risco).

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 22 de fevereiro de 2022, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2022

**DIRETORIA:** José Gomes da Costa (Presidente Interino e Diretor Financeiro e de Crédito) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração) – Lourival Nery dos Santos (Diretor de Controle e Risco).

SIGNATÁRIOS

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**: Saumíneo da Silva Nascimento (Presidente) – Guido Antonio da Silva Carneiro – José Gomes da Costa – José Ilo Rogério de Holanda – Leonardo Faletti – Liduína Aragão Matos Donato – Rheberny Oliveira Santos Pamponet

**DIRETORIA**: José Gomes da Costa (Presidente Interino e Diretor Financeiro e de Crédito) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração) – Lourival Nery dos Santos (Diretor de Controle e Risco)

**CONSELHO FISCAL**: Fabiano de Figueiredo Araújo (Presidente) – Fernanda Peixoto Souto – Luiz Alberto da Silva Júnior

**COMITÊ DE AUDITORIA**: João Decio Ames (Coordenador) – João Andrade Vieira da Silva – Leonardo Faletti – Luiz Alberto de Castro Falleiros (Membros)

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA:** Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

**CONTADOR:** José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7

1. O IBGE publicará o PIB do Brasil de 2021 em 04/03/2022. [↑](#footnote-ref-1)
2. O IBGE divulgará o PIB oficial das Regiões e Estados em novembro de 2023. [↑](#footnote-ref-2)
3. A área de abrangência da Sudene passou de 1.990 para 2.074 municípios (Lei Complementar nº 185/2021, de 06/10/2021). [↑](#footnote-ref-3)